



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Projeto TCC

Volume Único

Maria da Gloria de Faria Leal

Mariana Lamego

Iomara Albuquerque Giffoni



**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo

CEFET - Claudia Fragelli

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Maria da Gloria de Faria Leal

Mariana Lamego

Iomara Albuquerque Giffoni

Direção de Design Instrucional

Cristine Costa Barreto

Coordenação de Design Instrucional

Bruno José Peixoto

Flávia Busnardo da Cunha

Paulo Vasques de Miranda

Design Instrucional

Cíntia Barreto

Anna Maria Osborne

Coordenação de Produção

Fábio Rapello Alencar

Revisão Linguística e Tipográfica

Paulo Alves

José Meyohas

Anna Maria Osborne

Solange Nascimento da Silva

Ilustração

Renan Alves

Capa

Renan Alves

Programação Visual

Camille Moraes

Cristina Portella

Deborah Curci

Maria Fernanda de Novaes

Mario Lima

Produção Gráfica

Patrícia Esteves

Ulisses Schnaider

Copyright © 2016, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

1435p

Leal, Maria da Gloria de Faria.

Projeto TCC: Vol. único. / Maria da Gloria de Faria Leal, Mariana Lamego, Iomara Albuquerque Giffon. – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016.

200 p.: il. 19 x 26,5 cm

ISBN: 978-85-458-0008-8

1. Ciência. 2. Projeto TCC. 3. Brasil-estudos turísticos. 3. Pesquisa bibliográfica. 4. Discurso científico. 5. Argumentação.

CDD: 338.479.1

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Gustavo Tutuca

Instituições Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

Presidente: Wagner Granja Victor

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

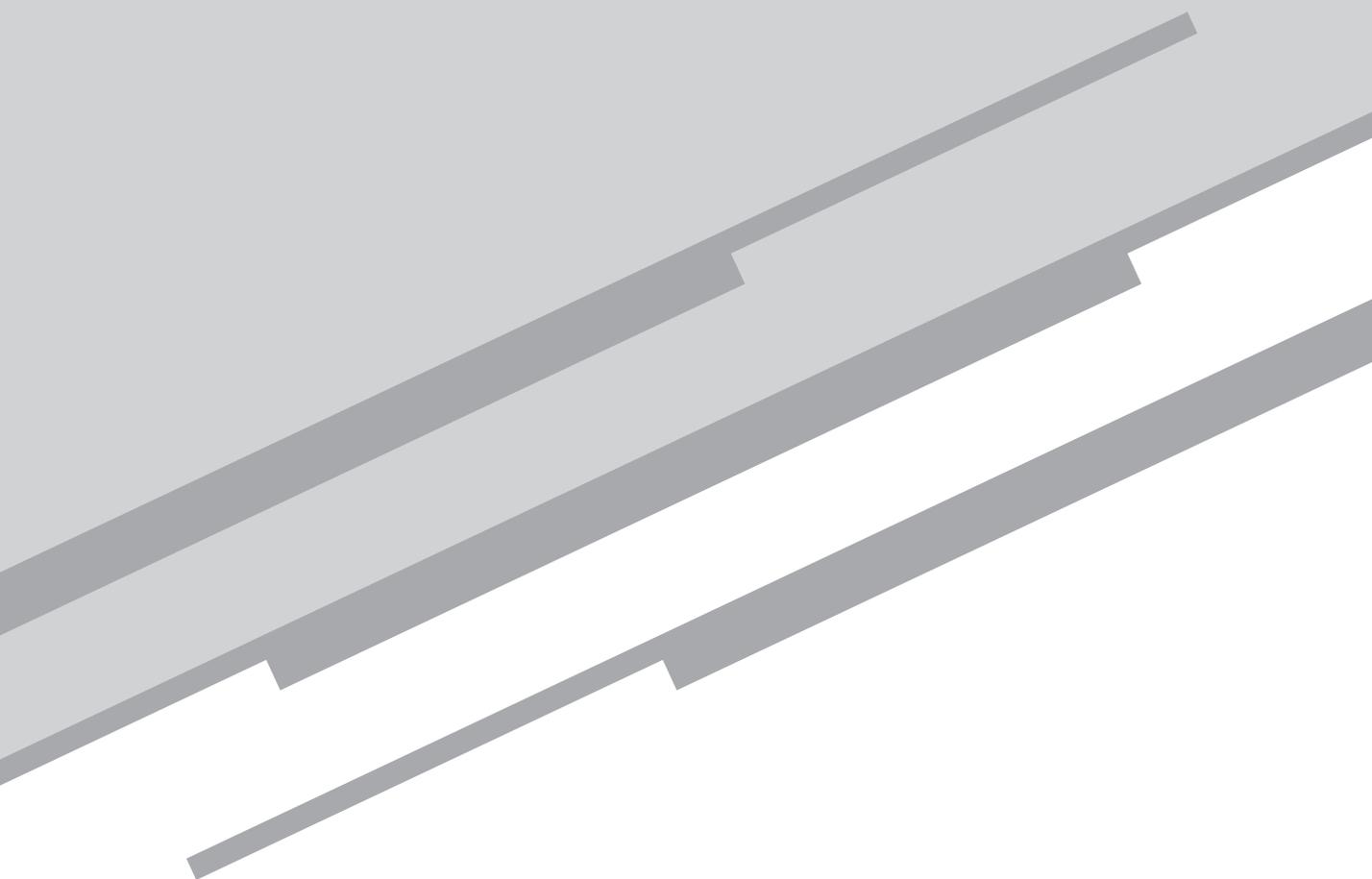
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Sumário

Aula 1 • Mundo das Ciências	7
<i>Maria da Gloria de Faria Leal</i>	
Aula 2 • Pesquisa bibliográfica	41
<i>Maria da Gloria de Faria Leal</i>	
Aula 3 • Discurso científico.....	63
<i>Maria da Gloria de Faria Leal</i>	
Aula 4 • Argumentação I	85
<i>Maria da Gloria de Faria Leal</i> <i>Mariana Lamego</i>	
Aula 5 • Argumentação II	109
<i>Maria da Gloria de Faria Leal</i> <i>Mariana Lamego</i>	
Aula 6 • Experiências recentes dos estudos turísticos no país	133
<i>Iomara Albuquerque Giffoni</i> <i>Maria da Gloria de Faria Leal</i>	
Aula 7 • A proposta de projeto de TCC	161
<i>Maria da Gloria de Faria Leal</i>	
Referências.....	193

Aula 1

Mundo das Ciências



Maria da Gloria de Faria Leal

Meta

Descrever o mundo das ciências com destaque para seus personagens, tipos de trabalhos e meios de divulgação científica.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. conceituar comunidade acadêmica e pesquisa científica;
2. relacionar noção de método com critérios de cientificidade;
3. identificar mudanças no desenvolvimento dos trabalhos científicos, desencadeadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Introdução

Iniciamos, agora, a caminhada pela disciplina Projeto TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), que tem como propósito contribuir para a formação profissional do **pesquisador-autor**. Trata-se de uma **iniciação** direcionada para a construção/reconstrução do conhecimento científico em Turismo, de grande importância para quem pretende aprender a pensar e tirar conclusões próprias com consistência e com fundamentação. Tornar-se independente!

Nesse sentido, as Aulas deste módulo, de caráter fundamentalmente prático, foram desenvolvidas com a pretensão de desencadear o processo de elaboração de um artigo científico com base no sistema de normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) em vigência.

Antes de iniciarmos nossos estudos, alguns esclarecimentos preliminares serão de grande importância para nos ajudar a conhecer os conceitos estudados ao longo da aula.

Como um tipo de trabalho monográfico, os artigos científicos diferenciam-se dos demais, sobretudo pela sua reduzida dimensão, tornando-se apropriados para o momento atual de sua formação profissional. No TCC, você precisa participar da elaboração. Mas tranquilize-se, pois faremos em conjunto essa viagem, durante a qual você viverá uma experiência de produção de conhecimento com base científica. Vamos começar?

Conhecimento Científico e Acadêmico

Você, certamente, já aprendeu que o conhecimento científico é produzido por intermédio de pesquisas apoiadas em um método detalhado pelo pesquisador.



Vale a pena você recordar a noção de método científico, relendo a Aula 2 da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo, já cursada.

Pesquisador-autor

A ideia de “educar pela pesquisa”, preconizada por Demo (2009), articula-se com a proposta da formação do pesquisador-autor por ambas valorizarem a reconstrução do conhecimento, o aprender a pensar, o tornar-se autor e cidadão. O pesquisador-autor deve possuir, assim, habilidades para manejar o conhecimento e fazer interpretações com autonomia, distanciando-se, portanto, do mero copiar, reproduzir dependente das compreensões alheias.

Iniciação

Refere-se ao começo da formação científica em cursos de ensino superior, nos quais o aluno desenvolve um tipo de trabalho acadêmico com o acompanhamento de professor-orientador.

Assim, pesquisa e método científico encontram-se no centro das atividades dos pesquisadores em ciências, sendo, por isso, lembrados logo nessa primeira aula. Você também conhecerá aspectos da vida acadêmica, que, em certa medida, distanciam-se da lógica do lucro e da valorização das individualidades, tão próprias às sociedades capitalistas globalizadas.

Como é preciso perseguir o ideal da clareza e da precisão para atender aos requisitos do conhecimento científico, torna-se primordial explicitar o significado de termos e noções empregadas, tanto para o bom entendimento, quanto para assegurar a seriedade desse material didático. Esta preocupação com o significado de palavras, termos básicos, conceitos, faz parte das exigências da redação científica. Você vai aprender a escrever assim também!

Você notou que no título desta Aula a palavra “ciências” aparece no plural? Pois é, trata-se de uma escolha proposital. No meu entendimento, não há uma ciência, mas muitas que podem se diferenciar, por exemplo, com relação aos objetos de estudo. A preferência pelo uso da palavra “ciências” no plural deve-se ao reconhecimento das especificidades de cada área do conhecimento. Assim, o uso da palavra “ciência”, no singular, será evitado nesta aula como crítica subjacente à concepção universal de ciência.

Você encontrará, muitas vezes, nesse material didático, o emprego alternado dos termos científico e acadêmico, que podem induzi-lo a pensar que sejam palavras sinônimas. Mas, atenção! Muito embora estes termos não se refiram exatamente à mesma coisa, seus sentidos complementam-se. Científico refere-se ao tipo de conhecimento, e acadêmico, ao lugar de sua produção. Acadêmico diz respeito à academia como Instituição de Ensino Superior, incluindo sua tradição cultural também. Portanto, acadêmico, aqui, refere-se à faculdade, universidade. E científico?

Científico diz respeito a um tipo de conhecimento que surgiu, durante o século XVII, com o advento da chamada Ciência Moderna. No século XIX, afirmou-se como principal referência para organizar, legitimar e transformar a realidade. Até a Segunda Guerra Mundial, imaginava-se que o conhecimento científico seria fonte apenas de felicidade para o ser humano. A explosão da cidade de Hiroxima em decorrência do lançamento da bomba atômica possibilitou, contudo, a percepção de que a utilização do conhecimento científico possuía uma face desfavorável aos seres humanos. Revelou-se destruidora, denunciando as influências de ordem econômica, política, ideológica nas pesquisas científicas

e até mesmo nos pesquisadores. Ficou claro, a partir de então, que não existe conhecimento científico neutro.

Você certamente já sabe que os pesquisadores em ciências, os cientistas, têm sua formação científica obtida nas faculdades e universidades. A iniciação científica é feita nos cursos de ensino superior, sendo depois fortalecida em cursos de especialização, em seguida no mestrado e, ao final, no doutorado. Entende-se, assim, que a formação do pesquisador em ciências só se completa com a obtenção do título de doutor. Portanto, sem afobamentos, pois você está na fase da iniciação científica.

Comunidades Científicas, Meio Acadêmico



Figura 1.1: Campus da Universidade de Suffolk (EUA)

Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=download&id=1388355>

Os cientistas realizam pesquisas que podem apresentar pontos de proximidades entre elas, tais como o foco, voltado para o mesmo tema ou para o mesmo problema científico. Quando grupos de pesquisadores debatem o mesmo tema, por exemplo, formam-se os chamados ciclos de estudos ou de debates. O conhecimento científico avança, assim, como resultado de um esforço coletivo de investigação. Devido a esses elos, que sugerem haver um diálogo constante no mundo das ciências, os pesquisadores fazem parte da comunidade científica mundial e estabelecem contatos, sobretudo por meio dos eventos acadêmicos e por intermédio da divulgação de trabalhos realizados. Observe como os eventos acadêmicos são organizados por área de conhecimento.

Parecerista

Também chamado consultor *ad hoc*, é o nome dado ao professor de Instituição de Ensino Superior responsável pela avaliação dos estudos enviados com fins de publicação para alguma revista especializada. Com formação acadêmica em nível de mestrado ou doutorado, o parecerista realiza anonimamente as avaliações dos trabalhos, levando em conta a qualidade acadêmica, a relevância científica, a consistência e a adequação do conteúdo, bem como a preservação de princípios éticos, valorizados pelo meio acadêmico.

Índice científico-setorial

Listagem que pode reunir indicações de coleções, de obras, editoras, autores, e títulos de trabalhos organizados por área de conhecimento científico.

Periódicos Científicos

O principal veículo de divulgação dos resultados das pesquisas são os periódicos científicos. Trata-se de um tipo de revista reconhecida especialmente, por possuir um comitê científico-editorial que avalia os artigos encaminhados para a publicação. A análise é feita por outros pesquisadores, que atuam como pareceristas, escolhidos pelo editor da revista. Um artigo é geralmente analisado por mais de um **parecerista**, na condição de anonimato, mantendo a autoria do trabalho preservada para caracterizar como impessoal a avaliação. O artigo pode ser aceito, recusado ou devolvido com comentários críticos. No último caso, o artigo poderá ser reencaminhado para publicação, após a realização dos ajustes sugeridos. Esse sistema de análise é conhecido como revisão pelos pares, pois o comitê científico-editorial, formado por pesquisadores vinculados a Instituições de Ensino Superior, responsabiliza-se pelo artigo com o autor.

Outro aspecto importante dos periódicos científicos é que os artigos publicados são indexados, isto é, fazem parte de um **índice científico-setorial** à disposição de outros pesquisadores.



Um índice científico-setorial público e gratuito é o Scielo, podendo ser acessado via Internet pelo endereço: www.scielo.br. Observe a seriedade dos periódicos com reputação a zelar no mundo das ciências.

No Brasil, há ainda um órgão federal que fiscaliza e avalia os periódicos – a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Saiba mais sobre suas demais áreas de atuação, acessando o *site*: www.capes.gov.br.

No Turismo, o Caderno Virtual de Turismo do IVT (Instituto Virtual de Turismo) tem sido identificado como referência pelos pesquisadores da área. No *site* do IVT (www.ivt.coppe.ufrj.br), você consegue localizar vários periódicos internacionais e nacionais.

Debates Formais e Informais

Os debates e diálogos, e diálogos informais na vida acadêmica podem ocorrer, por exemplo, nas salas de aula e até nos corredores das universidades. Os formais acontecem nos eventos científicos e acadêmicos, tais como congressos, simpósios, seminários, dentre outros (APOLINÁRIO, 2006). Observe a tabela a seguir, que lista os principais deles.

Tabela 1.1: Principais Tipos de Eventos Científicos e Acadêmicos

Congresso	Reunião formal de ampla dimensão e relevância científica, que conta com a participação de renomados pesquisadores.
Fórum, Encontro, Seminário, Conferência	Versões reduzidas de um congresso em tamanho e importância.
Simpósio	Reunião na qual estudiosos apresentam suas compreensões em determinada área de conhecimento.
Mesa-Redonda	Reunião em que os debatedores preconizam visões claramente divergentes acerca de determinado tema.

Esses encontros acadêmicos ocorrem numa atmosfera marcada pela crítica, pelo debate. Imagine que um jovem **congressista** pode comentar as ideias, trabalhos de cientistas experientes e até renomados. A questão reside no estar devidamente preparado para isso, concorda?

Há ainda outras modalidades de participação e de informação à comunidade científica sobre trabalhos realizados. Na categoria painel, as pesquisas são apresentadas numa espécie de cartaz, que fica, durante um tempo determinado, exposto em lugar apropriado. Você também pode participar de um evento acadêmico com um relato sobre seu trabalho em uma sessão de comunicação oral. Mas, independente da modalidade de participação, o importante mesmo é estar presente para estabelecer contato com os resultados de pesquisas recentes.

Congressista

participante como ouvinte, observador das atividades desenvolvidas.

Resistência a Novidades

Descoberta

Aquilo que se descobriu, encontrou-se por acaso ou mediante busca, pesquisa.

Invenção

Algo novo criado ou concebido no campo das ciências, da tecnologia, das artes.

Inovação

Algo renovado.

É interessante notar que, muito embora a atmosfera acadêmica seja marcada pela crítica, podem aparecer resistências a novidades. O fato é que as **descobertas**, as **inovações** ou as **invenções** demoram algum tempo para serem aceitas pela comunidade científica, assim como o desenvolvimento de seus usos ou aplicações.

A história das ciências encontra-se povoada de muitos casos de resistências, como a descoberta da penicilina, a invenção do avião, inovações na fabricação do vidro, dentre outros.



Figura 1.2: Rádio Vintage

Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=download&id=1400144>

Em inícios do século XX, o major Edwin Howard Armstrong realizou importantes invenções referentes ao rádio. Mas, como suas criações contrariavam a teoria matemática prevalecente à época, ele esbarrou em dificuldades de aceitação, enfrentando, inclusive, inúmeras disputas legais. “Trinta anos após sua morte, suas teses foram demonstradas e cabalmente aprovadas”. (BERVERIDGE, 1981, p. 43)

O fato é que o pioneirismo deixará o pesquisador sozinho na maior parte das vezes, sobretudo quando não tiver conquistado a credibilidade de seus pares e não contar com o reconhecimento internacional ou nacional de seus trabalhos. Os cientistas precisam demonstrar rigor na divulgação de resultados das pesquisas. A comunidade científica investiga a qualidade dos trabalhos, inclusive denunciando casos de fraudes ou trapaças.

Em 2012, um biólogo brasileiro de renome foi acusado de fraude pelo blog Science Fraud. Em função disso, o pesquisador Rui Curi teve dois estudos anulados e foi obrigado a acrescentar erratas em outros três artigos. Há ainda em tramitação um processo de investigação sobre seus trabalhos, que foi encaminhado pela Universidade de São Paulo (USP) para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Essa notícia foi recentemente publicada na Folha de São Paulo e você encontrará melhores detalhamentos na transcrição a seguir.



CNPq inocenta biólogo Rui Curi de fraude

O comitê do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que investigou estudos do biólogo Rui Curi, da USP (Universidade de São Paulo), inocentou o pesquisador de acusações de fraude.

Curi, ex-diretor do ICB (Instituto de Ciências Biomédicas) e integrante da Academia Brasileira de Ciências, tem parte de suas pesquisas financiada pelo CNPq e alguns de seus estudos vinham sendo avaliados pela instituição por suspeita de manipulação de dados.

Após os resultados de dois dos trabalhos de Curi terem sido cancelados pelos periódicos científicos que os publicaram, a CIAC (Comissão de Integridade na Atividade Científica do CNPq) passou a investigar o caso, mas concluiu que não houve “falsificação de resultados”.

“CIAC conclui que houve falha no exercício de rigor na condução e divulgação de resultados, indispensáveis à pesquisa de qualidade”, afirma um comunicado assinado pelo presidente da comissão, Paulo Sérgio Beltrão. (FOLHA DE SÃO PAULO, 03 ago. 2013, p. C7)

Princípios do Mundo das Ciências

Como a produção/reconstrução do conhecimento científico envolve colaboração social e passa por um severo crivo do meio acadêmico, como preparar o jovem pesquisador para ingressar nesse mundo aparentemente sem leis próprias?

A despeito de sua inserção nas sociedades capitalistas, o mundo das ciências encontra-se apoiado em princípios próprios, que, em termos ideais, orientam as práticas acadêmicas dos pesquisadores com regras, preferências e permissões. Em algumas áreas do conhecimento, estas regras são seguidas com mais rigor do que em outras, mas há, em geral, consenso entre os cientistas sobre usos e costumes de normas. Os quatro princípios que justificam, inclusive, a importância das ciências para as sociedades nos dias de hoje são: desinteresse, comunismo, ceticismo organizado e universalismo (MERTON, apud DIAS DE DEUS, 1971).

O universalismo refere-se à independência das ciências com relação, por exemplo, às fronteiras nacionais, às etnias, às classes sociais, às questões de gênero, aos credos. O conhecimento científico adquire caráter impessoal, internacional e anônimo. Expressa-se também na valorização do talento, da bagagem intelectual e, portanto, propõe livre acesso às atividades e carreiras científicas.

O ceticismo organizado surge da importância dada à dúvida, ao questionamento. A valorização da crítica serve tanto para permear as relações entre os pesquisadores quanto para orientar a realização de estudos.

O comunismo refere-se à noção de propriedade comum. Os avanços do conhecimento científico são produto da colaboração social e destinam-se à coletividade. Uma lei, por exemplo, não é propriedade exclusiva de seu descobridor ou herdeiros. O conhecimento científico faz parte do domínio público e relaciona-se à necessidade da comunicação dos

resultados. O nome do pesquisador aparecerá, no máximo, para denominar a descoberta, a teoria.

O pesquisador deve pautar-se ainda no desinteresse que diz respeito à paixão pelo saber, à curiosidade, ao interesse em prol da humanidade. Como nos diz Demo (2004, p. 53), “ao contrário do mercado, a universidade está amarrada, desde sempre, a objetivos também éticos, que colocam o bem comum acima de qualquer apropriação privada.”

O TCC pode servir de passaporte para ingressar na comunidade científica. Você se deu conta disso? Encontra-se instigado para aprender a fazer um artigo científico e a estabelecer contato com comunidades acadêmicas nacionais e internacionais?

═══════════════════ **Atividade 1** ════════════════════

Atende parcialmente ao objetivo 1

1. Relacione a coluna da direita com a da esquerda, ligando os tipos de eventos acadêmicos às suas respectivas descrições.

- | | | |
|--------------------|-----|---|
| (1) Congresso | () | reunião de pesquisadores que preconizam visões divergentes sobre um tema determinado. |
| (2) Simpósio | () | reunião de consagrados pesquisadores em um ramo das ciências de ampla dimensão. |
| (3) Mesa-redonda | () | reunião na qual alguns pesquisadores de uma área do conhecimento expõem suas visões. |
| (4) Conferência | () | palestra realizada por um pesquisador convidado. |

2. Diga se as afirmativas abaixo estão corretas ou incorretas e, em seguida, elabore uma justificativa para cada uma de suas respostas.

a) Os cientistas encontram-se organizados em Comunidades Científicas Nacionais, ficando inteiramente submetidos às políticas públicas de cada país.

b) Os periódicos científicos são revistas especializadas que reúnem artigos selecionados por um comitê científico-editorial.

c) Os pareceristas, integrantes de comitês editoriais dos periódicos científicos, são pesquisadores vinculados a alguma Instituição de Ensino Superior, que podem estar localizadas dentro ou de fora do país.

d) O meio acadêmico e científico é, em geral, regido pela preocupação com o lucro, com os direitos originados dos registros de patentes.

Resposta comentada

1. 3, 1, 2, 4.

Os eventos científicos são organizados por área do conhecimento, sendo o Congresso de ampla dimensão e relevância científica, e o Simpósio de tamanho e importância menores, se for comparado ao primeiro. Mesa-redonda congrega pesquisadores com perspectivas diferentes sobre um tema, enquanto Conferência é a palestra ministrada por um pesquisador convidado.

2. a) Incorreta, porque os pesquisadores de cada ramo do conhecimento colaboram de forma independente para o avanço das ciências, muito embora integrem a Comunidade Científica Internacional devido aos elos estabelecidos por meio da comunicação de resultados.

b) Correta, porque os pareceristas integrantes dos comitês editoriais são cientistas vinculados a instituições nacionais ou internacionais de ensino superior ou pesquisa científica.

c) Correta, porque esse sistema de análise é chamado de revisão pelos pares, que se responsabilizam com o autor pelo artigo.

d) Incorreta, porque o mundo das ciências distancia-se das preocupações tipicamente capitalistas, pois as regras e princípios que o regem até hoje são: desinteresse, comunismo, ceticismo organizado e universalismo.

Os Critérios de Cientificidade

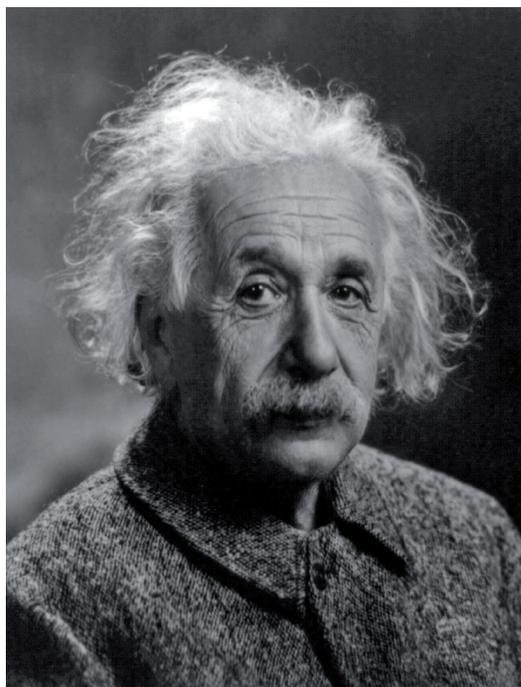


Figura 1.3: Albert Einstein.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d3/Albert_Einstein_Head.jpg/460px-Albert_Einstein_Head.jpg

O **grau de cientificidade** de um trabalho acadêmico é avaliado a partir da consideração de critérios externos e internos. Vamos conversar sobre cada um deles, separadamente.

Grau de cientificidade

Refere-se ao nível de cientificidade de um trabalho acadêmico, ou seja, indica se o processo ou método utilizado qualifica-o como científico.

Critérios Internos

Os principais critérios internos de cientificidade compreendem coerência, consistência, originalidade, objetivação e discutibilidade, como você pode observar na tabela a seguir.

Tabela 1.2: Principais Critérios Internos de Cientificidade

Coerência	Diz respeito à argumentação estruturada, destituída de contradição e com um tema desenvolvido por intermédio de uma linha de raciocínio, um fio condutor.
Consistência	Refere-se, sobretudo, à utilização de argumentos atualizados, conferindo resistência à argumentação contrária, comportando o esforço de dar conta amplamente de um tema.
Originalidade	Relaciona-se com a pesquisa criativa que não se limita a repetições, com outras palavras do já dito por outros.
Objetivação	Corresponde ao esforço metodológico que pretende, apenas como expectativa, cuidar da realidade como ela é, por intermédio da construção de um objeto de estudo.
Discutibilidade	Compreende a precariedade da argumentação, fundamentada por reconhecer como componente do discurso científico o não argumentado e o menos lógico.

Os trabalhos científicos levam em conta todas as características acima como um ideal a ser perseguido, mas dificilmente alcançado na íntegra. Assim, quanto mais a argumentação for lógica, sistematizada, explicativa, coerente, original e com reconhecimento dos próprios limites, maior será o grau de cientificidade do discurso. As ideias, por exemplo, devem estar bem definidas, articuladas, encadeadas e sem contradições.

O grau de cientificidade de um trabalho científico vai variar de acordo com a maturidade intelectual do pesquisador. O critério da originalidade, por exemplo, não será sequer exigido de um jovem pesquisador, não é mesmo?

Alguns estudiosos, como Alves-Mazotti (2001) e Gewandsznajder (1989), chamam nossa atenção para as pseudociências, que se distanciam do conhecimento científico ao resistirem à crítica constante e à realização de testes. Muito embora se reconheça os seus resultados práticos, a homeopatia, por exemplo, apresenta baixo nível de cientificidade, devido à falta de questionamento crítico e da realização de testes constantes. Um dos princípios básicos da homeopatia foi estabelecido,

desde fins do século XVIII, pelo médico alemão Hahnemann, mantendo-se, até os dias de hoje, alicerçado nos resultados práticos, mas sem a realização de experimentos que confirmassem sua validade para todos os casos. Você percebeu como a discutibilidade constitui-se em um importante critério interno para assegurar a cientificidade de um discurso?

Critérios Externos

Os critérios externos de cientificidade, por sua vez, dizem respeito à necessidade de proximidade entre teorias de diferentes áreas do conhecimento científico. Um fenômeno biológico, ao ser analisado, não deve contrariar uma lei da Física. A Astrologia, por exemplo, não absorveu descobertas recentes feitas pela Astronomia e continua apresentando características psicológicas bem vagas e gerais, tendo baixo nível de cientificidade. A despeito disso, nossa curiosidade leva-nos muitas vezes a ler os horóscopos, certo?

Demo (1995) complementa nossa compreensão sobre os critérios externos ao incluir a noção de intersubjetividade, que engloba a visão predominante na comunidade científica sobre algo, numa determinada época e lugar. A intersubjetividade acrescenta, assim, à lista de critérios externos, a comparação crítica, a divulgação e o reconhecimento pela comunidade científica.

Métodos Científicos



Marcelo M. Baronheid

Figura 1.4: Um caminho

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d3/Rodovia_sp79.jpg?uselang=pt-br

Os trabalhos acadêmicos precisam detalhar o caminho escolhido para desenvolvimento de um estudo, possibilitando sua realização e seu reconhecimento por meio da conferência dos resultados.

Você já sabe que os trabalhos, sobretudo os originais, precisam ser amplamente experimentados, repetidos com sucesso, inclusive por outros cientistas, para alcançarem ampla aceitação e serem ampliados. Portanto, é imprescindível que o pesquisador pormenorize o método científico adotado para que seus pares e outros cientistas analisem e reconheçam as conclusões apresentadas.

Muitas vezes, encontramos na literatura especializada o emprego da palavra método com um sentido geral, associado a tipos diversos de procedimentos ou a etapas de pesquisa. Surgem, por isso, muitas dúvidas quanto ao significado de método científico. E a principal delas diz respeito à existência de um ou de vários métodos. Você precisa de maior clareza a esse respeito, concorda? Mas, lembre-se de que o debate é próprio do meio acadêmico e, por isso, não há pretensão de acabar com divergências, mas apenas compreendê-las, combinado?

A Visão dos Cientistas

Que tal iniciarmos o estudo da noção de método científico a partir da visão dos cientistas? Então, leia o fragmento de texto abaixo, escrito por um pesquisador de renome.

Os que trabalham com pesquisa quase sempre são individualistas e de espírito independente e, conseqüentemente, variam os modos pelos quais atacam os problemas; por exemplo, alguns trabalham sistematicamente; enquanto outros perseguem ideias especulativas. Eu não acredito que algo como o método científico possa existir; apesar disso há, naturalmente, procedimentos que são comumente usados na pesquisa. [...] delinearei o procedimento comum num programa de pesquisa. No entanto, não se deve inferir disso que as investigações invariavelmente sigam tal modo sistemático de operação, e tampouco que aqui estejam todos os procedimentos usados na pesquisa.

(a) Reconhecimento do problema. O ponto inicial normalmente é o reconhecimento do problema. Este pode ser um problema prático óbvio, por exemplo, na Medicina, na Agricultura, ou na Engenharia, ou pode ser um problema teórico, surgido da insatisfação com uma teoria aceita. Escolher questões importantes

e emoldurá-las de forma significativa aumenta a probabilidade de se obterem respostas instrutivas. Um esforço é feito no sentido de delimitar o problema, de reduzi-lo a seus componentes específicos. A semântica pode ser útil neste estágio, ajudando a esclarecer os conceitos. [...]

(b) Coleta de informações. As informações relevantes são coletadas através de pesquisas na literatura, de observações sistemáticas dos aspectos práticos do problema e de investigações em várias fontes. Geralmente os dados precisam ser classificados e talvez isto implique uma padronização. Os dados e as ideias são registrados e arrumados de modo sistemático e talvez tabulados, conforme recomenda Francis Bacon. Uma das dificuldades deste estágio é decidir qual informação é relevante; inevitavelmente, na seleção do material, somos influenciados pelas teorias correntes e pelas hipóteses conjecturais. Ninguém começa realmente da estaca zero.

(c) Imaginação de hipóteses. Esta é uma atividade que tem lugar durante todo o tempo, a partir do momento em que o assunto é escolhido ou mesmo antes. [...]. São consideradas tantas hipóteses quantas forem possíveis e aquelas que forem tidas como mais viáveis são selecionadas para serem submetidas à experimentação ou testadas à luz de mais dados de observação e de avaliação geral.

(d) Experimentação. Este aspecto da investigação apresenta uma variação tão grande de um ramo da ciência para outro, do ponto de vista técnico, que é difícil generalizar. Quando uma hipótese é muito conjectural – apenas uma possibilidade baseada em pouca ou nenhuma evidência – é sempre boa tática, primeiro procurar evidências que lhe deem apoio, tanto através da observação, como pela experimentação. Quando a hipótese já está desenvolvida até um estágio que exige um teste rigoroso, verifica-se se ela subsiste depois de experimentos deliberadamente planejados para revelar provas contra ela, se possível, um experimento decisivo.

[...]

Quando os resultados de uma experiência não se revelam coerentes com a hipótese, fica logicamente provado que a hipótese é falsa, desde que a experiência tenha sido perfeitamente construída e executada, e tão somente neste caso. Mesmo em tal caso, a hipótese ainda pode ser de valor de uma forma modificada. Assim, a consequência final de uma experiência pode ser a rejeição, a modificação ou o fortalecimento da hipótese; às vezes, pode vir à luz uma informação não prevista pela hipótese. Com frequência, há necessidade de experiências subsequentes para confirmar os resultados ou para esclarecer alguns pontos. A interpretação dos resultados experimentais exige o emprego de muitas qualidades, inclusive a lógica e a imaginação criativa.

(e) Publicação. Esta é uma parte essencial do processo de pesquisa. Seu propósito não é apenas tornar público o novo conhecimento e reivindicar a primazia do achado, mas também expô-lo à crítica. O trabalho deve ser descrito detalhadamente, o suficiente para possibilitar que outros possam repeti-lo. As descobertas são interpretadas pela discussão do modo como elas se encaixam no corpo de conhecimentos aceito, sugerindo-se ainda prováveis implicações. Um novo conhecimento não é apenas acrescentado aos conhecimentos já acumulados: tem que se integrar neles. Além disso, como vimos, frequentemente é a publicação que leva a trabalhos posteriores de outros pesquisadores que, por sua vez, revelam o verdadeiro valor da descoberta original, como, por exemplo, a penicilina.

Estes são os cinco elementos principais que podem ser identificados numa investigação honesta. Eu os descrevi separadamente apenas para tornar mais clara a exposição, mas raramente há uma simples progressão de (a) até (e). Comumente os estádios (c) e (d), a imaginação de hipóteses e sua verificação, caminham mais ou menos simultaneamente e ocupam a maior parte do tempo do pesquisador. (BEVERIDGE, 1981. p. 62-66)

Você notou como Beveridge atribuiu à noção de método científico o significado de fases de pesquisa? Essas etapas são chamadas também de procedimentos operacionais, por identificarem a concepção de método científico com a realização prática das pesquisas. Mas é importante você perceber que alguns desses momentos de estudo ocorrem ao mesmo tempo, pois o trabalho científico requer um fazer e refazer constantes. Nesse sentido, método científico refere-se a um conjunto de ações de pesquisa, norteadas por objetivos específicos. E como os fatos ou fenômenos sociais, por exemplo, não podem ser reproduzidos pelos pesquisadores e sequer experimentados, não resta dúvida sobre a multiplicidade de métodos científicos. Mas três momentos são indispensáveis às pesquisas científicas: reconhecimento do problema, coleta de dados e publicação.

Um outro aspecto interessante é que Beveridge reconhece o papel da lógica e da imaginação criativa, pelo menos na interpretação de resultados. Diante disso, depreende-se que o conceito de método científico abrange tanto a lógica das ciências quanto à prática da pesquisa e é definido pelos pesquisadores como um conjunto de procedimentos estabelecidos para tentar resolver um problema.

Procedimentos Básicos

Por tudo o que vimos, é possível concluir que há métodos científicos variados, que englobam dois tipos de procedimentos básicos: intelectuais (valorizados pelos filósofos) e operacionais (apontados pelos cientistas).

Os procedimentos intelectuais referem-se às formas de pensamento, que incluem as bases **lógicas** da pesquisa científica como os métodos dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico, que conheceremos a seguir, sendo que:

Cada um deles vincula-se a uma das correntes filosóficas que se propõem a explicar como se processa o conhecimento da realidade. O método dedutivo relaciona-se ao racionalismo, o indutivo ao empirismo, o hipotético-dedutivo ao neopositivismo, o dialético ao materialismo dialético e o fenomenológico, naturalmente, à fenomenologia.

A adoção de um ou outro método depende de muitos fatores: da natureza do objeto que se pretende pesquisar, dos recursos materiais disponíveis, do nível de abrangência do estudo e, sobretudo, da inspiração filosófica do pesquisador. (GIL, 1999, p. 26-27)

Você conhece, em linhas gerais, o raciocínio indutivo e o dedutivo? Leia atentamente a tabela a seguir.

Tabela 1.3: Indução e Dedução: visão geral

Indução	Operação mental que, a partir de um certo número de informações sobre fatos ou fenômenos específicos, amplia as conclusões para casos que não foram inclusive examinados. Portanto, por esse caminho reflexivo, chega-se a conclusões apenas prováveis, que trazem prejuízos à precisão. Exemplo: Cobre conduz energia; zinco conduz energia; cobalto conduz energia. Ora, cobre, zinco e cobalto são metais. Logo (todo) metal conduz energia.
Dedução	Operação mental que, a partir de generalizações, explica fatos ou fenômenos especiais referidos pelos mesmos princípios gerais. Os argumentos dedutivos alcançam conclusões válidas se forem totalmente sustentadas por princípios gerais. Exemplo: Todo metal conduz energia. Cobre, zinco e cobalto são metais. Logo cobre, zinco e cobalto conduzem energia.

Conheça mais um pouco sobre as bases lógicas da investigação científica, observando a **Tabela 1.4**, com a definição dos métodos.

Lógica

No sentido filosófico, refere-se ao conjunto de estudos que visam determinar os processos intelectuais adequados ao conhecimento científico. Esta palavra também pode ser empregada como coerência de raciocínio, de ideias, e, ainda, como maneira de raciocinar particular a um indivíduo ou a um grupo social.

Tabela 1.4: Métodos Científicos

Dedutivo	Estabelece uma cadeia de raciocínio descendente, ao partir do geral para o particular. O raciocínio dedutivo apoia-se em teorias, leis ou princípios considerados válidos para tirar conclusões sobre casos particulares.
Indutivo	Estabelece uma conexão ascendente, isto é, parte de caso particular para o geral, dando surgimento a inferências generalizantes que vão além das evidências disponíveis.
Hipotético-dedutivo	Toma como ponto de partida a formulação de um problema e testa as hipóteses por meio de inferências dedutivas.
Dialético	Parte da proposição de que há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno que o transforma.
Fenomenológico	Busca a compreensão de aspectos essenciais e intrínsecos dos fenômenos, por meio das percepções.

Fonte: Adaptado de Lakatos; Marconi (1991).

Você também encontrará em livros, menção a outros tipos de métodos específicos das ciências sociais como método histórico, método comparativo, método estruturalista etc.

Síntese Histórica sobre Metodologia da Pesquisa

Mas será que as pesquisas científicas empregam métodos delimitados com clareza, partindo de proposições bem demarcadas e adequadamente sistematizadas? Certamente, sim. Como vimos, os cientistas valorizam sobremaneira as fases da pesquisa, aparecendo, no planejamento, detalhes da execução dos estudos. Lembre-se de que o pesquisador estabelece um caminho prévio de investigação para orientar o trabalho, que poderá ser refeito ou ajustado inúmeras vezes.

Nos dias de hoje, a compreensão sobre as práticas científicas valoriza a articulação com o todo social, como também considera a diversidade de métodos. Mas, não se engane, nem sempre foi assim.

Por volta de fins do século XIX e até meados do século XX, os cientistas mantiveram suas pesquisas em isolamento e revestiram-nas com propósitos subjetivos. Não foi por um mero acaso que o cientista era representado inúmeras vezes em filmes e revistas infantis como uma

criatura altamente excêntrica, não é mesmo? Além disso, predominava, nessa época, o entendimento de que havia apenas um método científico a ser aplicado nas ciências.

As ciências sociais ou humanas (Psicologia, Sociologia, Economia, História, dentre outras) começaram a aparecer na Europa a partir de fins do século XIX, quando o ser humano foi transformado em objeto de estudo. Diante disso, dois aspectos deram a estas ciências uma condição especial: em primeiro lugar, é necessário destacar que tudo o que até então se referia ao ser humano havia sido organizado pela Filosofia e, em segundo, torna-se importante lembrar que, nesta época, as ciências naturais ou exatas (Física, Química, Biologia etc) já estavam constituídas, com ideias sobre cientificidade e métodos definidos.

Como se formaram depois, as ciências sociais, por analogia, passaram a empregar teorias e métodos das ciências naturais. O homem foi transformado em coisa natural, matematizável e experimentável. Os resultados destes estudos foram bastante contestados por filósofos e cientistas, que colocavam em dúvida o estatuto científico das ciências sociais. E, essa compreensão ainda se reproduz, numa certa medida, até os dias de hoje, não é mesmo?

Comentários sobre o baixo grau de cientificidade das ciências sociais foram alicerçados em argumentos, tais como:

- os fatos humanos não podem ser reproduzidos em laboratórios e cuidados como experimentos;
- o estudo do ser humano impossibilita tratamentos marcados pela objetividade e pela neutralidade;
- as ciências sociais impedem o estabelecimento de leis objetivas gerais por lidarem com o subjetivo, com o particular, com o historicamente determinado.



O outro lado da “moeda”: duas dicas para instigar sua curiosidade sobre certas fragilidades nas explicações científicas das chamadas ciências naturais.

I. No início da década de 1920, a conhecida Escola de Frankfurt denunciou o viés ideológico existente na pretendida neutralidade científica.

II. A chamada Escola de Edimburgo, movimento denominado Sociologia do Conhecimento, reforçou, em fins dos anos 1960, o entendimento de que o sucesso das teorias científicas dependia de fatores sociais como interesses políticos, acadêmicos dentre outros.

Muito embora filósofos e cientistas em geral admitam que não haja conhecimento totalmente objetivo, que aspectos subjetivos do cientista podem interferir em seu trabalho e que os critérios de demarcação científica podem ser modificados historicamente, ainda encontramos estudiosos que defendem a visão de que as ciências sociais devem seguir os padrões estabelecidos pelas ciências naturais. Enfim, há um debate em aberto, que tangencia estas questões. A discussão atual, entretanto, refere-se às pesquisas quantitativas e qualitativas, comentadas a seguir

Tipos de Pesquisa Científica

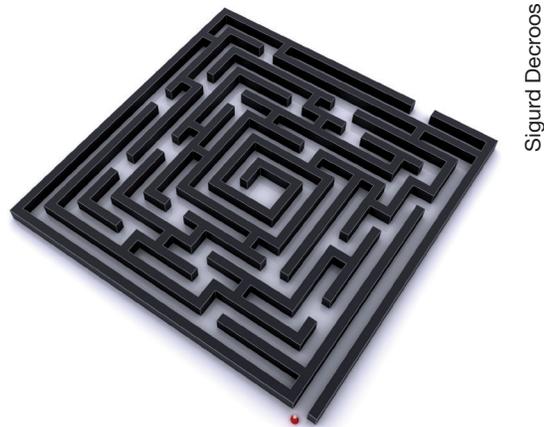


Figura 1.5: Labirinto

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1263017>

Você já ouviu alguém falar em pesquisas qualitativas e quantitativas? Torna-se importante considerar que grande parte das pesquisas qualita-

tivas utiliza também procedimentos quantitativos de tratamento e/ou de análise de dados. Agora, pense sobre o seguinte: será que dados quantitativos também podem ser abordados qualitativamente? Será que está em andamento uma tendência de estabelecimento de uma via de mão dupla entre ambas? Estudos mais recentes apontam para esta direção.

Você já se deu conta de que as **pesquisas quantitativas e qualitativas** referem-se aos dois grandes paradigmas das investigações científicas?



Consulte a Aula 3 da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo para lembrar sobre a noção de paradigma, que se encontra detalhada.

Mas, será que as pesquisas quantitativas e qualitativas referem-se aos dois grandes paradigmas das investigações científicas? Sim. O primeiro relaciona-se com as ciências naturais, que adotam procedimentos quantitativos para o estudo de objetos de observação comparável entre si. E o segundo foi desenvolvido pelas ciências sociais, que utilizam procedimentos qualitativos para enfatizar as especificidades do fato ou fenômeno investigado, em termos de suas origens e de sua razão de ser. Os qualitativistas defendem a relevância do aspecto subjetivo das ações sociais e denunciam a incapacidade da estatística de dar conta de fenômenos complexos e únicos.



Como os paradigmas das investigações científicas são uma longa conversa, você pode prosseguir com esse assunto um pouco mais. Que tal fazer uma investigação na Internet? Recomendo que você localize artigos acadêmicos com o auxílio de algum site de busca. Basta clicar, que eles aparecem reunidos em um *link* específico.

Pesquisa qualitativa e quantitativa

A pesquisa qualitativa é um conjunto de técnicas usadas nas ciências sociais que estimula os entrevistados a pensar livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, de maneira espontânea. Já a pesquisa quantitativa utiliza uma técnica diferente: um grande número de pessoas responde a um questionário, cujos dados gerados são analisados estatisticamente.

Dois autores servem ainda de referência para este assunto: Ivani Fazenda e Hilton Japiassu. Incluo também a indicação de dois livros:

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 2001.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Principais Tipos de Pesquisa

Você já aprendeu que a produção do conhecimento científico parte da problematização de um fato ou de um tema devidamente delimitado, a serem investigados através da pesquisa. Sabe também que a investigação científica pode utilizar procedimentos técnicos variados que, tal como o nível de abordagem adotado, diferenciam as pesquisas entre si. Por isso, dependendo do ponto de partida, encontramos classificações variadas de pesquisas, mas, aqui, serão indicados apenas tipos de investigação científica que auxiliam o planejamento, quer dizer, que servem para dar mais clareza à pesquisa pretendida.



Raramente, encontramos nos estudos recentes um único tipo de pesquisa, uma vez que grande parte deles apresenta combinação de vários. Assim, o estudo dos tipos de pesquisa corresponde, sobremaneira, à preocupação didática voltada para a formação do profissional pesquisador-autor.

Confira, nas tabelas a seguir, os principais tipos de pesquisa científica.

Tabela 1.5: Pesquisa Científica, quanto à Natureza dos Dados

Quantitativa	Baseia-se em dados estatísticos.
Qualitativa	Baseia-se em opiniões, atitudes, impregnando-se propositalmente de subjetividade e reconhecendo o alto teor de subjetividade.

Tabela 1.6: Pesquisa Científica, quanto à Procedência dos Dados

Documental ou primária	Baseia-se em documentos produzidos durante a realização de alguma atividade, sem o propósito de pesquisar. Por exemplo: registros policiais.
Secundária ou bibliográfica	Baseia-se em fontes secundárias, em análises científicas feitas por outros pesquisadores.

Tabela 1.7: Pesquisa Científica, quanto às Fontes de Dados

Pesquisa de campo	Recolhe os dados no lugar em que os fatos ou fenômenos acontecem e da forma como são percebidos pelo pesquisador. A pesquisa de campo utiliza-se, muitas vezes, da técnica da observação direta para coleta de dados.
Pesquisa de laboratório	Reproduz de forma artificial e controlada o fato ou fenômeno estudado, para possibilitar a captação de dados imprescindíveis para descrição e análise.
Bibliográfica	Realiza-se no conjunto dos materiais produzidos sobre algum assunto, servindo como ponto de partida para qualquer processo de busca científica.

Técnica da observação direta

Segundo Marconi e Lakatos (1996), a técnica da observação direta pode ser:

Intensiva: realiza-se por meio de observação e de entrevista

Extensiva: realiza-se por meio de questionários, formulários, medidas de opinião e atitudes e de técnicas mercadológicas.

Leia mais a respeito, consultando as Aulas 8 e 10 da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo.

Tabela 1.8: Pesquisa Científica, quanto aos Objetivos Gerais

Exploratória	Tem como propósito a visão geral sobre tema pouco estudado.
Descritiva	Objetiva a descrição das características de determinado fato ou fenômeno.
Explicativa	Pretende identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Explica a razão, o porquê das coisas.

Tabela 1.9: Pesquisa Científica, quanto à Utilização dos Resultados

Básica	Procura o avanço científico, ampliando os conhecimentos teóricos. É denominada pesquisa formal, que tem em vista generalizações, princípios e leis.
Aplicada	Caracteriza-se pelo interesse prático, os resultados devem ser utilizados na solução de problemas que acontecem na realidade.

Tabela 1.10: Pesquisa Científica, quanto aos Procedimentos Operacionais (Técnicas de Coleta e Análise de Dados)

Bibliográfica	Desenvolve-se a partir de material já elaborado, como livros e artigos científicos. Usa o fichamento como técnica de coleta de dados.
Experimental	Compreende os experimentos, que podem percorrer as seguintes fases: determinação do objeto de estudo, seleção das variáveis capazes de influenciá-lo, definição das formas de controle e observação dos efeitos produzidos.
Estudo de caso	É o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira ampla e detalhada, ou seja, investiga fato ou fenômeno a partir de seu contexto, sendo a coleta e a análise de dados norteada por proposições teóricas (YIN, 2005).
Pesquisa-ação	Desenvolve-se em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Os pesquisadores e os participantes da situação ou do problema investigado encontram-se envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Tabela 1.11: Pesquisa Científica, quanto às Áreas do Conhecimento

Monodisciplinar	Refere-se ao estudo que aborda uma área específica do conhecimento científico.
Multidisciplinar	Refere-se ao estudo que aproxima várias áreas do conhecimento científico.
Interdisciplinar	Refere-se ao estudo que envolve várias áreas do conhecimento científico, alcançando novas compreensões.



Consulte a Aula 3 da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo para recordar os tipos de pesquisa científica, quanto às áreas de conhecimento, detendo-se com atenção na pesquisa interdisciplinar, por ter especial relevância para os saberes turísticos.

As classificações de pesquisas exigem uso cuidadoso. Por exemplo, a pesquisa bibliográfica pode ser observada em três categorias: Procedência, Fontes de dados e Procedimentos operacionais. Você percebeu? Parece ser a mesma coisa, mas não é!

Pode-se fazer referência à pesquisa bibliográfica para diferenciar as fontes primárias das secundárias. Mas podemos mencionar pesquisa bibliográfica para indicar onde foram obtidas as informações e os conhecimentos, para distanciarmos das pesquisas de campo e de laboratório. Por fim, pode-se ainda citar pesquisa bibliográfica para mostrar a técnica de coleta de dados utilizada.

Por isso, atenção! Precisamos saber o que e para que falamos sobre algo, certo? A pesquisa bibliográfica desempenha papéis diferentes no decorrer do processo de investigação científica e, sendo assim tão importante, será o assunto da próxima aula.

Trabalho Científico em Tempos de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs)

Não há dúvidas quanto ao fato de que as TICs trouxeram maior agilidade para a realização de trabalhos acadêmicos.

Antes de sua disseminação no meio acadêmico, a realização de estudos científicos era bastante demorada, sobretudo em função das dificuldades de acesso às fontes bibliográficas e de elaboração e revisão dos textos. As múltiplas visitas às bibliotecas eram acompanhadas pelas poucas possibilidades das antigas máquinas de escrever, que ampliavam a lentidão do processo durante a elaboração e revisão de textos. Na atualidade, os processadores de texto, bancos de dados, navegadores da web, e-mail, dentre outros, representam recursos indispensáveis para as pesquisas científicas, que, em alguns casos, são inclusive realizadas por parceiros virtuais. (MATTAR,2008).

O fato é que o sistema eletrônico de publicação tem avançado no meio científico e acadêmico. Nos sites de universidades, por exemplo, são disponibilizados, no mínimo, os resumos dos trabalhos monográficos e de artigos em revistas próprias. Os resumos, em geral, fornecem notícias sobre os temas, os objetivos da pesquisa, os métodos e técnicas de abordagem, bem como descrições de resultados e de conclusões importantes.

Algumas bibliotecas, como a Biblioteca Nacional, e jornais, como Estado de São Paulo, oferecem acesso on line gratuito, assim como todos os órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Busca por Fontes Confiáveis

Você sabe que as buscas feitas na Internet indicam diversas e variadas fontes de consulta sobre cada assunto. E, como publicar na rede é mais fácil e barato, você vai encontrar trabalhos com diferentes níveis de conhecimento e até com informações pouco confiáveis. Por isso, o recomendado é fazer uma análise da qualidade das fontes, sendo a primeira preocupação identificar quem é o responsável pelo material. Sites institucionais, em geral, são mais confiáveis do que os individuais, do que os independentes e do que os com fins comerciais ou de propaganda. De qualquer forma, você precisa de atenção e tempo para navegar e realizar buscas na web.

Parceiros virtuais

Conforme Mattar (2008), referem-se a grupos de pesquisa que trabalham on line, tendo como exemplo o mundialmente conhecido Projeto Genoma Humano.

Sobre esse cenário, Lévy (2005, p. 244-245) disse:

O funcionamento da rede depende essencialmente, portanto, da responsabilidade dos fornecedores e usuários de informação em um espaço público. Recusa um controle hierárquico – e portanto –, global e a priori, o que seria uma definição possível para o sistema da censura ou de um controle totalitário da informação e da comunicação.

Não se pode ter ao mesmo tempo a liberdade de informação e a seleção a priori das informações por uma instância que supostamente sabe o que é bom e verdadeiro para todos, seja essa instância jornalística, científica, política ou religiosa.

Mas e o caos, a confusão, o caráter diluviano da informação e da comunicação no ciberespaço? Não colocam em desvantagem aqueles que se encontram desprovidos de fortes referências pessoais ou sociais? De fato, a profusão do fluxo informacional, sua ausência de ordem global a priori não impedem que as pessoas ou coletivos nele se orientem e organizem por sua própria conta hierarquias, seleções, uma estrutura. Definitivamente desapareceram as seleções, as hierarquias ou as estruturas de conhecimentos pretensamente válidos para todos a qualquer momento, a saber, o universal totalizante. Como já indiquei, para a organização de uma ordem local e provisória na desordem global, há “mecanismos de busca”, índices on line e instrumentos de navegação cada vez mais aperfeiçoados a serviço do internauta. Além disso, o ciberespaço não deve ser pensado como estando povoado por indivíduos isolados e perdidos entre massas de informações. A rede é antes de tudo um instrumento de comunicação entre indivíduos, um lugar virtual no qual as comunidades ajudam seus membros a aprender o que querem saber. Os dados representam apenas a matéria-prima de um processo intelectual e social vivo e altamente elaborado. Finalmente, toda inteligência coletiva no mundo jamais irá prescindir da inteligência pessoal, do esforço individual e do tempo necessário para aprender, pesquisar, avaliar, integrar-se às diversas comunidades, mesmo que virtuais. A rede jamais pensará em seu lugar, e é melhor assim.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

As palavras de Lévy reforçam a necessidade de cautela para a realização de investigações pela Internet. Faça um comentário sobre a importância da avaliação das informações obtidas on line.

Resposta comentada

As informações obtidas pela Internet não podem ser colhidas automaticamente. Os pesquisadores precisam avaliar com rigor as fontes porque a responsabilidade de filtragem foi transferida para os internautas. Os critérios de avaliação das fontes on line devem considerar quem é o responsável, indagando sobre a reputação da instituição ou as credenciais do autor. A data de publicação merece ser verificada também, no caso de assuntos recentes. As fontes sem nome de autor ou de responsável e de sites de propaganda devem ser descartadas dos estudos acadêmicos.



Conclusão

O Mundo das Ciências distancia-se da lógica capitalista, centrada no lucro e na diferenciação social com base na renda ou no acúmulo de bens materiais. A hierarquia existente no meio científico é definida a partir da formação acadêmica e as práticas dos pesquisadores são orientadas por princípios éticos. Assim, a condição precípua para participar do meio científico e acadêmico é ter conhecimento sobre as regras, preferências e permissões. Certamente, você encontra-se agora devidamente preparado.

=====**Atividade final**=====

Atende aos objetivos 1 e 2

Diga se as afirmativas abaixo estão corretas ou incorretas e, em seguida, elabore uma justificativa para cada uma de suas respostas.

1. Os trabalhos científicos são aqueles que apresentam alto grau de cientificidade por contemplarem todos os critérios internos e externos.

2. Nas ciências, a pesquisa é melhor caracterizada pelos métodos científicos do que pelos objetos de estudo.

3. A descoberta científica só é amplamente aceita no meio acadêmico depois que a pesquisa for repetida com sucesso por vários pesquisadores.

4. Há apenas um método científico que se refere às fases da pesquisa.

5. Somente as pesquisas chamadas qualitativas apresentam alto grau de cientificidade.

6. As pesquisas chamadas quantitativas tomam exclusivamente por base dados estatísticos.

Respostas comentada

1. Incorreta porque os trabalhos acadêmicos apresentam diferentes graus de cientificidade, que podem ser aprimorados pelos testes de verificação e pela crítica constantes.
2. Correta porque o que torna um conhecimento científico é a adoção e a descrição de um método de abordagem do objeto de estudo, que não esbarra em restrições prévias para a identificação do mesmo.
3. Correta porque as descobertas, as invenções e as inovações científicas precisam passar pela prova do tempo para serem reconhecidas pelo meio acadêmico.
4. Incorreta porque os métodos científicos referem-se tanto a lógica das ciências quanto à prática da pesquisa, sendo assim múltiplos.
5. Incorreta porque as pesquisas qualitativas e as quantitativas referem-se aos dois grandes paradigmas das investigações científicas, podendo ambas apresentarem alto grau de cientificidade.
6. Incorreta porque a tendência em curso no meio acadêmico é apontar para pesquisas com características quantitativas e qualitativas ao mesmo tempo.

Resumo

O nosso passeio pelo mundo das ciências está chegando ao fim.

Você aprendeu que todos os cientistas fazem parte da comunidade científica mundial e que os elos entre eles são estabelecidos pela comunicação e divulgação dos trabalhos de pesquisa.

Dentre os meios de divulgação, destacam-se os periódicos científicos, que são revistas especializadas por área de conhecimento com publicações sob a responsabilidade de um comitê científico-editorial.

A formação dos cientistas é feita nas Instituições de Ensino Superior, estabelecendo vinculações entre meio científico e acadêmico.

O meio acadêmico é regido por normas e princípios, a saber: ceticismo organizado, desinteresse, comunismo e universalismo.

Você aprendeu também que a pesquisa acadêmica pode apresentar variados graus de cientificidade. A avaliação do grau de cientificidade de um trabalho acadêmico baseia-se nos critérios internos como coerência, consistência, originalidade, objetivação, discutibilidade e nos critérios externos, que dizem respeito à necessidade de proximidade entre teorias de diferentes áreas do conhecimento científico.

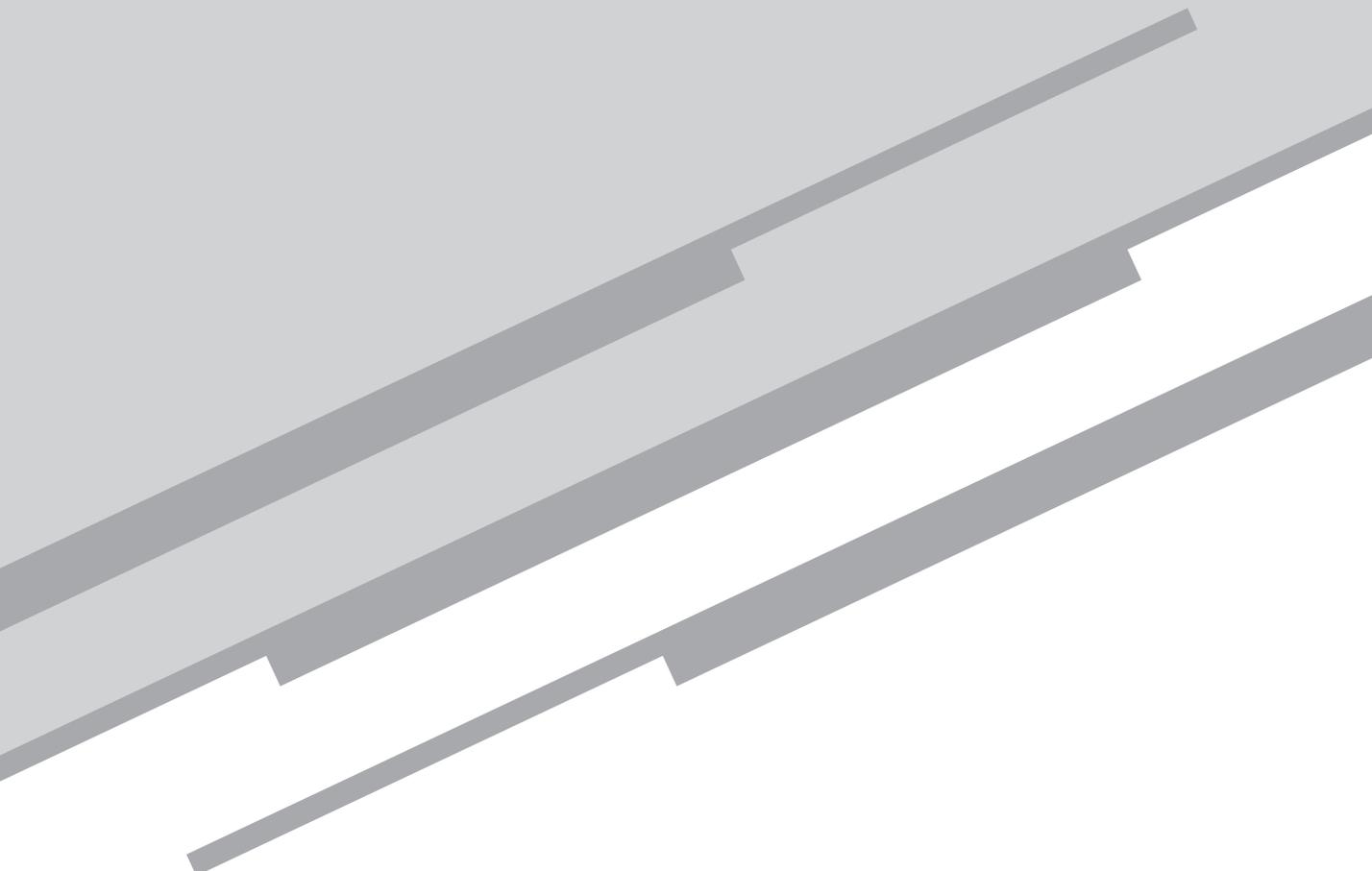
Os métodos científicos englobam dois tipos de procedimentos básicos, quais sejam: os procedimentos chamados de intelectuais, valorizados pelos filósofos e os procedimentos ditos operacionais, apontados pelos cientistas.

Os diferentes tipos de pesquisa científica devem ser considerados no momento do planejamento para dar maior clareza ao que se pretende investigar.

A Internet oferece grande quantidade e diversidade de informações, mas torna-se imprescindível fazer uma análise criteriosa das fontes.

Aula 2

Pesquisa bibliográfica



Maria da Gloria de Faria Leal

Meta

Avaliar a importância da pesquisa bibliográfica no processo de elaboração dos trabalhos acadêmicos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. conceituar pesquisa bibliográfica;
2. analisar exemplo de revisão bibliográfica;
3. exercitar a realização do fichamento como técnica de coleta de dados.

Introdução

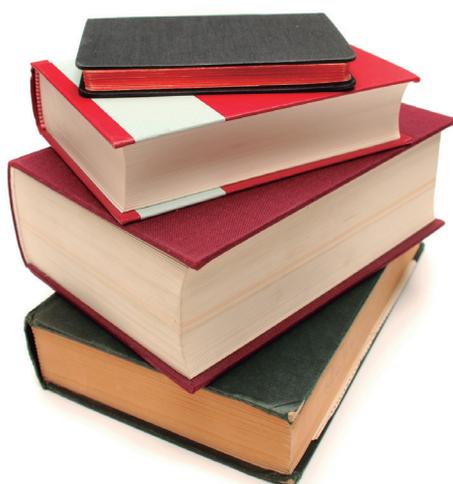
A pesquisa bibliográfica, de modo geral, é necessária para quase todas as investigações científicas. Você, provavelmente, terá necessidade de realizá-la em momentos diversos de sua formação acadêmico-profissional, residindo aí sua maior importância. O desafio que surge agora é aprender as várias possibilidades oferecidas por este tipo de pesquisa. E para dar o pontapé inicial neste estudo de aprofundamento, proponho que releia as duas definições abaixo, extraídas da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo, já cursada.

Definição I: “Pesquisa bibliográfica: usa o arcabouço de publicações sobre o assunto. Necessária a todos os tipos de investigação.” (ANGELO, 2012, p. 152)

Definição II: “Desenvolvida a partir de material já elaborado, como livros, revistas, periódicos, entre outros, cuja finalidade é o levantamento de informações acerca do assunto.” (ANGELO, 2012, p. 161)

Você notou como a pesquisa bibliográfica define-se a partir de um tipo de fonte? Observou como atende ao propósito de reunir informações sobre um assunto determinado? Mas será que este tipo de pesquisa pode atender a outros objetivos? O que são fontes bibliográficas?

Pesquisa bibliográfica e suas fontes



Jean Scheijen

Figura 2.1: Pesquisa bibliográfica.

Fonte: <http://pt.freeimages.com/photo/books-1421560>

Conceituação

Entende-se por pesquisa bibliográfica todas as investigações baseadas em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. “Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.” (GIL, 1996, p. 48)

Este tipo de pesquisa pode abranger parte dos estudos com objetivos exploratórios, descritivos e explicativos, comportando desde as consultas bibliográficas para identificação de tema até as análises sobre diversas visões de um problema científico.

Fontes bibliográficas

Os textos impressos, em geral, são chamados de fontes bibliográficas, muito embora sejam também encontrados em meio eletrônico. Segundo Gil (1999, p. 76), as fontes bibliográficas são classificadas em livros, periódicos e impressos diversos, conforme definições a seguir:

- Livros: de leitura corrente e de referência, sendo que os primeiros podem ser obras literárias e obras de divulgação. Os livros de referência são subdivididos em informativos, como dicionários, enciclopédias, anuários; e remissivos, como índices de livros, catálogos.
- Periódicos: jornais e revistas.
- Impressos diversos: boletins informativos de empresas, atas de reuniões, anais parlamentares, estatutos, legislação, folhetos etc.

As fontes bibliográficas são ainda divididas em fontes primárias (ou de primeira mão) e secundárias (ou de segunda mão). As primárias reúnem documentos produzidos no decorrer das atividades-fim de alguma organização pública ou privada, inclusive as de caráter individual, mas destituídos de perspectiva interpretativa. Gravações, cartas, fotografias, ofícios, memorandos, boletins servem de exemplos para as fontes de primeira mão. As fontes secundárias, portanto, compreendem os estudos analíticos, críticos.

As fontes primárias são preferencialmente utilizadas na pesquisa documental, e as secundárias alicerçam predominantemente a pesquisa bibliográfica. Isto significa dizer que a pesquisa bibliográfica pode recorrer a outros tipos de fonte, mas o que a caracteriza como tal é o foco nas fontes secundárias. As principais fontes de segunda mão são os li-

vros de divulgação e as revistas especializadas, que comunicam aos pesquisadores das áreas os resultados de estudos e pesquisas, favorecendo a atualização e o aprofundamento do conhecimento sobre determinado assunto.

Uma pesquisa bibliográfica pode, de forma subjacente, ser acrescida de dados estatísticos e de marcos legais, dentre outros, sem descaracterizar-se. Os anuários, por exemplo, disponibilizam dados estatísticos sobre a realidade econômica, social e cultural de múltiplas regiões geográficas, reforçando ou detalhando aspectos gerais mencionados numa investigação bibliográfica.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Explique a seguinte afirmativa: A pesquisa bibliográfica é necessária a quase todos os tipos de investigação científica.

Resposta comentada

A pesquisa bibliográfica é necessária à investigação científica porque, por meio dela, o pesquisador encontrará informações fidedignas para o embasamento de seu trabalho. É desenvolvida a partir das fontes secundárias, destacando-se, dentre elas, os livros de divulgação e as revistas especializadas. Este tipo de pesquisa apresenta possibilidades variadas, que vão desde a identificação de temas para estudo até o resgate das diferentes óticas sobre um problema científico. Mas há ainda os trabalhos acadêmicos desenvolvidos com foco central nas fontes de segunda mão.

Identificação de fontes bibliográficas

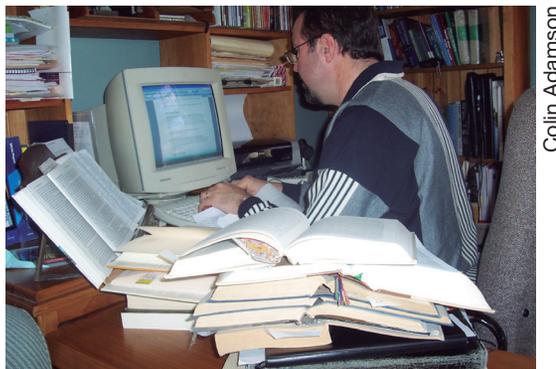


Figura 2.2: Pesquisa física ou pesquisa virtual?

Fonte: <http://pt.freeimages.com/photo/study-1-1239506>

Os autores consagrados têm presença garantida nos trabalhos acadêmicos, e é por eles que você deve começar a organização de uma bibliografia básica. A identificação desses autores renomados pode ser abreviada através de consultas ao material impresso das disciplinas de seu curso de Tecnologia em Gestão de Turismo e a especialistas em pesquisas em Turismo. Mas a organização da bibliografia básica pode ser feita também a partir da bibliografia citada em livros, trabalhos monográficos e artigos científicos.

As pesquisas pela internet, por meio dos *sites* de busca, orientam o acesso, dentre outros, para artigos, grupos de estudo, catálogos, institutos de pesquisa e bibliotecas universitárias. Estas, em geral, disponibilizam as monografias (trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses) por área de conhecimento, para consulta. Entretanto, alguns desses trabalhos não são disponibilizados na íntegra, não permitindo acesso até mesmo às referências, que poderiam ser do interesse do pesquisador.

Fique atento ainda para encontrar *links* de periódicos nos endereços eletrônicos institucionais. A Universidade de São Paulo (USP) disponibiliza virtualmente, por exemplo, a revista *Turismo em Análise*, uma tradicional publicação do segmento turístico.

Após a organização da lista com os trabalhos mais importantes da literatura crítica, você deve verificar se é possível baixar gratuitamente o arquivo. Certamente, vale a pena procurar porque, muitas vezes, somos surpreendidos com a disponibilização de obras completas.

Alguns pesquisadores, a despeito do avanço das TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação), mantêm o hábito e a preferência de realizar seus estudos em bibliotecas. Para estes casos, há um sistema de integração que possibilita o acesso ao acervo de várias bibliotecas, evitando deslocamentos desnecessários. Em suas buscas presenciais, consulte os fichários ou catálogos organizados por ordem alfabética pelo nome do autor, pelo título da obra ou pelo assunto. E lembre-se de que “O bom pesquisador é aquele que é capaz de entrar numa biblioteca sem ter a mínima ideia sobre um tema e sair dali sabendo um pouco mais sobre ele”. (ECO, 1996, p. 42).

Pesquisa bibliográfica e suas possibilidades

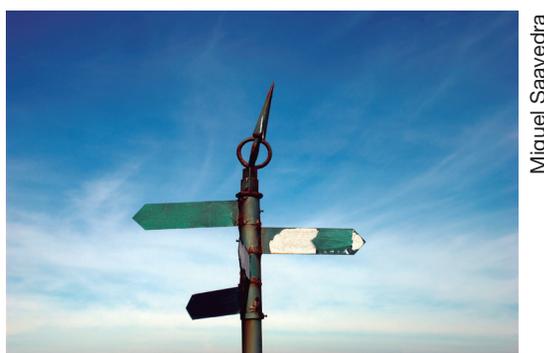


Figura 2.3: Múltiplas possibilidades.

Fonte: <http://pt.freeimages.com/photo/signposting-1350018>

A avaliação das possibilidades oferecidas pela pesquisa bibliográfica será efetuada tomando-se por base alguns dos objetivos prováveis que conduzem à utilização de fontes bibliográficas. Nestes termos, numa perspectiva prática, a classificação das pesquisas científicas quanto aos objetivos gerais norteou as indagações feitas sobre usos possíveis da bibliografia. Lembre-se de que você aprendeu na Aula 1 que, quanto aos objetivos gerais, as pesquisas podem ser exploratórias, descritivas e explicativas.



Retorne à seção Conceituação para recordar o sentido amplo de pesquisa bibliográfica adotado neste trabalho.

Uma pesquisa bibliográfica exploratória pode ser feita para cuidar, por exemplo, da identificação do tema de estudo. Nesses casos, compreenderá uma leitura rápida dos sumários de revistas especializadas e dos resumos de trabalhos. Essas consultas bibliográficas originarão anotações dos temas recorrentes, seleção de temas interessantes etc.

O fato é que você já pode ter manifestado preferência por algum assunto durante o estudo das disciplinas do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo. Tudo bem! Mas, se isso não ocorreu, você pode consultar periódicos especializados em Turismo com o propósito de identificar um tema a ser abordado no TCC.

Uma pesquisa bibliográfica descritiva pode ser feita para saber, por exemplo, como autores abordaram determinado assunto. A leitura atenta dos resumos de trabalhos permitirá, na maior parte das vezes, resgatar informações como objetivos do estudo, formulação do problema, fontes utilizadas, resultados e conclusões.

Além da realização de uma pesquisa bibliográfica propriamente dita, este tipo de pesquisa ainda possibilita elaborar a revisão de literatura crítica. Ambas são classificadas como pesquisas bibliográficas explicativas e desenvolvidas a partir de material já elaborado. No entanto, enquanto a revisão bibliográfica analisa os diferentes olhares sobre um assunto, a pesquisa bibliográfica volta-se para o conhecimento e desenvolvimento de um tema, sendo, por isso, mais extensa. A técnica de coleta de dados utilizada será o fichamento, enfatizando a importância da leitura e compreensão de textos. Falaremos sobre ele mais adiante.

A revisão de literatura, também chamada de revisão bibliográfica, ocupa papel de destaque em um trabalho acadêmico, por situá-lo na área de produção do conhecimento em Turismo. Em outras palavras, serve para contextualizá-lo na produção do saber turístico, informando sobre a relevância da investigação.

Um estudo pode ser inserido, por exemplo, no grupo de trabalho que aborda um assunto específico, como turismo sustentável. Nesse caso, uma primeira pergunta deve nortear a revisão bibliográfica, qual seja: o conceito de turismo sustentável possui um ou mais significados? Além desta pergunta, outras poderão vir em seguida, como: de que for-

ma esse conceito foi abordado por autores de renome? E nos estudos mais recentes?

Além de conceitos, a revisão bibliográfica aproxima autores ou trabalhos sobre problemas, procedimentos de pesquisa, resultados, discussões, conclusões. O autor da revisão será o mediador do diálogo, sendo importante explicitar tanto a razão da seleção dos autores ou obras como a relevância deles(as) para o trabalho.

Mas elaborar uma revisão bibliográfica não é tarefa fácil. Por isso, você verá, mais adiante, um breve roteiro de desenvolvimento para facilitar seu aprendizado.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2002), os autores podem adotar diferentes pontos de vista ou defender ideias contrastantes. Para confrontá-los com organização e clareza, você deve evidenciar:

- d) as convergências e as concordâncias de suas ideias (se existirem);
- e) as divergências e os desacordos de suas ideias (se existirem);
- f) as complementaridades.

A pesquisa bibliográfica utiliza as fontes de segunda mão sobre um determinado assunto. Após a identificação da bibliografia básica, incluindo autores consagrados e produção recente, torna-se imprescindível verificar se existe ou não facilidade de acesso ao material. A recomendação feita por Eco sobre a obtenção das fontes bibliográficas é que “tal problema não se resolve com a decisão de só trabalhar com o que se tem, porquanto, da literatura crítica, deve-se ler, se não tudo, pelo menos o mais importante [...]”. (1996, p. 37)

Imagine que, ao longo dos seus estudos, você se interessou de forma especial pelo tema turismo da terceira idade no Brasil. Em conversa com um professor do curso, ele sugeriu que, para aproximar-se desse assunto, você lesse três livros: *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira* (BENI, 2003), *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política* (BARROS, 2003) e *Terceira idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis* (OLIVEIRA, 1999).

Numa outra conversa, o mesmo professor alertou para a necessidade de acessar o endereço eletrônico do IBGE para reunir dados sobre a população de idosos no Brasil. Ele também mencionou a importância de consultas aos *sites* da Organização Mundial do Turismo (OMT) e o da Organização Mundial da Saúde (OMS), com vistas ao enriquecimento da pesquisa preliminar.

Você seguiu todas as recomendações e conseguiu elaborar um roteiro prévio para desenvolvimento do seu trabalho. Veja a seguir:

Tema: turismo da terceira idade no Brasil

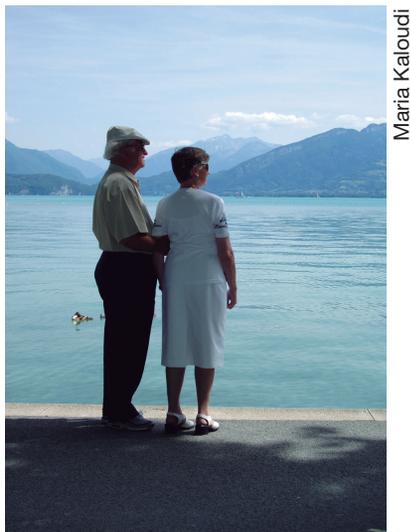


Figura 2.4: Idosos viajando.

Fonte: <http://pt.freeimages.com/photo/old-couple-1439885>

Introdução

1. Conceito de terceira idade
2. O crescimento da população de idosos
3. A renda da população brasileira e os idosos
4. Possibilidades de vida e de lazer na terceira idade
5. Perspectiva do turismo da terceira idade

Conclusão

Certamente, trata-se de um plano provisório que passará por reformulações sucessivas. As mudanças serão decorrentes dos comentários feitos pelo professor e também de sua maior aproximação do assunto. Ao identificar novos materiais durante a leitura e ao fazer o fichamento da bibliografia selecionada, suas ideias ou visões sobre o tema podem mudar.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Leia o fragmento de texto a seguir, que trata do conceito de turismo sustentável. Analise a revisão bibliográfica, levando em conta o roteiro de desenvolvimento proposto por Quivy e Campenhoudt. Em seguida, faça um comentário sobre as convergências, as divergências ou as complementaridades encontradas.

O conceito de turismo sustentável deriva do de Desenvolvimento Sustentável introduzido pelo Relatório Brundtland em 1987 (SAARINEM, 2006; UNWTO, 2004; HARDY & BEETON, 2001; TOSUN, 1998). De acordo com Bell & Morse (2000), nem mesmo a ampla gama de definições acerca do que é desenvolvimento sustentável foi capaz de reduzir a popularidade do conceito, de modo que, segundo Sadler (1999), o paradigma transformou-se no grande tema da atualidade e tem sido aplicado em todos os campos da atividade econômica (FARSARI & PRASTACOS, 2000). O turismo, enquanto uma das atividades humanas mais marcantes do século XXI, não foi exceção (HUNTER, 2002). Contudo, o entendimento do que vem a ser turismo sustentável passa necessariamente pelo entendimento do que é o desenvolvimento sustentável que, por sua vez, está em estreita associação com a emergência das preocupações relativas ao meio ambiente (GUATTARI, 1990). Tendo em vista este encadeamento, faz-se a seguir uma breve reflexão sobre a evolução do pensamento ambientalista. (KÖRÖSSY, 2008, p. 59)

Resposta comentada

A autora da revisão bibliográfica acentuou as convergências existentes entre os diversos autores citados, que apresentam o entendimento comum de que o conceito de turismo sustentável deriva da noção de desenvolvimento sustentável. A autora reconheceu haver uma “ampla gama de definições acerca do que é desenvolvimento sustentável”, mas não es-

pecificou quais seriam tais divergências. Ao final, Körössy focalizou a complementaridade promovida por Guattari, que propõe acrescentar as questões ambientais ao conceito de turismo sustentável.

O estudo do texto



Kevin Smith

Figura 2.5: O estudo do texto.

Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=download&id=197604>

Como a pesquisa bibliográfica exige a realização de diversas leituras, vamos cuidar agora do estudo do texto.

O ato de ler pressupõe uma disciplina intelectual, ao exigir do leitor concentração, certo distanciamento crítico do texto e reflexão. A compreensão, análise e interpretação de um texto “só se realiza mediante os procedimentos lógicos de análise, síntese, interpretação, juízo crítico.” (HÜHNE, 1988, p. 15)

O sentido do texto só será encontrado a partir da identificação da mensagem ou da ideia diretriz. Recomenda-se que, após uma primeira leitura, o pesquisador procure destacar cada unidade de estudo. Esta unidade pode ser um capítulo, um item ou até mesmo um parágrafo,

mas o importante é que contenha um sentido completo. Assim, a leitura do texto se transformará inicialmente em uma busca das unidades de estudo com seus respectivos sentidos, que, juntos, caracterizam o pensamento do autor.

O estudo do texto impõe a realização de mais de uma leitura do mesmo texto. Portanto, procure marcar as ideias principais de cada unidade de leitura, sublinhando ou escrevendo na margem uma frase-resumo.

Sublinhar, esquematizar e resumir são procedimentos considerados fundamentais para o entendimento e crítica de um autor. Vamos, então, lembrar alguns aspectos importantes.

Como Sublinhar

Segundo o *Novo Dicionário Aurélio*, sublinhar é: ‘traçar uma sublinha em; tornar sensível; pôr em relevo, destacar, salientar’.

Sublinhar palavras ou frases durante a leitura é, porém, uma técnica nem sempre bem compreendida. Há pessoas que têm seus livros com páginas e páginas sublinhadas linha por linha e orgulham-se disso. Mas é um engano julgar que se deve sublinhar tudo para que a leitura seja produtiva. Existe o sublinhar correto e o sublinhar errôneo.

De modo geral, procede erroneamente quem sublinha tudo que julga ser significativo logo na primeira leitura. Ora, no contato inicial com o texto não se conhece ainda quais são seus detalhes mais importantes e muitas vezes ainda nem se captou qual é a ideia principal. Sendo assim, como sublinhar? De fato, sublinhar corretamente só é factível quando o estudante já tem o objetivo de seu estudo plenamente traçado e age segundo um plano prévio, no momento adequado.

Antes de sublinhar é preciso, pois, ter um primeiro contato com a unidade de leitura e questioná-la, procurando encontrar as respostas para as questões formuladas ao texto. Durante essa fase, ao invés de sublinhar indiscriminadamente, é preferível assinalar na margem da página qualquer sinal convencional, como !, ?, X etc. Esses sinais chamarão a atenção para os termos ou conceitos, ideias etc., que deverão ser pesquisados após a leitura inicial. Naturalmente você deve usar sinais de um código próprio, pessoal que melhor se adapte à sua personalidade. Mas essa sinalização à margem não constitui as sublinhas definitivas; antes, é apenas um apontamento provisório.

Somente na segunda leitura, quando o plano de ação já estiver bem definido, é que se pode realmente sublinhar, sempre visan-

do a salientar a ideia principal, os pormenores mais significativos, enfim, os elementos básicos da unidade de leitura. Então, você perceberá que raramente terá de sublinhar uma oração inteira. Quase sempre é uma palavra-chave que se apresenta como elemento essencial.

Aqui, a regra fundamental é: sublinhe apenas o que é realmente importante para o estudo que está realizando e somente depois de estar seguro dessa importância. Mas aja de modo a que, ao reler o que foi sublinhado, possa obter claramente o principal do que acabou de ler.

A não observância dessa orientação fará com que você sublinhe indiscriminadamente e isso prejudicará mais do que beneficiará seu estudo.

Como Esquematizar

O esquema a que nos referimos aqui é a representação gráfica, sintética do que se leu. Esse tipo de anotação, geralmente feito em fichas, deve ser montado em uma sequência lógica que ordene claramente as principais partes do conteúdo do texto e que, mediante divisões e subdivisões, represente sua hierarquia. Assim, o esquema destaca o propósito da leitura, facilita a captação do conteúdo e permite ao estudante refletir melhor sobre o texto. Além disso, possibilita ainda a rápida recordação da leitura no caso de consultas futuras. [...]

Como Resumir

Enquanto o esquema apresenta o plano do texto e sua sequência lógica por ordem de subordinação, o resumo é a condensação do texto. Diferindo do esquema, sobretudo quanto à forma de apresentar o conteúdo, é especialmente útil quando se necessita, em rápida leitura, recordar o essencial do que se estudou e a conclusão a que se chegou. Sim, num resumo também cabe, desde que claramente identificada, a interpretação que o estudante faz seu estudo.

Naturalmente a elaboração de um resumo obriga ao estudante concentrar-se no estudo e manter com relação a que lê uma atitude permanentemente crítica, reflexiva. Como destaca João Álvaro Ruiz, 'o trabalho de resumir ajuda a captação, a análise, o relacionamento, a fixação e a integração daquilo que estamos estudando, assim como facilita sua evocação e reduz o tempo destinado à preparação de provas, aumentando o aproveitamento geral'. Mas o mesmo autor condena logo adiante a elaboração de resumos escritos de tudo que se estuda.

De fato, seria desperdício de tempo elaborar resumo quando o esquema é suficiente. Resumir por escrito a leitura é realmente

conveniente quando se coleta material de obra rara e de difícil consulta, quando se prepara um trabalho de maior fôlego e profundidade, como a defesa de uma tese ou a elaboração de uma monografia, e quando se necessita de fazer exercícios de redação clara e concisa. (CEFET/RJ, 1994. p. 20-23)

Em síntese, as recomendações para o estudo do texto são:

- Leia o texto mais de uma vez para interpretá-lo adequadamente, mas não se esqueça de, primeiramente, proceder à identificação das unidades de leitura.
- Só inicie um resumo após a elaboração do esquema ou o registro de anotações sobre o texto lido.
- Procure usar frases curtas, diretas e objetivas para facilitar a compreensão.
- Anote sempre as referências do texto lido.
- Diferencie as transcrições de suas próprias observações ou comentários. Não se esqueça de anotar as páginas das transcrições.

Você notou como é necessário fazer diversas leituras para se alcançar o sentido de um texto ou a sua lógica de construção? Vamos relembrar os principais passos dados para a elaboração de um resumo: primeiramente, você faz uma leitura exploratória, depois passa para a leitura analítica para, em seguida, fazer a leitura interpretativa.

Vamos aos detalhamentos.

Leitura exploratória – é a fase em que se deve prestar atenção à diretriz do pensamento do autor. Neste primeiro contato, dependendo das motivações da leitura, o leitor poderá levantar outros elementos que possam esclarecer mais a leitura.

Nessa primeira leitura corrida, não convém resumir nem sublinhar as ideias-chave. Todavia, é possível elaborar um modo sucinto, um esquema das grandes partes do texto, de preferência dos três momentos da relação: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão, que expressam a estrutura lógica do pensamento do autor. O esquema para visualizar o texto de modo global. Poderá procurar dados sobre a vida e obra do autor, sobre o momento histórico que ele viveu, sobre as influências que recebeu e até mesmo se elucidar sobre o vocabulário que ele usa.

Leitura analítica – é a fase do exame do texto ou, como diz Paulo Freire, fase ‘da relação dialógica com o autor do texto, cujo mediador não é o texto considerado formalmente, mas o tema ou os temas nele tratados.’

Nessa etapa, é necessário deixar o autor falar para tentar perceber o que e como ele apresenta o assunto. Quando estamos atentos ao texto, geralmente surge na mente um conjunto de perguntas, cujas respostas revelam o sentido e o conteúdo da mensagem.

Exemplo de perguntas:

1. De que fala o texto?
2. Como está problematizado?
3. Qual o fio condutor da explanação?
4. Que tipo de raciocínio ele segue na argumentação?

Todavia, é necessário lembrar que a ideia central defendida pelo autor só pode tomar corpo associada a outras ideias que são chamadas de secundárias em relação à principal.

Mas como trabalhar nesta fase da leitura?

A partir de unidades bem determinadas (parágrafos), tendo sempre à frente o tema-problema, que é o fio condutor de todo o texto. Neste trabalho de análise, o texto é subdividido refazendo toda a linha de raciocínio do autor. Para deixar às claras a ideia central e as ideias secundárias do texto, é fundamental a técnica de sublinhar.

DICAS

1. Nunca sublinhar na primeira leitura.
2. Só sublinhar as ideias principais e os pormenores significativos.
3. Elaborar um código a fim de estabelecer sinais que indiquem o seu modo pessoal de apreender a leitura. Ex.: um sinal de interrogação face aos pontos obscuros do parágrafo; um retângulo para colocar em destaque as palavras-chaves.
4. Reconstruir o texto a partir das palavras sublinhadas em cada parágrafo.

A leitura analítica serve de base para a elaboração do resumo ou síntese do livro. Convém lembrar que o resumo não é uma redução de ideias apreendidas nos parágrafos, mas é fundamentalmente a síntese das ideias do pensamento do autor.

Leitura interpretativa – o ato de compreender se afirma no processo da interpretação, que afinal expressa a nossa capacidade de assimilação e crítica do texto.

Nessa nova etapa de interpretação, já não mais estamos apreendendo apenas o fio condutor do raciocínio do autor como na leitura analítica. Estamos nos posicionando face ao que ele diz. Para isso, precisamos muitas vezes de outras fontes de consulta. Elas deverão servir para ampliar a nossa visão sobre o assunto e o autor e, deste modo, servir de instrumento de avaliação do texto.

Este momento de crítica, momento de muita ponderação, exige uma consciência dos nossos pressupostos de análise diante dos pressupostos do autor. Se não houver distinção, provavelmente haverá interferência na compreensão dos fundamentos básicos da mensagem.

Também é possível estabelecer critérios de julgamento, como originalidade, nova contribuição à exploração do assunto, coerência interna, etc. Todavia, esta postura considerada objetiva pode estar presa à diretriz de uma escola ou pode até mesmo impedir a autocrítica e nos induzir a uma postura crítica inadequada em relação ao assunto e ao autor.

O esforço de autocrítica nos permite perceber os limites da certeza da nossa interpretação como também possibilita prestar maior atenção aos argumentos apresentados pelo autor. Deste modo, ficamos sensíveis à demonstração da verdade e o exercício da sua busca se torna o sentido do nosso estudo e trabalho acadêmicos.

Problematização – Para termos certeza da compreensão do que foi lido, nada mais indicativo do que o levantamento dos problemas do texto. Esse esforço nos faz rever todo o texto, dando-nos elementos para a reflexão pessoal e debate em grupo.

A Crítica

O que você entende por crítica? Repare que o ato de criticar é um juízo. Como criticar sem conhecer a matéria que está analisando? Criticar por criticar é um ato psicológico, mas não estritamente lógico. É o ato de se contrapor, mas, na maior parte das vezes, sem fundamentos por falta de exame. Como estabelecer a verdadeira correspondência entre os conceitos de um texto, se não se estabeleceu a ligação ou a separação entre os dados?

O ato de estudar é um ato lógico, que exige uma consciência e um domínio de processos intelectuais próprios à abordagem dos problemas. De imediato, as coisas ou as ideias surgem numa unidade confusa, indiferenciada, sincrética, que exige uma postura de análise e síntese.

A análise é um processo de decomposição de um todo em partes, visando a separar os elementos de uma realidade complexa que pode ser tanto um objeto individual ou uma ideia.

A análise não é apenas uma operação, é também um método. Nesse sentido, a análise é uma divisão, parte de um dado singular, para chegar aos princípios gerais.

A síntese é um processo de composição dos elementos visando a chegar a uma totalidade. Mas também é um método que, partindo de um todo, estabelece ordem entre os elementos, chegando às últimas consequências.

Embora a análise muitas vezes se oponha à síntese, elas devem, em geral, caminhar juntas, já que uma complementa a outra. Se só se usa a análise, há o perigo de se perder a visão de conjunto. Se só se emprega a síntese, pode-se alcançar o nível de interpretação arbitrária.

Se o pensar não se identifica ao raciocinar porque sua extensão é mais ampla, todavia, é impossível pensar sem se usar os procedimentos da razão. E só deste modo se pode argumentar, demonstrar e conseqüentemente criticar. (HÜHNE, 1988, p. 15 - 18)

O fichamento



Figura 2.6: Fichamento.

Agora que você sabe como deve estudar um texto, considere-se pronto para realizar anotações e proceder à elaboração do fichamento, que serve como técnica de coleta de dados para a pesquisa bibliográfica.

É bem verdade que ainda se usa o termo “fichamento” em plena era da informática. Muito embora a utilização de fichas encontre-se em desuso, essa terminologia ainda é empregada para designar as anotações muitas vezes feitas em cadernos ou diretamente no computador. Mas o lugar de elaboração do fichamento vai ficar a cargo da vontade e gosto de cada um. Tanto os cadernos quanto os arquivos salvos em pastas próprias podem ser organizados por autor, por assunto, por transcrições, dentre outras maneiras. Recomendo, assim, que você faça suas anotações da forma que se sentir mais à vontade para trabalhar as ideias dos autores

e as suas também. Mas não deixe de fazer anotações, pois esta é uma maneira simples para o leitor se desprender das ideias dos autores e da lógica da construção dos textos deles.

A releitura de suas anotações vai lhe possibilitar a construção de texto próprio. O fichamento reúne informações sobre um tema, sendo constituído por comentários e fragmentos de textos transcritos de cada livro. Esta proposição sugere, primeiramente, a desconstrução dos textos lidos em anotações e, em seguida, a construção do seu texto.

Em outras palavras, *um fichamento completo* deve apresentar as seguintes informações:

- a) Indicação bibliográfica – mostrando a fonte de leitura.
- b) Resumo – sintetizando o conteúdo da obra. Trabalho que se baseia no esquema (na introdução, pode fazer uma pequena apresentação histórica ou ilustrativa).
- c) Citações – apresentando as transcrições significativas da obra.
- d) Comentários – expressando a compreensão crítica do texto, baseando-se ou não em outros autores e outras obras.
- e) Ideação – colocando em destaque as novas ideias que surgiram durante a leitura reflexiva. (HÜHNE, 1988, p. 65)

Percebeu que, para alcançar entendimentos próprios, você necessita distanciar-se do texto, e que as anotações desempenham esta função com eficiência?

Não se esqueça de diferenciar com clareza e precisão seus comentários das transcrições. Registre sempre autor, título da obra e página toda vez que copiar um fragmento de texto. Se em algum momento resolver citar algum trecho copiado, terá à sua disposição todas as informações necessárias. E, por mais incrível que possa parecer, todos esses cuidados vão, juntos, otimizar seu tempo, agilizando a preparação da monografia.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

Leia com atenção o texto a seguir, que representa uma unidade de leitura. Destaque a ideia central e as secundárias. Em seguida, posicione-se a respeito do conteúdo do texto (convergente, divergente e/ou complementar).

Os reflexos da tecnologia no turismo, por enquanto, parecem começar a atingir as agências. O computador doméstico está permitindo que as pessoas comprem um disquete com várias possibilidades de roteiros, de modo que possam fazer o próprio sem intervenção de um agente; os mesmo programas que as agências utilizam para informar sobre os recursos e equipamentos de um determinado destino, antes mencionados, podem ser comprados por um particular. Já os computadores em rede permitem que o consumidor realize suas próprias reservas, de operadoras ligadas à Internet ou similares, e que se informe, por meio de serviços vários, sobre onde fazer suas compras ou quais os eventos que estão acontecendo no mundo, sem intermediários. Por este motivo, há autores, como os ingleses Bennet e Radbourn, que estão preocupados com o futuro das agências de viagens chamadas *retail agents*, detalhistas ou varejistas, aquelas que se dedicam apenas a revender produtos (pacotes) feitos por agências atacadistas ou operadoras, chegando a prever seu desaparecimento. (BARRETO, 2003, p. 127)

1. Ideia central:

2. Ideias secundárias:

- a) _____

- b) _____

- c) _____

- d) _____

3. Posicionamento (convergente, divergente e/ou complementar)

Resposta comentada

1. Ideia central: “Os reflexos da tecnologia no turismo, por enquanto, parecem começar a atingir as agências.”

2. Ideias secundárias:

a) O computador doméstico possibilita acesso direto a roteiros, recursos e equipamentos de um determinado destino.

b) Computadores em rede permitem a realização de reservas, de informações sobre vários serviços e de locais de compras ou eventos.

c) Em função do citado no item b, há autores que preveem o desaparecimento das agências de viagem.

3. Posicionamento (convergente, divergente e/ou complementar)

O posicionamento é convergente e complementar. Diante do avanço da tecnologia no turismo, as agências de viagens correm o risco de desaparecimento, caso não ofereçam confiabilidade em serviços, que devem ser inovadores, com qualidade e preços competitivos.

Conclusão

A pesquisa bibliográfica atende a variados objetivos no processo de elaboração de trabalhos científicos, e o aprendizado sobre sua realização ocupa papel de destaque na formação do profissional pesquisador-autor.

Este tipo de pesquisa varia em função dos objetivos de quem investiga, prestando-se, principalmente, à escolha de tema, à elaboração de revisão bibliográfica e para o desenvolvimento aprofundado de um tema.

Mas a realização da pesquisa bibliográfica apresenta, como condição básica, compreensão do que foi lido. Exige, ainda, o desenvolvimento de outras habilidades cognitivas, como resumir, comparar, selecionar, relacionar com outras informações e autores, enfim, transformar o que foi lido em conhecimento científico.

Resumo

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir das fontes secundárias, reunindo basicamente livros de divulgação e artigos científicos.

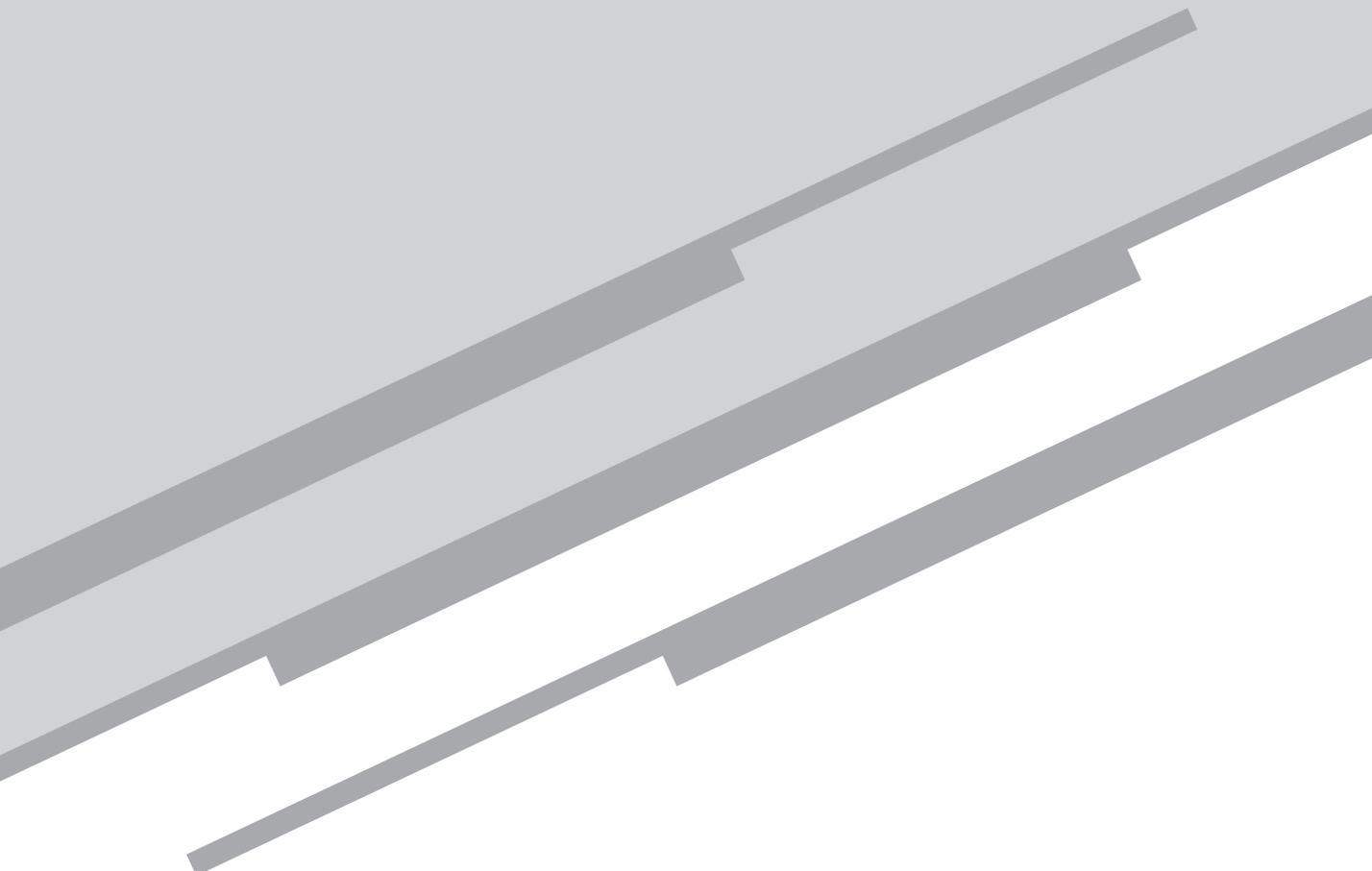
Você pode desenvolver, dentre outras possibilidades, uma pesquisa bibliográfica com os seguintes objetivos:

- identificar um tema para ser abordado no TCC;
- saber como autores desenvolveram um assunto;
- reunir diferentes visões sobre um tema ou problema e confrontá-las;
- desenvolver o TCC como uma pesquisa bibliográfica.

A compreensão, a análise e a interpretação de um texto exigem distanciamento crítico, mas são procedimentos intelectuais imprescindíveis para a realização do fichamento, que é a técnica de coleta de dados da pesquisa bibliográfica.

Aula 3

Discurso científico



Maria da Gloria de Faria Leal

Meta

Analisar textos científicos quanto às ideias e palavras ditas por outros.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. diferenciar o discurso científico do jornalístico;
2. relacionar características do conhecimento científico com a redação de textos acadêmicos;
3. conceituar testemunho autorizado, exercitando seu emprego em trabalhos científicos.

Introdução

Ao ler o título desta aula, alguma ideia, provavelmente, surgiu em sua mente sobre o assunto que nela será abordado. Você imaginou um auditório de universidade com um cientista em uma atividade comunicativa de locutor? Muito embora o título crie esta possibilidade, não é sobre linguagem oral que vamos falar. O contexto imaginado, contudo, é adequado, porque considera o meio acadêmico. Mas, aqui, cuidaremos dos textos escritos em ciências.

O discurso é entendido como um texto dotado de sentido em seu contexto, que compreende as condições de produção e de recepção (ADAM, 1999 apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 169). Destacam-se, assim, sua intencionalidade e sua função comunicativa.

Nesta aula, cuidaremos mais especificamente do trabalho acadêmico como texto escrito, sendo identificado com a noção de **discurso científico**.

As comunidades discursivas

A comunicação humana é entendida como processo de transmissão de mensagens entre emissores e receptores. Neste estudo do discurso científico, o emissor assume o papel de elaborador do texto, e o receptor é a quem ele se dirige. Este esquema básico do ato de comunicação pode parecer muito simples, mas não é. Os textos, em certa medida, desprendem-se do seu autor após elaborados e adquirem vida própria ao possibilitarem múltiplas interpretações. São suscetíveis de mal-entendidos, de falsas compreensões e até de incompreensão individual ou coletiva.

Para abordar a diversidade dos discursos, os estudiosos adotaram a noção de **comunidades discursivas**.

Beacco (1999 apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004) diferencia as comunidades discursivas, sendo que, dentre elas, duas aproximam-se de forma evidente: a comunidade discursiva jornalística e a comunidade discursiva científica. Tanto uma como outra defendem ideias. A primeira, entretanto, apresenta-se como marcadamente ideológica, ao defender valores, opiniões e crenças. As comunidades discursivas científicas são essencialmente produtoras de conhecimentos e produzem **textos fechados**, acessíveis a seus integrantes.

O discurso argumentativo caracteriza-se por suas diferentes formas estruturais e por exercer determinados efeitos nos receptores vinculados

Discurso científico

A noção de discurso científico abrange tanto o conjunto de textos produzidos pelos estudiosos das ciências quanto o sistema de regras que orienta sua produção.

Comunidades discursivas

Regidas pelo princípio do compartilhamento de normas, organizam-se em torno da elaboração do discurso. Nesses termos, a comunidade científica, por exemplo, constitui-se como uma comunidade discursiva.

Textos fechados

São elaborados por um conjunto de produtores ou emissores que coincidem, quantitativa e qualitativamente, com o conjunto dos receptores (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

à persuasão. Os textos argumentativos elaboram ou defendem visões de mundo, pontos de vista. Assim, o discurso científico e o jornalístico apresentam, portanto, a intenção de provocar ou ampliar a aceitação de ideias.

Discurso científico e discurso jornalístico



Figura 3.1: Discurso jornalístico.

Fonte: <http://www.sxc.hu/assets/16/154041/opinion-page-of-newspaper-503227-m.jpg>

Há, entretanto, diferenças importantes entre o discurso científico e o jornalístico. Estas diferenças dizem respeito, sobretudo, aos efeitos por eles desencadeados e ao que visam a convencer ou persuadir. Mas, como assim?

O discurso jornalístico identifica-se com o ato de persuadir e “procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um ‘auditório particular’”(KOCH, 1987, p. 20).

O discurso científico identifica-se com o ato de convencer por produzir certezas provisórias, dirigindo-se “unicamente à razão, através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas; sendo assim, capaz de atingir um ‘auditório universal’, possuindo caráter puramente demonstrativo e atemporal.” (KOCH, 1987, p. 20)

O discurso jornalístico, considerado nestes termos, pode ser exemplificado com maior clareza pelos editoriais de jornais. Os editoriais são textos destituídos de compromisso com a imparcialidade e com a obje-

tividade, pois expressam a visão da empresa a respeito de algum assunto em evidência naquele momento. Os editoriais não são, portanto, textos informativos. São chamados de opinativos ou apreciativos.

O discurso científico, muito pelo contrário, procura excluir a presença de apreciações, dando uma condição especial àquelas que, apesar disso, apareçam nele. Os textos científicos comprometem-se com as demonstrações ao pretenderem provar, desenvolver conhecimentos e convencer. Diz-se, então, que as características do conhecimento científico podem nortear a elaboração de trabalhos acadêmicos, como veremos mais adiante.

Observe ainda que a opinião tem sido tradicionalmente refutada pelos estudiosos das ciências. O que serve de sustentação para a opinião?

Segundo Hühne (1988), estudiosos renomados entenderam que a opinião lança mão de exemplos resgatados ao acaso para sustentar raciocínios. “A opinião pensa mal; ela não pensa: ela traduz necessidades em conhecimento. Ao designar os objetos por sua utilidade, ela se impede de conhecê-los.” (BACHELARD apud HÜHNE, 1988, p. 59) A opinião é tendenciosa e, por isso, elabora discursos questionáveis. “A opinião costuma trocar a parte pelo todo, com exemplos casuais e isolados, inventa fatos tomando o contingente e imaginário pelo real” (HÜHNE, 1988, p. 57)

Discurso científico e seus principais referenciais

Os textos científicos preocupam-se com a objetividade e a clareza das declarações, secundarizando o objetivo artístico. A arte com palavras é típica do texto literário, no qual a realidade é fictícia, sendo recriada pelas afetividades, pelas qualificações. O emissor emprega vocabulário abstrato sem indicação do sentido para o receptor da mensagem.

Diferentemente das livres interpretações literárias, o discurso científico tem “preocupação central com a correção, a exatidão e a autenticidade dos dados e dos raciocínios desenvolvidos. Escrever textos científicos é, antes de tudo, comunicar corretamente dados e informações corretas.” (SANTOS, 2007, p. 36) A preocupação com a clareza, na maior parte das vezes, obriga o estudioso a indicar os limites, a valorizar algum aspecto em acordo com o ponto de vista adotado. Não há, assim, neutralidade nos trabalhos científicos. Demo (2000, p. 24) nos diz que

Não vemos a realidade de modo neutro, mas postados em algum lugar da sociedade, tendo por trás de si história que já passou, e à frente de si história que está por vir. Ideologia é o conhecimento forjado para justificar o poder, nosso ou de outrem, usando para tanto, de preferência, conhecimento científico, donde provém sobretudo a dificuldade de distinguir os dois, muitas vezes. Ideologia inteligente é a que sabe posar de ciência, para provocar tanto maior acato, de preferência sem resistências. Possivelmente, a referência mais adequada para entender ideologia é sua relação com o fenômeno do poder, tanto para mostrar como se diferencia, como também para mostrar como se iguala ao conhecimento científico. Diferencia-se porque, enquanto o conhecimento científico busca usar metodologias que – pelo menos na intenção – salvagam a captação da realidade, a ideologia dedica-se a produzir discurso marcado pela justificação. Igualam-se, porém, porque a presença do poder é sempre inegável também no conhecimento científico, pela simples razão de que é, cada vez mais, fonte de poder.

Os trabalhos acadêmicos constituem-se em textos de comunicação e divulgação de estudos resultantes da investigação metódica. E a importância do rigor ultrapassa a utilização dos métodos e técnicas de pesquisa, alcançando a produção e a apresentação gráfica dos textos científicos. Neste item, trataremos especialmente do rigor imprescindível à elaboração dos textos científicos, associando-o à caracterização desse tipo de conhecimento.

Diz-se, comumente, que o conhecimento científico é racional, devendo alicerçar-se em conceitos e em ideias. Nos trabalhos acadêmicos, os verbos adequados para referirem-se ao entendimento do estudioso (que é quem escreve) são: compreender, entender e similares. O uso do verbo acreditar torna-se inapropriado, por relacionar-se a fé, à revelação, ao dogma. Da mesma forma, ocorre com o emprego do verbo achar, que diz respeito a um conhecimento superficial, de quem tem apenas uma rápida e infundada impressão sobre algo. Lembre-se de que o discurso científico deve ser explicativo, analítico e verificável, sendo validado pela realização da prova da experiência ou da demonstração. (LAKATOS; MARCONI, 1991)

As declarações, então, necessitam de evidências, de provas, para serem validadas e, portanto, aceitas por seus pares. Entretanto, algumas exceções precisam ser consideradas, a saber:

- quando expressam algo universalmente aceito;
- quando já são evidentes por si mesmas;
- quando são respaldadas por autoridade (testemunhos autorizados).

As citações são também conhecidas como testemunhos autorizados porque, além de emprestarem ao texto maior credibilidade, devido aos autores considerados, facilitam a aceitação das ideias pelos pares. As citações referem-se à caracterização do conhecimento científico como sistemático e acumulativo, por se basearem em saberes demonstrados, confirmados e reconhecidos pela comunidade acadêmica.

Assim, dois pontos centrais destacam-se na elaboração dos textos acadêmicos e científicos: as citações e o vocabulário. Lembre-se de que, muito provavelmente, você será identificado e avaliado de acordo com os autores citados e a terminologia usada.

Atividade 1

Atende aos objetivos 1 e 2

Leia, com muita atenção, o editorial a seguir, publicado recentemente no jornal *O Globo*.

Carências na Saúde e na Educação

É uma tradição na administração pública recorrer-se ao diagnóstico da “falta de recursos” para explicar todas as mazelas. País hoje de renda média, mas já classificado de “subdesenvolvido”, o Brasil tem, é verdade, carências, mas, por contar com um dos oito maiores PIBs do mundo, e uma carga tributária (36% do PIB) superior à de qualquer outra economia emergente, a justificativa da escassez de dinheiro para a má qualidade de serviços públicos básicos tem perdido força.

A demanda, porém, por mais verbas, principalmente para Educação e Saúde, é crescente. E aumenta à medida que se aproxima o calendário eleitoral. Os próprios Executivo e Legislativo tratam de agir nesta direção. Há poucos dias, a presidente Dilma sancionou lei para destinar 75% dos royalties do petróleo para a Educação e 25% à Saúde. Na versão original do projeto, encaminhado ao Congresso pelo Executivo, eram 100% para o ensino, conforme um dos “pactos” propostos pela presidente logo que

o Planalto saiu do estado de perplexidade causado pela eclosão dos movimentos de rua, em junho, fora do controle das máquinas tradicionais de mobilização política (PT, sindicatos, UNE e outras organizações ditas sociais).

Assim, o SUS e o ensino público caminham para atingir a meta, defendida pelos movimentos que atuam nos dois setores, de cada um receber 10% do PIB. O objetivo já está incluído no Plano Nacional de Educação. Significa, aproximadamente, dobrar, em termos de participação no PIB, o peso da Saúde (hoje 4%) e da Educação (5%, atualmente).

Sem considerar mais este avanço no engessamento dos gastos públicos – já bastante comprometido com percentuais fixos de despesas, há a grave questão da qualidade das despesas.

Não se desconhece o “subfinanciamento” em alguns segmentos das duas áreas. Mas preocupa que, mesmo diante de frequentes exemplos de má administração dos bilhões que transitam na Saúde e na Educação, os esforços para melhorias de gestão sejam menos intensos que os destinados a reservar mais dinheiro no Orçamento.

Há muito o que fazer além de lobby nas antessalas do Executivo e do Legislativo. Na Saúde, há experiências positivas comprovadas de novos modelos de gestão de hospitais e emergências públicas de que resultam aumentos de produtividade e qualidade. Mas é preciso ter coragem e vontade política para enfrentar as corporações sindicais contrárias a qualquer mudança neste campo.

Na Educação, por sua vez, existem incontáveis histórias de sucesso de escolas de ensino básico, em regiões pouco desenvolvidas, com resultados comparáveis aos de países ricos. Trata-se de replicar a experiência em outras cidades e estados. Também aqui é necessário enfrentar resistências corporativas.

É uma ilusão considerar que apenas mais recursos orçamentários retirarão a Saúde e a Educação do atoleiro em que se encontram. (CARÊNCIAS..., 2013).

Agora, faça o que se pede a seguir.

1. Qual é o assunto central do editorial?

2. Resuma, em poucas palavras, a opinião defendida pelo jornal.

3. A ideia de que o poder público federal deve concentrar esforços para melhorar a gestão da Saúde e da Educação foi sustentada com exemplos que trocam a parte pelo todo. Por quê?

4. O discurso científico, por ser racional, apoia-se em conceitos com significados definidos, devido à preocupação com a clareza, correção e precisão. Leia a transcrição a seguir e analise a variação no sentido da palavra “demanda”:

“A demanda, porém, por mais verbas, principalmente para Educação e Saúde, é crescente. E aumenta à medida que se aproxima o calendário eleitoral.”

5. Com relação ao vocabulário, destaque palavras da transcrição abaixo que confirmem o uso da linguagem tendenciosa, sem comprovação.

Mas preocupa que, mesmo diante de frequentes exemplos de má administração dos bilhões que transitam na Saúde e na Educação, os esforços para melhorias de gestão sejam menos intensos que os destinados a reservar mais dinheiro no Orçamento.

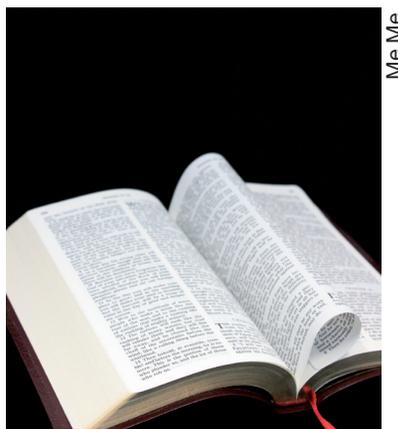
Resposta comentada

1. É a lei sancionada pela presidente, que destina 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e 25% para a saúde.

2. Os problemas apresentados nas áreas públicas da saúde e da educação no Brasil precisam de modernização gerencial, e não apenas de mais recursos públicos.
3. Porque as experiências de sucesso constituem-se em casos de exceção, abordados de forma superficial e aproximando-se de exemplos caracterizados como casuais e isolados.
4. Muito embora não tenha sido explicitado no texto, a palavra “demanda”, na primeira frase, refere-se, provavelmente, ao aumento da população brasileira. Na segunda frase, entretanto, “demanda” fica subentendida e adquire o sentido possível de forças, pressões políticas.
5. Pode-se indicar: frequentes exemplos, má administração dos bilhões, esforços menos intensos.

Ao final deste exercício, você compreendeu o distanciamento existente entre textos jornalísticos e textos científicos. Mas este entendimento foi possível porque você caracterizou o editorial do jornal como texto opinativo, apreciativo, quer dizer, com argumentos ou pontos de vista sustentados por exemplos casuais e isolados. Além disso, confirmou a importância do emprego de conceitos definidos, porque a variedade de significados contidos em uma palavra prejudica a clareza e a precisão das ideias. Por fim, verificou que a adjetivação aumenta o grau de subjetividade do texto, tornando-o vago.

As citações



Me Me

Figura 3.2: Citações.

Fonte: <http://www.sxc.hu/assets/182931/1829309288/bible-1415262-m.jpg>

Segundo Nahuz e Ferreira (1989, p. 68), citações (ou testemunhos autorizados) são assim definidas:

Entende-se por citações os conceitos, as informações, as ideias e as sugestões colhidas em outras fontes e mencionadas no texto de uma monografia, com a finalidade de enriquecê-lo e conferir-lhe maior autoridade. Deste modo, as citações bibliográficas são elementos retirados de documentos pesquisados e indispensáveis para comprovar as ideias desenvolvidas pelo autor.

Tipos de citação

Três são os tipos de citação: citação direta, citação indireta e citação da citação. Vamos conhecer cada uma delas agora.

Citação direta, literal ou textual

É a transcrição literal de textos de outros autores. Quando ocupam espaço correspondente a até três linhas completas, são inseridas no próprio parágrafo, entre aspas duplas.

Exemplos:

- Barbour (1971, p. 35) descreve: “O estudo da morfologia dos terrenos [...] ativos [...]”
- “Não se mova, faça de conta que está morta.”(CLARAC; BONNIN, 1985, p. 72)
- Segundo Sá (1995, p. 27): “[...] por meio da mesma ‘arte de conversação’ que abrange tão extensa significativa parte da nossa existência cotidiana [...]”.

Com mais de três linhas, as citações diretas devem constituir parágrafo independente, com letra e espaçamento menores, sem uso de aspas e com um maior recuo no texto de sua autoria.

Exemplo:

A teleconferência permite ao indivíduo participar de um encontro nacional ou regional sem a necessidade de deixar seu local de origem. Tipos comuns de teleconferência incluem o uso da televisão, telefone e computador. Através de audioconferência, utilizando a companhia local de telefone, um sinal de áudio pode ser emitido em um salão de qualquer dimensão. (NICHOLS, 1993, p. 181)

Citação livre, indireta ou paráfrase

É a reprodução livre das ideias e/ou informações contidas na obra consultada.

Você pode inserir o nome de um autor no texto redigido, colocando entre parênteses o ano de publicação, ou pode colocar entre parênteses as duas informações (o nome do autor e o ano de publicação da obra em questão).

Observe, entretanto, o seguinte: quando o nome do autor fizer parte de seu texto, escreva-o tal como qualquer outro nome próprio, isto é, com letras maiúsculas e minúsculas. Quando o nome do autor aparecer entre parênteses, escreva-o integralmente em letras maiúsculas.

Exemplos:

- A ironia seria, assim, uma forma implícita de heterogeneidade mostrada, conforme a classificação proposta por Authier-Reiriz (1982).
- A produção de lítio começa em Searles Lake, Califórnia, em 1928 (MUMFORD, 1949).

Citação de citação

É a transcrição de um texto já citado por outro autor, cujo original não foi possível ser consultado. Neste caso, torna-se indispensável a menção, no texto, entre parênteses, do autor do documento original, sucedido da expressão latina *apud*, do autor da obra consultada. *Apud* significa “citado por”. Nos exemplos a seguir, os autores das citações são Gouch e Vianna.

Exemplos:

- No modelo serial de Gouch (1972 *apud* NARDI, 1993), o ato de ler envolve um processamento serial que começa com uma fixação ocular sobre o texto, prosseguindo da esquerda para a direita de forma linear.
- “[...] o viés organicista da burocracia estatal e o antiliberalismo da cultura política de 1937, preservado de modo encapuçado na Carta de 1946.” (VIANNA, 1986, p. 172 *apud* SEGATTO, 1995, p. 214-215)
- Você pode ainda utilizar informações obtidas através de canais informais, como aulas, palestras, debates, entrevistas, comunicações pessoais etc. Ao mencionar em seu trabalho algum conteúdo assim obtido, você precisa colocar o detalhamento numa nota de rodapé. São as chamadas notas explicativas, comentadas mais adiante

Quando devemos fazer citações?

As citações são empregadas nos trabalhos acadêmicos em duas situações principais, a saber: cita-se um texto a ser depois interpretado e cita-se um texto em apoio à nossa interpretação.

As citações devem ser transcritas com rigor. Caso queira eliminar alguma parte do texto, indique esta omissão com reticências entre colchetes. Use igualmente os colchetes para assinalar qualquer grifo que não seja de autoria do autor.

Quando a citação for traduzida de idioma estrangeiro, é aconselhável que o respectivo texto original conste em nota de rodapé.

Sinais e convenções

- **Aspas**

(“...” Aspas duplas indicam transcrição de citações diretas, literais ou textuais, que tenham até três linhas.

(‘...’) Aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

- **Grifo**

O grifo destaca trechos da citação direta. Imediatamente após o trecho grifado, usar entre colchetes a seguinte expressão: grifo nosso.

Exemplo:

“A citação pressupõe que **a ideia do autor citado seja compartilhada** [grifo nosso], a menos que o trecho seja precedido e seguido de expressões críticas.” (ECO, 1996, p. 122).

- **Colchetes**

Os colchetes indicam supressões, interpolações, comentários, ênfase ou destaque na citação direta ou na citação da citação.

[sic] Sic: Indica a existência de erro no texto citado e vem imediatamente após o mesmo.

[?] Ponto de interrogação: indica algo que suscite dúvidas no texto citado.

[!] Ponto de exclamação: indica algo que se queira enfatizar no texto citado.

Exemplos:

- A biografia não autorizada de Roberto Carlos, lançada em 2000 [sic] e logo recolhida, transformou-se em artigo raro, alcançando altos valores nos sebos.
- Apesar das vantagens para o meio ambiente, a saúde e o trânsito, o imposto sobre a bicicleta é maior [?] do que sobre os carros.
- Os brasileiros têm invadido os cursos de medicina na Bolívia, mas o Revalida, exame que reconhece o diploma obtido no exterior, reprova a grande maioria deles [!].

Sistema de chamada



Melanie kuijpers

Figura 3.3: Sistemas de chamada

Fonte: http://www.sxc.hu/pic/l/y/yu/yum/284743_2835.jpg

Sistemas de chamada

Recursos utilizados para indicar, no texto, as fontes de onde foram extraídas as citações.

A ABNT prevê dois **sistemas de chamada**: o numérico e o autor-data. Certos eventos acadêmicos e periódicos científicos adotam o sistema numérico para divulgação de artigos, mas é o sistema autor-data que, de forma geral, vem sendo cada vez mais utilizado.

No Cefet/RJ, a tendência é de, igualmente, seguir as regras do sistema autor-data para fazer referência aos autores que fundamentam os textos com transcrições, informações ou pontos de vista.

Sistema autor-data

Como a própria denominação sugere, este sistema prevê a indicação da autoria por meio do último sobrenome do(s) autor(es), seguida do ano de publicação da obra e do(s) número(s) da(s) página(s) correspondente(s)

à citação, se for direta. Não se indica(m) o(s) número(s) da(s) página(s) quando a citação for resultante de uma ideia ou de síntese da obra.

Quando o(s) sobrenome(s) do(s) autor(es) fizer(em) parte da frase, pode-se adotar, entre outros procedimentos, os seguidos abaixo.

Exemplos:

- Em Teatro Aberto (1963), relata-se a emergência do Teatro do Absurdo.
- Segundo Morais assinala, “[...] a presença de concreções de bauxita do Rio Cricon.” (1955, p. 32)

Quando o(s) sobrenome(s) do(s) autor(es) não fizer(em) parte da frase, proceda da seguinte forma:

Exemplo:

- Diversos autores salientam a importância do “acontecimento desencadeador” no início de um processo de aprendizagem (CROSS, 1984; KNOX, 1986; MEZIROW, 1991).

Observe que, no exemplo acima, os autores figuram na ordem cronológica do ano de publicação das obras citadas. Pode, entretanto, acontecer que a citação ocorra sempre no mesmo ano, e, neste caso, os autores são citados em ordem alfabética.

Exemplo:

- Ela polariza e encaminha, sob a forma de “demanda coletiva”, as necessidades de todos. (FONSECA, 1997; PAIVA, 1997; SILVA, 1997)

Sistema numérico

Neste sistema, faz-se uma numeração sequencial para indicação das fontes na mesma ordem em que aparecem no texto. Os números, em algarismos arábicos, devem remeter à lista de referências ao final do trabalho ou de parte deste. Algumas áreas do conhecimento científico utilizam o sistema numérico no rodapé, e as referências às fontes ficam, neste caso, junto com as notas explicativas.

Exemplos:

- Diz Rui Barbosa: “Tudo é viver, previvendo.”(15) (Indica que as referências estão em uma lista, em algum lugar do trabalho.)
- Diz Rui Barbosa: “Tudo é viver, previvendo.”³ (Indica que as referências estão no rodapé da página.)

Ao adotar um sistema, mantenha-o até o final de seu trabalho.

Notas explicativas e expressões latinas

As notas explicativas aparecem habitualmente em rodapé e servem, em especial, para ampliar afirmações feitas no texto sem sobrecarregá-lo, para remissões internas e externas, e ainda para transcrever a tradução de uma citação feita em língua estrangeira ou vice-versa, dependendo do caso.

Algumas expressões latinas aparecem tradicionalmente em trabalhos acadêmicos, e o seu emprego tem sido ampliado. Eram usadas somente para abreviação de referências a fontes, como notas de rodapé e com numeração sequencial, mas atualmente têm sido utilizadas em citações para tornar os textos menos densos. Esse uso, no entanto, deve ser feito com muito critério, a fim de que a compreensão do texto não seja prejudicada. Veja, no **Quadro 3.1**, as que mais se destacam.

Quadro 3.1: Expressões latinas mais usadas

Apud	<i>Citado por, conforme, segundo.</i> Usada no caso de citação da citação.
Idem - Id	<i>Mesmo autor.</i> Indica que a citação refere-se ao autor imediata e anteriormente citado. Nesse caso, deve-se indicar o ano de publicação e a(s) respectiva(s) página(s).
Ibidem - Ibid	<i>Na mesma obra.</i> Indica que a obra citada é a mesma da citação imediatamente anterior. Não se coloca na chamada, entre parênteses, o sobrenome do(s) autor(es) e ano(s) de publicação, mas somente a expressão <i>ibidem</i> (ou <i>ibid.</i>), seguida do número da(s) página(s) referente(s) à citação quando não forem a(s) mesma(s).
Opus citatum - opere citato - op. cit.	<i>Obra citada.</i> Indica que a citação é referente a obra de autor já citado na monografia, sem ser a imediatamente anterior. Após o(s) sobrenome(s) do(s) autores, coloca-se essa expressão seguida do número da(s) página(s).

Atividade 2

Atende ao objetivo 3

Vá até o início desta aula e recomece sua leitura para localizar no texto as quatro primeiras citações. Em seguida, indique o tipo de cada uma delas.

1ª citação:

2ª citação:

3ª citação:

4ª citação:

Resposta comentada

1ª citação: citação da citação.

O discurso é entendido como um texto dotado de sentido em seu contexto, que compreende as condições de produção e de recepção (ADAM, 1999 apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 169).

2ª citação: citação da citação.

Beacco (1999 apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004) diferencia as comunidades discursivas, sendo que, dentre elas, duas aproximam-se de forma evidente: a comunidade discursiva jornalística e a comunidade discursiva científica. Tanto uma como outra defendem ideias.

3ª citação: citação indireta

Textos fechados são elaborados por um conjunto de produtores ou emissores que coincidem, quantitativa e qualitativamente, com o conjunto dos receptores (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

4ª citação: citação direta

O discurso jornalístico identifica-se com o ato de persuadir e “procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis, e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um ‘auditório particular” (KOCH, 1987, p. 20).

Recomendações finais



Figura 3.4: Tirando dúvidas.

Fonte: <http://pt.freeimages.com/photo/student-1528001>

Agora, você vai encontrar respostas a dúvidas recorrentes na elaboração de textos científicos por iniciantes.

A quem nos dirigimos ao escrever?

Eco (1996, p. 115) responde a esta primeira pergunta dizendo simplesmente que escrevemos para a humanidade, isto é, para todos. Mas, de maneira geral, dirigimos nosso texto primeiramente ao professor-orientador, que será o leitor crítico. Algumas outras vezes, alimentamos a expectativa de que nosso trabalho seja lido e consultado por muitos estudiosos, não necessariamente especialistas no assunto abordado.

A forma verbal predominantemente utilizada no meio acadêmico coloca os verbos como impessoais, empregados na 3ª pessoa do singular e com o pronome “se” para indicar a indeterminação do sujeito (exemplo: *Aspira-se a um nível de vida digno*). Mas, se houver alguma recomendação especial, os verbos podem aparecer na primeira pessoa do plural numa menção ao caráter acumulativo do conhecimento científico.

Que recomendações precisamos observar durante a redação de textos científicos e acadêmicos?

Eco (1996, p. 217-220) serviu de fonte de inspiração para a maior parte dos conselhos a seguir listados. Vale a pena refletir sobre eles!

- Todo texto deve estar gramaticalmente correto. Atenção nos acentos, na pontuação, na concordância. Na dúvida, consulte um livro de gramática, dicionários da língua portuguesa ou algum revisor a quem tenha acesso.
- Evite expressões coloquiais, gírias, pedantismo, bem como expressões e raciocínios de senso comum. Evite superlativos, generalizações, repetição de palavras ou ideias, personalização de seres inanimados.
- Procure anotar num rascunho tudo o que lhe vier à cabeça.
- Use preferencialmente o orientador como leitor crítico para contar com seu auxílio no refinamento do texto.
- Abra parágrafos com frequência para facilitar a compreensão do texto. Mas evite os excessos tanto de inúmeros parágrafos como da ausência dos mesmos. Assim, divida parágrafos extensos e recorte frases redundantes.
- Comece pelo item que tiver mais preparado, pois não deve começar pelo primeiro por ser apenas o primeiro item a ser abordado.
- Os textos científicos devem ser escritos em linguagem referencial, isto é, com todos os termos bem definidos. Torna-se primordial utilizar uma linguagem clara, precisa e concisa. Procure uma escrita simples, consistente, com sobriedade, direta, formal, impessoal, evitando adjetivos e relativizando as afirmativas.
- Não explique o óbvio, mas apenas o que for pouco conhecido.
- O texto deve apresentar um encadeamento de ideias. Lembre-se de que textos prolixos, imprecisos e desorganizados dificilmente serão lidos até o fim. Se o texto exigir muito esforço de compreensão, será ineficaz do ponto de vista demonstrativo.

Conclusão

O discurso científico deve ser rigoroso com relação às regras da redação acadêmica. E você aprendeu que dois aspectos são fundamentais nos textos científicos: o vocabulário e as citações. Mas, muita atenção! Resista às tentações das erudições exageradas, assim como evite excessos na escrita acadêmica.

No que diz respeito à escolha das palavras, considere dois extremos: a palavra representa, a um só tempo, a prisão e a liberdade do pensamento. A palavra liberta o pensamento, porque faz existir, “dá vida, a palavra faz ver, a palavra cria. A palavra dá corpo ao conceito, ao pensamento...” (PEREIRA, 2013, p. 213). Mas, a palavra aprisiona o sentido, “ela fixa, demarca, regula e constringe o pensamento” (p. 213), indicando limites.

Com relação às citações, lembre-se de que elas não garantem por si mesmas a consistência dos textos. A consistência reside na linha de raciocínio, no encadeamento de ideias, na elaboração de argumentos. As citações reforçam as ideias, fornecendo-lhes maior credibilidade, facilitando a aceitação.

Para ilustrar e encerrar esta conclusão, vale a pena citar um episódio bastante conhecido de impostura científica.

O físico Alan Sokal remeteu, em 1996, para importante periódico acadêmico, o *Social Text*, artigo no qual identificava como teoria libertária a Teoria da Relatividade de Einstein. O artigo foi avaliado e publicado com um total de 42 páginas, sendo doze de texto e o restante de notas e referências. “Em seguida, Sokal publicou um pós-escrito em que afirmava que seu texto anterior era um amontoado de impropriedades sem sentido, apesar das referências bibliográficas verdadeiras” (PEREIRA, 2013, p. 222).

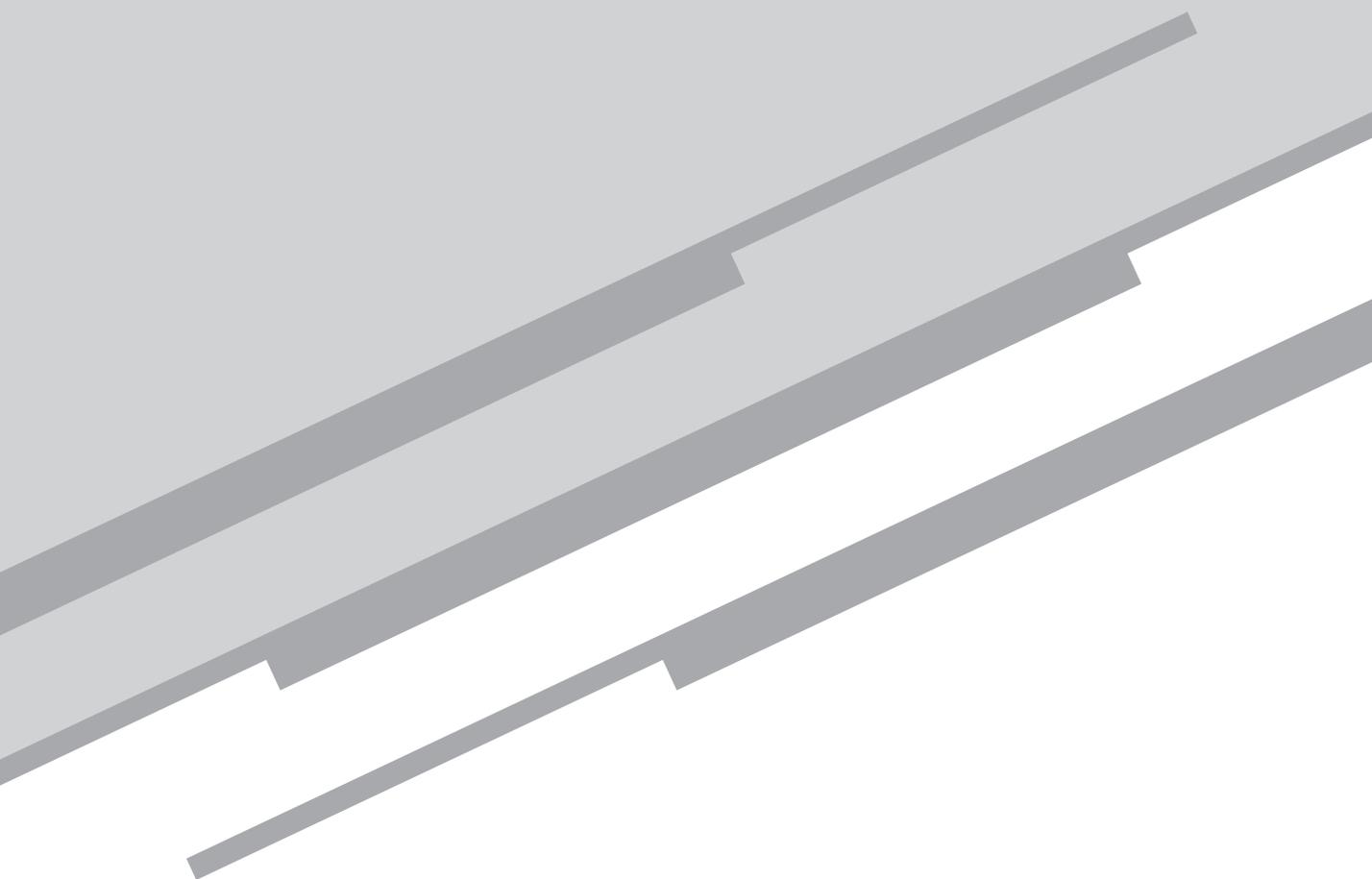
No meio acadêmico desta época, havia uma valorização extrema da dos estudos que articulavam diferentes áreas do conhecimento. Por exemplo, vínculos entre termos da ecologia com a gerência empresarial serviam para intimidar e impressionar os leitores. Sokal dizia-se preocupado com essa tendência e “apelou para falsos argumentos de autoridade e, [...], confundiu propositalmente termos conceituais com seus usos vulgares” (PEREIRA, 2013, p. 223).

Resumo

- No conceito de discurso, destacam-se a intencionalidade e a função comunicativa, sendo que discurso científico abrange tanto o conjunto de textos produzidos pelos estudiosos das ciências quanto o sistema de regras que orienta seu desenvolvimento.
- A comunidade discursiva jornalística aproxima-se da comunidade discursiva científica porque ambas defendem ideias, pontos de vista.
- Os editoriais servem de exemplos para o discurso jornalístico, pois são textos opinativos ou apreciativos.
- O discurso científico compromete-se com as demonstrações e pretende provar, desenvolver conhecimentos e convencer.
- Os textos científicos preocupam-se com a objetividade, a precisão e a clareza das declarações, secundarizando o objetivo artístico.
- Dois pontos centrais destacam-se na elaboração dos textos acadêmicos e científicos: o vocabulário e as citações.
- Três são os tipos de citação: citação direta, citação indireta e citação da citação.
- O sistema autor-data é o sistema de chamada de citações que, de forma geral, vem sendo cada vez mais utilizado no meio acadêmico e científico.

Aula 4

Argumentação I



*Maria da Gloria de Faria Leal
Mariana Lamego*

Meta

Apresentar critérios de avaliação de argumentos dedutivos e não dedutivos.

Objetivo

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. Exercitar o raciocínio lógico com vistas à validação e à organização de ideias, inferências e conclusões.

Introdução

Nesta aula, você vai encontrar orientações com vários exemplos para auxiliá-lo na tarefa da redação e da avaliação de argumentos que sustentem adequadamente suas conclusões. Você, certamente, reconhece a importância de exercitar a atividade da **argumentação**, sobretudo para quem vai elaborar trabalhos científicos.

De maneira geral, os estudantes apresentam dificuldades tanto na formulação de visões próprias quanto na indicação dos argumentos que lhes servem de alicerce. As afirmações tornam-se, muitas vezes, truncadas pela inexistência de uma linha de raciocínio, numa demonstração de que as ideias não foram devidamente encadeadas. O fato é que escrever depende do saber pensar, da organização do raciocínio. Segundo Garcia (2002, p. 301):

Escreve realmente mal o estudante que não tem o que dizer porque não aprendeu a pôr em ordem seu pensamento, e porque não tem o que dizer, não lhe bastam as regrinhas gramaticais, nem mesmo o melhor vocabulário de que possa dispor. Portanto, é preciso fornecer-lhe os meios de disciplinar o raciocínio, de estimular-lhe o espírito de observação dos fatos e ensiná-lo a criar ou aprovisionar ideias: ensinar, enfim, a pensar.

No universo acadêmico, para comunicarmos nossas ideias e sustentarmos nosso posicionamento, precisamos elaborar textos claros e coerentes. Para começar, vamos conhecer o que são os argumentos e quais são seus tipos. O estudo desta aula pretende auxiliá-lo na organização de suas ideias para exercitar o ato de escrever com consistência. Muita atenção!

Esta aula trata especificamente dos argumentos. Observe, entretanto, que a próxima aula dará continuidade ao assunto da argumentação, abordando as falácias e os textos argumentativos. Mãos à obra!

Argumentação

É compreendida como manifestação de ponto de vista e como maneira específica de organização de um conjunto de declarações (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004). A argumentação sustenta certos entendimentos com fatos, razões e/ou evidências para confirmar ou demolir conclusões.

Argumentos



Figura 4.1: Bons argumentos sempre convencem!

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2d/CARLOS_SANTOS_-_DISCURSO.jpg

Abordaremos o que é um argumento, como se classifica e de qual forma o avaliamos. Vamos conhecer também as expressões da linguagem formal que auxiliam na construção dos argumentos. Ao longo desta seção, serão propostos alguns exercícios sobre os assuntos trabalhados.

O que é um argumento?

Argumento é um conjunto de sentenças em que uma delas é a conclusão e as outras são as premissas do argumento. Explicando melhor: *Conclusão* é uma sentença que expressa a ideia ou tese que se quer defender, e as *premissas* são sentenças que pretendem justificar ou garantir a verdade da conclusão.

Leia com atenção o exemplo a seguir:

(1)

Todos os cariocas são brasileiros.

João é carioca.

Logo, João é brasileiro.

No exemplo (1), temos um argumento no qual as premissas são ‘todos os cariocas são brasileiros’ e ‘João é carioca’, e a conclusão é ‘João é brasileiro’. Com base nas premissas, podemos concluir (isto é, inferir) que João é brasileiro. Inferir é obter conclusões a partir de premissas. Em sentido amplo, a Lógica é o estudo dos princípios e métodos de inferência, e nosso estudo refere-se à chamada Lógica Informal.

Formas de avaliar argumentos – Argumentos dedutivos e não dedutivos

Argumento dedutivo é aquele em que a conclusão se segue às premissas de tal modo que é impossível as premissas serem verdadeiras e a conclusão ser falsa. O exemplo (1) é de um argumento dedutivo.

Veja outros exemplos de argumentos dedutivos:

(2)

Havia 30 alunos nesta sala.

Agora, há 29 alunos nesta sala.

Logo, um aluno saiu da sala.

(3)

ABC é um triângulo reto.

O menor ângulo do triângulo **ABC** mede 30 graus.

Logo, o outro ângulo agudo mede 60 graus.

(4)

Platão é um filósofo grego.

Logo, existem filósofos gregos.

Nos argumentos (1), (2), (3) e (4), sendo as premissas verdadeiras, é impossível que a conclusão seja falsa. Podemos dizer, nesse caso, que as premissas garantem a verdade da conclusão.

Há argumentos em que, mesmo com premissas verdadeiras, não temos certeza de que a conclusão também o seja. Em outras palavras, é possível as premissas serem verdadeiras e a conclusão ser falsa, ainda que seja muito grande a probabilidade de a conclusão ser verdadeira. Esses argumentos são chamados *não dedutivos*. Veja os exemplos:

(5)

Esta vacina funcionou bem com macacos. Por esse motivo, esta vacina vai funcionar bem em seres humanos.

(6)

Há fumaça. Logo, há um incêndio.

(7)

75% dos entrevistados declaram que vão votar no candidato X. Logo, o candidato X vencerá as eleições.

(8)

99,5% dos testes de AIDS do laboratório X têm resultado correto.

O teste de AIDS de Icabod foi feito no laboratório X, e o resultado foi negativo.

Logo, Icabod não tem AIDS.

A distinção entre argumentos dedutivos e não dedutivos produz uma diferença nas formas de avaliar argumentos. Dizemos que argumentos dedutivos são válidos ou inválidos, e que indutivos são fortes ou fracos, conforme a maior ou menor possibilidade de a conclusão ser verdadeira. Note que um argumento pode ser inválido do ponto de vista dedutivo, mas que, ainda assim, pode ser um bom argumento. O argumento (8), por exemplo, partindo-se do princípio de que as premissas são verdadeiras, é um bom argumento. Mas (8) não é válido do ponto de vista dedutivo, pois não é impossível que todas as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa, ainda que isso seja extremamente improvável. Dizemos que (8) é um argumento indutivamente forte.

Em resumo: argumentos não dedutivos são classificados como *fortes* ou *fracos*, e argumentos dedutivos são *válidos* ou *inválidos*. É importante ressaltar que a validade dos argumentos dedutivos e a força dos argumentos indutivos são dois critérios diferentes de avaliação de argumentos, que devem ser utilizados em virtude da situação.

Expressões do português que identificam premissas e conclusão

Em um argumento, o conjunto de premissas é denominado *antecedente* e a conclusão é denominada *consequente*. Usualmente, a relação

entre o antecedente e o conseqüente é caracterizada pelo uso de determinadas expressões da língua portuguesa.

As expressões a seguir indicam que uma determinada conclusão segue antecedentes:

- por conseguinte;
- infere-se que;
- logo;
- donde;
- conseqüentemente;
- segue-se que;
- portanto;
- daí resulta que;
- por esse motivo;
- conclui-se que.

Já as expressões a seguir costumam indicar o antecedente ou as premissas do argumento:

- porque;
- porquanto;
- desde que;
- pois;
- com base em;
- tendo em vista que;
- admitido que.

É importante ressaltar que um argumento, eventualmente, pode não conter expressão alguma que indique premissas e conclusão. Um argumento também pode perfeitamente não ser apresentado com a conclusão ao final, mas sim no meio ou no início.

Veja novamente o argumento (1) citado na subseção “O que é um argumento“:

Todos os cariocas são brasileiros.

João é carioca.

Logo, João é brasileiro.

Ele pode ser apresentado das seguintes maneiras, entre outras:

(1a) João é brasileiro, pois todos os cariocas são brasileiros e João é carioca.

(1b) Todos os cariocas são brasileiros. Portanto, posto que é carioca, João é brasileiro.

(1c) Posto que é carioca, João é brasileiro, já que todos os cariocas são brasileiros.

Forma canônica do argumento

Repare que, em todos os casos citados, a conclusão e as premissas do argumento são as mesmas.

Dizemos que (1) é a *forma canônica* do argumento. Um argumento em forma canônica tem as premissas separadas e colocadas antes da conclusão, como no exemplo (1). Em (1a), (1b) e (1c), o argumento não está na forma canônica.

Muitas vezes, também ocorre de o argumento não apresentar explicitamente todas as premissas que sustentam a conclusão, deixando “sубentendidas” uma ou mais premissas.

Tal como é enunciado, o argumento é incompleto. Por exemplo:

(9) Maria é brasileira, posto que é carioca.

(10) Pedro é cidadão brasileiro, logo deve se apresentar ao serviço militar.

(11) O aborto é condenável porque é um assassinato.

Nestes argumentos, faltam as premissas:

(9a) Todo carioca é brasileiro.

(10a) Todo cidadão brasileiro deve se apresentar ao serviço militar.

(11a) Todo assassinato é condenável.

(9), (10) e (11) são denominados *argumentos de premissa suprimida*.

Argumentos em forma canônica são muito mais claros e podem ser mais facilmente analisados. Porém, quando lemos um texto argumentativo, o argumento, via de regra, não está em forma canônica. Por esse

motivo, ao ler um texto argumentativo, é importante que sejamos capazes de identificar a conclusão e as premissas do argumento.

Sentenças declarativas e valores de verdade

Um argumento é sempre composto por sentenças declarativas, isto é, sentenças que têm valor *de verdade*. Há dois valores de verdade: o verdadeiro e o falso.

Mas, atenção! Achar que uma sentença ‘tem valor de verdade’ significa o mesmo que ‘ser verdadeira’, é um erro comum. Mas o *falso* é também um valor de verdade, e uma sentença falsa tem valor de verdade. Vejamos alguns exemplos.

(12) $2 + 2 = 4$

tem valor de verdade: é verdadeira.

(13) $2 + 2 = 5$

tem valor de verdade: é falsa.

(14) Lula é brasileiro

tem valor de verdade: é verdadeira.

(15) Buenos Aires é a capital do Brasil.

tem valor de verdade: é falsa.

Uma sentença que tem valor de verdade é denominada *sentença declarativa*. Exemplos de frases que não são sentenças declarativas são comandos, perguntas, promessas e exclamações. Tais frases não são nem verdadeiras nem falsas, isto é, não têm *valor de verdade*. Por exemplo:

(16) Feche a porta ao sair.

(17) Você pode me dar um cigarro?

(18) Quem me dera ganhar a loteria!

(19) @\$%+&*?!

As sentenças (16), (17), (18) e (19) não são sentenças declarativas.

Outro caso de frases que não são sentenças declarativas ocorre quando um nome próprio não denomina coisa alguma. Na Lógica Clássica, é assumido que não existem nomes vazios, isto é, nomes que não designam coisa alguma. Entretanto, podem aparecer problemas no uso de **descrições definidas**. Por exemplo:

Descrição definida

Expressão que funciona como um nome, designando um único indivíduo através das características que tal indivíduo possui.

(20) “A atual presidente do Brasil” é uma descrição definida, que designa a Dilma Rousseff.

(21) “O país vencedor da Copa de 2010” designa a Espanha.

Para decidir o valor de verdade de uma sentença com uma descrição, é preciso verificar se o **predicado** se aplica ao indivíduo designado pela descrição.

Predicado

“É aquilo que se declara do sujeito, ou melhor, é o termo que contém a declaração referida, em geral, ao sujeito.”
(CEGALLA, 1993, p. 295)

As sentenças

(22) A atual presidente do Brasil é do PT

e

(23) O país vencedor da Copa de 2010 fica na Europa

são verdadeiras, ao passo que

(24) A atual presidente do Brasil é do PFL

e

(25) O país vencedor da Copa de 2010 fica na América do Sul

são sentenças falsas.

Considere agora a sentença:

(26) O atual imperador do Brasil é carioca.

Posto que a descrição utilizada em (26) nada designa, não temos como determinar seu valor de verdade verificando se o predicado “é carioca” se aplica ao indivíduo designado pela descrição. Note a diferença entre (26) e (24), que é falsa, porque Dilma *não* é do PFL.

Quando uma sentença contém uma descrição definida que nada designa, temos de considerar que a sentença não tem valor de verdade.

Vagueza e Ambiguidade

Irving Copi (1974, p. 108) oferece uma caracterização sucinta e precisa da vagueza e da *ambiguidade*.

Um termo é *ambíguo*, num determinado contexto, quando tem dois significados distintos, e o contexto não esclarece em qual dos dois [significados] se usa [o termo em questão]. Por outro lado, um termo é vago quando existem ‘casos limítrofes’ de tal natureza que é impossível determinar se o termo se aplica ou não a eles.

Ambiguidade



Figura 4.2: Dois caminhos diferentes de compreensão.

Fonte: <http://www.sxc.hu/assets/183011/1830101242/signpost-1-1360127-m.jpg>

Uma sentença é ambígua quando pode ser compreendida de duas ou mais maneiras. Por exemplo:

(28) João está no banco.

(29) O arquivo está precisando de manutenção.

Em (28), não sabemos se a palavra “banco” designa uma instituição financeira ou um objeto feito para sentar – João pode estar sentado no banco da praça ou pode estar pagando uma conta no banco. Em (29), não sabemos se a palavra “arquivo” significa um móvel, um conjunto de documentos ou um banco de dados.

Note que os valores de verdade de (28) e (29) dependem do seu significado, e, se as sentenças são ambíguas, não temos como determinar seus valores de verdade. No uso da linguagem natural, muitas vezes o contexto determina o significado da sentença em questão, mas nem sempre isso ocorre.

Em (28) e (29), temos casos de ambiguidade semântica, isto é, que depende do significado das palavras. Há também casos de ambiguidade sintática. Nesses casos, é a estrutura sintática da sentença que não estabelece com rigor o significado.

(30) João deseja a riqueza ou a glória e a fama.

Neste caso, sendo a conjunção “ou” inclusiva, há duas interpretações possíveis:

(30a) João deseja ou a riqueza, ou a glória e a fama.

(30b) João deseja a fama e, além da fama, ou a glória ou a riqueza.

Para evitar a ambiguidade sintática, podemos escrever a sentença (30) nas formas (30a) ou (30b).

Outro exemplo de ambiguidade:

(31) O PT fará uma coligação partidária com PMDB ou PP e PTB.

As leituras possíveis de (31) são:

(31a) O PT fará uma coligação partidária com PMDB ou (PP e PTB);

(31b) O PT fará uma coligação partidária com (PMDB ou PP) e PTB.

Suponha que o PT faz a coligação apenas com o PMDB. A sentença (31) é verdadeira ou falsa? Se interpretarmos (31) como (31a), (31) é verdadeira; como (31b), falsa.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Explique por que há ambiguidade na sentença a seguir e a reescreva de duas formas possíveis que evitem a ambiguidade.

(32) Icabod vai encontrar a bruxa ou os monstros, e vai morrer.

Resposta comentada

Há duas leituras possíveis:

1. Icabod encontra ou a bruxa ou os monstros e, além disso, morre.
2. Icabod encontra a bruxa apenas, ou encontra os monstros e, nesse caso, morre.

Em símbolos:

A = Icabod encontra a bruxa.

B = Icabod encontra os monstros.

C = Icabod morre.

1. (A ou B) e C.

2. A ou (B e C).

Vagueza

A *vagueza* ocorre quando uma sentença tem um predicado vago, isto é, um predicado que não oferece um critério preciso para decidir se a sentença é verdadeira ou falsa.

Por exemplo:

(33) João é calvo.

O predicado desta sentença é “*x* é calvo”. Este predicado não oferece um critério que possibilite determinar, para *todos* os indivíduos, se tal indivíduo é ou não calvo. Se formos ao dicionário *Aurélio*, encontraremos que calvo é quem “não tem cabelo na cabeça ou em parte dela”.

Um indivíduo completamente sem cabelos sem dúvida é calvo. Um indivíduo com cabelo em toda a cabeça sem dúvida não é calvo. Mas o problema é determinar qual é o ponto em que alguém passa a ser calvo. Nós não temos tal critério.

O fato de não termos um critério preciso para aplicar o predicado “*x* é calvo” significa que tal predicado produz sentenças que não têm valor de verdade. Entretanto, evidentemente, nem todas as sentenças, que contêm o “*x* é calvo” são vagas.

A *vagueza* é algumas vezes caracterizada como uma situação que dá origem a *casos de fronteira*. Considere novamente o predicado “*x* é calvo”. Se se quiser estabelecer uma fronteira (isto é, um limite) entre os grupos de indivíduos que são e que não são calvos, alguns indivíduos não podem ser colocados nem de um lado nem do outro da fronteira.

Outros exemplos de predicados vagos: “*x* é longe”, “*x* está acima do peso”, “*x* é um país democrático”, “*x* é adulto”.

A *vagueza* deve ser evitada porque pode dar origem a situações desagradáveis e más interpretações. Imagine a seguinte situação: Pedro é supervisor de uma empresa. Em uma reunião com sua equipe, comunica que todos os funcionários antigos terão direito a um abono salarial de 10%. Entretanto, até aquele momento, Pedro não havia estabelecido um critério preciso de antiguidade na empresa. Por esse motivo, não havia como determinar quem teria ou não direito ao abono. É fácil perceber que muito provavelmente suas palavras causarão uma grande confusão.

Nesse caso, como é possível evitar a *vagueza*? A resposta é: estabelecendo um critério preciso, relativo a uma determinada situação, que possibilite sempre determinar se o predicado se aplica ou não a um dado

indivíduo. No caso que descrevemos, basta estabelecer um período de tempo determinado. Por exemplo, são considerados antigos os funcionários que tiverem mais de 5 anos na empresa. Dessa forma, basta consultar a data de admissão de um determinado funcionário para saber se tem ou não tem direito ao abono.

Consistência

Dizemos que duas ou mais sentenças são consistentes quando podem ser verdadeiras ao mesmo tempo; em caso contrário, dizemos que são *inconsistentes*.

Note que, quando se diz que um conjunto de sentenças é consistente, isso não significa que as sentenças sejam verdadeiras. Por exemplo, o conjunto de sentenças:

(34) {o Flamengo é campeão carioca; está nevando na Alemanha; $2 + 2 = 4$ }

é consistente, embora suas sentenças não tenham relação alguma umas com as outras.

Por outro lado, o conjunto de sentenças:

(35) {o Flamengo vence o Americano; se o Flamengo vence o Americano, então está em primeiro lugar isolado na tabela do campeonato; o Vasco está em primeiro lugar isolado na tabela}

é inconsistente, pois se suas sentenças forem todas simultaneamente verdadeiras, obtemos uma contradição, pois dois times não podem simultaneamente estar em primeiro lugar isolado na tabela.

Já o conjunto de sentenças:

(36) {o Brasil vence a França na final da Copa do Mundo de 1998; se o Brasil vence a França em 1998, a França não é campeã do mundo; a França não é campeã do mundo em 1998}

é consistente, embora possua sentenças falsas. Isso porque suas sentenças *podem* ser verdadeiras ao mesmo tempo sem gerar uma contradição.

Atividade 2

Atende ao Objetivo 1

Agora, vamos fazer dois exercícios sobre *inconsistência*.

1. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro produziu diversas inconsistências. Explique por que há inconsistência no texto a seguir.

Enquanto o ex-Ministro da Fazenda alega ter destruído os extratos bancários num triturador de papéis sem mostrá-los a ninguém, o ex-presidente da Caixa Econômica Federal sustenta que entregou a única via do documento extraído dos computadores da estatal ao ex-ministro. [...] ambos negam a responsabilidade pela divulgação dos dados, e eles vazaram à revista *Época* no dia seguinte à violação (SALOMON, 2006).

2. Há inconsistência nos textos a seguir? Justifique sua resposta. (Adaptado de HODGES, 2001, p. 1-2.)

(Texto 1) É errado censurar programas de TV violentos porque o comportamento das pessoas não é afetado pelo que elas veem na TV. Por outro lado, seria uma boa ideia ter mais programas mostrando as realizações do atual presidente, pois isso evitaria que tantas pessoas criticassem o governo.

(Texto 2) Nos últimos três anos, Icabod se envolveu em três acidentes automobilísticos graves e vários outros sem maiores consequências. Depois de dois dos acidentes graves, Icabod foi condenado a indenizar todas as outras partes envolvidas nos acidentes. Entretanto, Icabod é um motorista responsável que apenas passou por um período de má sorte.

Resposta comentada

1. As sentenças a seguir não podem ser simultaneamente verdadeiras:

O ex-ministro destruiu os extratos sem mostrá-los a ninguém.

O ex-presidente da Caixa entregou a única via do documento ao ex-ministro.

Os documentos foram publicados na imprensa.

2. Texto 1: O texto afirma que o comportamento das pessoas não é afetado pela TV, mas supõe o contrário quando diz que programas mostrando realizações do presidente evitariam críticas ao governo.

Texto 2: Não há inconsistência, pois não há *contradição* em dizer que foi apenas um período de má sorte, ainda que isso seja implausível.

Generalizações

Epstein (2002, p. 83) define generalização da seguinte forma:

Uma *generalização* é um argumento no qual é obtida uma conclusão acerca de um grupo, denominado *população*, a partir de uma ou mais premissas acerca de uma parte desse grupo, denominada *amostra*. [...] As afirmações acerca da amostra [as premissas] são denominadas *evidência indutiva* para a generalização.

Mas como avaliar a força indutiva de uma generalização? Epstein apresenta três *condições necessárias* para uma generalização ser um bom argumento:

- (1) a amostra deve ser representativa;
- (2) a amostra deve ser suficientemente grande;
- (3) a amostra deve ser bem estudada.

Examinaremos, agora, cada uma dessas condições.

- (1) A amostra deve ser representativa.

Uma amostra para uma generalização é representativa quando nenhum subgrupo da população é representado na amostra em proporção maior do que sua participação na população.

Se uma amostra é representativa e, além disso, é suficientemente grande, muito provavelmente nela estarão representados os objetos da população que têm a propriedade que nos interessa.

Vejamos os seguintes exemplos:

- I. Se estamos fazendo uma pesquisa sobre torcidas de times de futebol,

e se 5% da população torce pelo América e a amostra é representativa e suficientemente grande para retratar esse fato, então podemos esperar que 5% da amostra será de torcedores do América.

II. Imagine que uma pesquisa de opinião pretenda determinar a percentagem de pessoas do município do Rio de Janeiro que acredita que a polícia usa violência excessiva. A escolha da amostra deve levar em consideração todos os subgrupos representativos – deve incluir, por exemplo, criminosos, parentes de policiais, moradores de regiões nobres, moradores de regiões carentes, brancos, negros etc. – e os subgrupos escolhidos devem participar da amostra na mesma proporção que participam da população. Além disso, a amostra deve ser grande o suficiente para poder representar os subgrupos relevantes (conforme (2), a seguir).

(2) A amostra deve ser suficientemente grande.

Ao preparar uma amostra, devemos nos certificar de que, caso haja na população objetos que poderiam tornar a conclusão do argumento falsa, deve haver uma grande possibilidade de tais objetos estarem representados na amostra. Por esse motivo, a amostra deve ser suficientemente grande para incluir, se for o caso, tais objetos.

O tamanho da amostra depende do grau de diversidade que existe dentro da população. Quanto maior a diversidade, maior deve ser a amostra para que seja representativa.

(3) A amostra deve ser bem estudada.

Mesmo uma amostra representativa e suficientemente grande pode não ser suficiente para garantir uma boa generalização. Deve ser verificado se a amostra tem alguma característica peculiar que possa comprometer os resultados. Por exemplo: se uma enfermeira coleta sangue de um paciente para exames, nós acreditaremos que tal amostra seja adequada para representar o sangue do paciente somente se o material utilizado na coleta não estiver contaminado.

Note-se que é muito mais fácil perceber quando uma generalização é um argumento fraco do que quando é forte. Os critérios de avaliação apresentados são *condições necessárias* para um argumento forte, mas não condições suficientes. Em outras palavras, são condições que devem estar presentes para tornar o argumento forte, mas nem sempre são suficientes para isso.

Na verdade, podemos estender essa observação para argumentos indutivos em geral e afirmar que possuímos ferramentas para constatar quando um argumento indutivo é fraco, mas nem sempre são suficientes para confirmar que se trata de um argumento forte.

Argumentos por Analogia

Argumentos por analogia são indutivos, pois a conclusão é apenas provável. Nenhum princípio lógico ou matemático pode garantir que, se dois objetos coincidem em um determinado número de propriedades, terão também outras propriedades em comum. Os argumentos por analogia partem do princípio de que, se determinadas coisas são semelhantes em alguns aspectos, também o serão em outros. Considere o exemplo seguinte:



Luke Walker

Figura 4.3: Soldados.

Fonte: <http://www.sxc.hu/assets/27/268207/team-work-240049-m.jpg>



Erik Urgiles

Figura 4.4: Time de futebol.

Fonte: <http://www.sxc.hu/assets/66/650710/soldiers-560509-m.jpg>

(37)

Os soldados de um batalhão têm de obedecer às decisões de um comandante para atingir os seus objetivos.

Uma equipe de futebol é *como* um batalhão.

Logo, os jogadores de uma equipe de futebol têm de obedecer às decisões de um comandante (o treinador) para atingir os seus objetivos.

Observe que a palavra “como” na segunda premissa está destacada. Essa palavra indica que estamos estabelecendo uma comparação entre situações análogas, característica dos argumentos por analogia.

Compare (37) com o argumento seguinte:

(38)

Os soldados de um batalhão andam armados quando treinam.

Uma equipe de futebol é como um batalhão.

Logo, os jogadores de futebol andam armados quando treinam.

Muito embora (37) seja um argumento aceitável, (38) não o é, com certeza. Entretanto, ambos possuem exatamente a mesma forma. Como era de se esperar, posto tratar-se de uma indução, a força de um argumento por analogia não depende apenas da sua forma.

Ao avaliar um argumento por analogia, devemos fazer duas perguntas:

1. As semelhanças apontadas nos casos comparados são relevantes para a conclusão que se quer inferir?
2. Apesar das semelhanças apontadas, existem diferenças fundamentais que possam comprometer a conclusão?

Aplicando os critérios presentes a estas perguntas, podemos verificar se uma analogia é forte ou fraca.

Considere os argumentos (39) e (40):



Figura 4.5: Policiais.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0a/Policia_patrullaje.jpg



Figura 4.6: Bombeiro.

Fonte: <http://officeimg.vo.msecnd.net/en-us/images/MH900422851.jpg>

(39)

Os bombeiros dividem-se em batalhões, obedecem a uma hierarquia e têm um quartel, como os policiais.

Os policiais usam farda.

Logo, os bombeiros usam farda.

(40)

Os bombeiros dividem-se em batalhões, obedecem a uma hierarquia, têm um quartel e usam farda, tal como os policiais.

Os policiais usam arma.

Logo, os bombeiros usam arma.

O argumento (39) tem certa força indutiva e conclusão verdadeira.

O argumento (40), entretanto, tem a mesma forma, mas é um argumento fraco com conclusão falsa. Observe que os critérios (1) e (2) falham em relação ao argumento (40). As semelhanças entre os bombeiros e os policiais são muitas, mas não são relevantes para a conclusão que se quer tirar. Nenhuma delas está sequer relacionada com o uso de arma, falhando assim o critério (1). Mas, além disso, falha o critério (2) porque existe uma diferença fundamental entre os bombeiros e os policiais. Estes fazem parte de uma força da ordem, necessitando por isso dos meios para a restabelecerem quando é perturbada; aqueles são membros de uma força de paz, não necessitando de quaisquer meios de coação.

Argumentos de autoridade

Falta mencionar um tipo especial de argumento, os chamados *argumentos de autoridade*. Tais argumentos são principalmente utilizados quando queremos apresentar resultados que não são do domínio geral e que dependem de alguma forma de competência técnica ou de conhecimento especial. Nesses casos, nada melhor do que invocar o que afirmam os especialistas na matéria em questão.

Há um grande número de situações em que precisamos confiar mais nos argumentos de uma autoridade em um determinado assunto do que no nosso próprio conhecimento. Precisamos confiar, por exemplo, no que médicos, advogados, professores etc. nos dizem.

Para avaliar um argumento de autoridade, precisamos verificar se:

- (1) a autoridade invocada é reconhecida como tal pelos seus pares;
- (2) não há divergências entre os especialistas no assunto.

Se as condições acima forem satisfeitas, é muito provável que possamos confiar na conclusão.

Vamos considerar os argumentos (41) e (42):

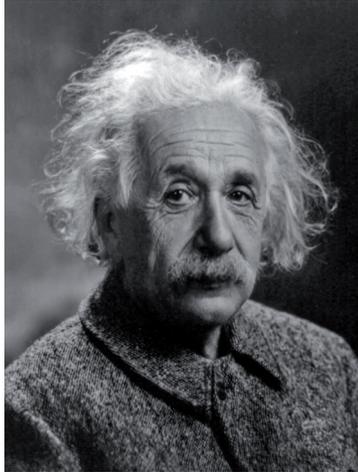


Figura 4.7: Albert Einstein.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d3/Albert_Einstein_Head.jpg/460px-Albert_Einstein_Head.jpg

(41)

Albert Einstein disse que um relógio em movimento anda mais lentamente do que no estado de repouso.

Logo, um relógio em movimento anda mais lentamente do que no estado de repouso.

(42)

O economista e diretor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Unicamp Ricardo Carneiro afirmou que os benefícios do aumento do PIB para a economia estão sendo superestimados.

Logo, os benefícios do aumento do PIB para a economia estão sendo superestimados.

Poucas pessoas conhecem Física suficientemente para verificar a verdade da conclusão de (41). Mas (41) satisfaz os dois critérios acima. É razoável, nesse caso, considerar que a sua conclusão é verdadeira.

Em contrapartida, no argumento (42), muito embora estejamos diante da palavra de um reconhecido especialista, a condição (2) não é satisfeita, porque pode haver (e, de fato, há) divergências entre os especialistas. Por esse motivo, o argumento (42) não oferece uma boa razão para que aceitemos a sua conclusão como verdadeira.

Argumentos de autoridade são muito importantes, pois precisamos confiar no que médicos, advogados, professores etc. nos dizem. Tais argumentos, porém, são frequentemente utilizados de forma abusiva,

resultando na chamada *falácia de apelo à autoridade* (vamos ver, na próxima aula, o que é falácia).

Se os critérios anteriores não forem satisfeitos, ou se por algum motivo, a suposta autoridade não for confiável, o argumento pode ser falacioso.

Conclusão

Saber avaliar argumentos torna-se, portanto, fundamental para leitores e autores de textos científicos.

Na condição de autor de um trabalho acadêmico, o significado de argumento relaciona-se com a noção de prova, de comprovação. Um conjunto de argumentos sustenta uma visão ou compreensão sobre uma questão em debate.

No papel de leitor, identificar argumentos possibilita descobrir os alicerces das conclusões, dos pontos de vista defendidos pelo autor de um texto. Analisar argumentos é, assim, desvendar razões.

Resumo

Um argumento é um conjunto de sentenças estruturado de tal forma que uma sentença é a conclusão e as outras são as premissas do argumento.

Dizemos que argumentos dedutivos são válidos ou inválidos, e indutivos são fortes ou fracos, conforme a conclusão seja mais ou menos provável.

Argumentos em forma canônica são muito mais claros e podem ser mais facilmente analisados.

Um argumento é sempre composto por *sentenças declarativas*, isto é, sentenças que têm *valor de verdade*. Há dois valores de verdade: o verdadeiro e o falso.

Uma sentença é *ambígua* quando ela pode ser compreendida de duas ou mais maneiras.

A *vagueza* ocorre quando uma sentença tem um predicado vago, isto é, um predicado que não oferece um critério preciso para decidir se a sentença é verdadeira ou falsa. Deve ser, assim, evitada, porque permite interpretações equivocadas.

Dizemos que duas ou mais sentenças são consistentes quando podem ser verdadeiras ao mesmo tempo; em caso contrário, dizemos que são inconsistentes.

Três são as *condições necessárias* para uma generalização constituir-se em um argumento consistente:

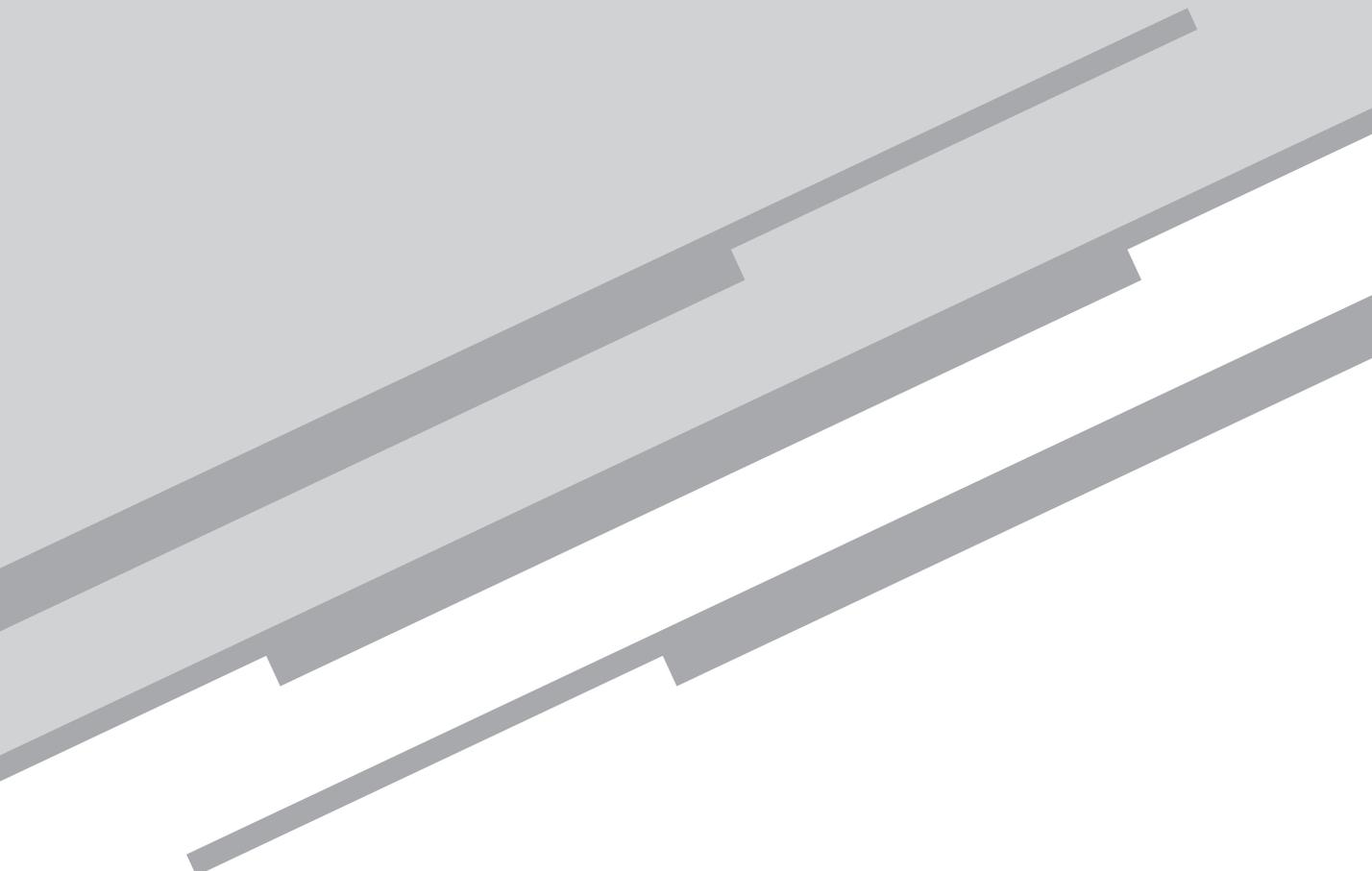
- (1) a amostra deve ser representativa;
- (2) a amostra deve ser suficientemente grande;
- (3) a amostra deve ser bem estudada.

Argumentos por analogia são indutivos, pois a conclusão é apenas provável. Os argumentos por analogia partem do princípio de que, se diferentes coisas são semelhantes em alguns aspectos, também o serão em outros.

Os argumentos de autoridade são principalmente utilizados quando queremos apresentar resultados que não são do domínio geral e que dependem de alguma forma de competência técnica ou de conhecimento especial.

Aula 5

Argumentação II



*Maria da Gloria de Faria Leal
Mariana Lamego*

Meta

Apresentar critérios de avaliação de argumentos dedutivos e não dedutivos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. redigir e analisar textos argumentativos;
2. identificar os elementos de um texto argumentativo.

Introdução



Piotr Lewandowski

Figura 5.1: Redação de textos argumentativos.

Fonte: <http://www.sxc.hu/assets/10/95641/learning-with-pencil-948188-m.jpg>

Esta aula tem como objetivo central desenvolver em você a habilidade de construir um texto argumentativo. Vamos, assim, avançar no estudo sobre argumentação.

Você aprendeu, na Aula 4, as regras dos bons argumentos e pode compreender agora as falácias, que são incorreções em argumentos.

Você já sabe, mas nunca é demais repetir, que a argumentação torna-se imprescindível para assuntos razoavelmente ambíguos e controversos. A este respeito, Weston (2000, p. 15) nos diz que “não é necessário argumentar que foi Vasco da Gama quem descobriu o caminho marítimo para a Índia, ou que Eça de Queirós escreveu *Os Maias*”.

Fatos com ampla aceitação devem ser apenas mencionados. Mas, se você, por exemplo, quiser defender a ideia de que o crescimento do turismo da terceira idade é mais acentuado na região Sudeste do país do que nas demais, necessitará certamente elaborar argumentos. E, nesse sentido, um argumento será uma maneira de investigação, de pesquisar. É possível partir de uma pergunta para reunir razões, tal como: será que a percentagem de turistas da terceira idade na região Sudeste é mais elevada do que nas demais regiões do país?

Você já aprendeu também que as afirmações precisam reunir dados, fatos, enfim, evidências confirmadoras das mesmas. Portanto, deixem as preferências ou preconceitos de lado. No decorrer de seu estudo, você vai aprender a fazer esta e muitas outras diferenciações.

Esta aula ficou dividida em duas grandes seções: a primeira trata das falácias, a segunda, dos textos argumentativos.

Vá em frente!

Falácias

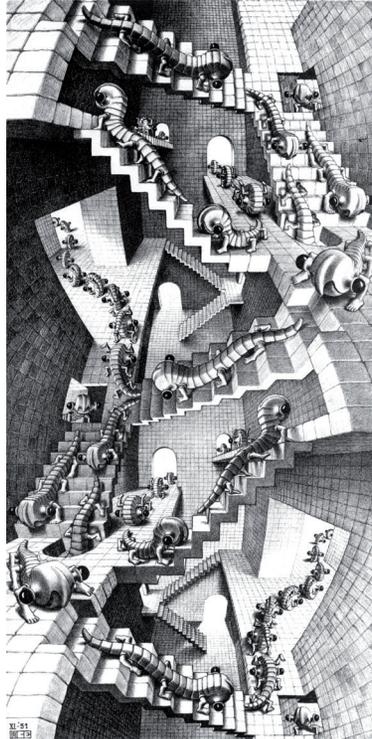


Figura 5.2: *Casa de escadas*, Maurits Cornelis Escher.

Fonte: Wikipedia (domínio público dos Estados Unidos) <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c2/Maison-aux-escaliers.jpg/304px-Maison-aux-escaliers.jpg>

Vimos que o objetivo de um argumento é expor as razões que sustentam uma conclusão. Falácias são argumentos que parecem, à primeira vista, ser bons argumentos, mas, na verdade, apresentam razões que não sustentam adequadamente a conclusão. O estudo das falácias serve para reconhecer e refutar esses argumentos.

Da mesma maneira em que há padrões típicos de argumentos corretos, também há padrões típicos de argumentos falaciosos. Embora não seja possível fazer uma classificação completa dos modos pelos quais pode-se construir tais argumentos, os lógicos distinguiram e nomearam algumas falácias típicas. Vamos apresentá-las a você, em seguida.

Falácias Formais

Ocorrem em consequência do uso inválido da forma do argumento.

Falácia da afirmação do conseqüente

Vamos considerar a condicional *Se João é carioca, então João é brasileiro*.

(1)

Se João é carioca, João é brasileiro.

João é carioca.

Logo, João é brasileiro.

(2)

Se Maria é carioca, Maria é brasileira.

Maria é brasileira.

Logo, Maria é carioca.

Todo carioca é brasileiro, mas nem todo brasileiro é carioca. Ser carioca é condição suficiente para ser brasileiro, mas ser carioca não é condição necessária para ser brasileiro, pois alguém pode ser brasileiro sem ser também carioca.

O argumento (1) é válido, mas (2) é inválido porque considera que ser brasileiro é uma condição suficiente para ser carioca, isto é, que todo brasileiro é carioca.

Falácia da negação do antecedente

Nessa falácia, inversamente, considera-se uma condição suficiente como se fosse uma condição necessária.

O argumento (3) é válido, mas (4) é inválido.

(3)

Se João é carioca, João é brasileiro.

João não é brasileiro.

Logo, João não é carioca.

(4)

Se Maria é carioca, Maria é brasileira.

Maria não é carioca.

Logo, Maria não é brasileira.

Em (3), infere-se que:

Se João não é brasileiro, não pode ser carioca, pois ser brasileiro é condição necessária para ser carioca.

Já em (4), temos a falácia da negação do antecedente:

O argumento (4) considera, erradamente, que ser carioca é uma condição necessária para ser brasileiro. Entretanto, Maria, mesmo não sendo carioca, pode ser brasileira.

Falácia da inversão da condicional



Uffe Nielsen

Figura 5.3: Loteria.

Fonte: <http://www.sxc.hu/assets/13/120994/lottery-winner-132665-m.jpg>



Konto Studentita

Figura 5.4: Dinheiro.

Fonte: <http://www.sxc.hu/assets/183412/1834115312/money---coins-and-banknotes-1429268-m.jpg>

Considere o seguinte argumento:

(5)

Se Pedro não jogar na loteria, não vai ganhar o prêmio.

Logo, se Pedro não ganhar o prêmio, então não jogou na loteria.

É fácil perceber que estamos diante de uma falácia, pois Pedro pode não ganhar o prêmio mesmo tendo jogado.

Essa falácia trata uma condicional *se... então* como se fosse uma bicondicional *se, e somente se*.

Uma falácia formal se baseia numa forma inválida. Para refutar uma falácia formal, é preciso reconhecer que se trata de um argumento inválido. Para isso, basta formular outro argumento com a mesma forma lógica e com premissas verdadeiras, mas com a conclusão falsa. Sempre que for possível imaginar um caso em que uma determinada forma lógica admite antecedente verdadeiro e conseqüente falso, trata-se de um argumento inválido, e, por conseguinte, de uma falácia.

Falácia de premissas falsas

Como o nome sugere, são erros que resultam da aceitação de uma premissa falsa. Um exemplo é a *falsa dicotomia*: supomos erroneamente que há uma alternativa com número limitado de opções. Veja o exemplo abaixo:

(6)

Ou você está do nosso lado, ou você está contra nós. Posto que você não está do nosso lado, você está contra nós.

Como podemos observar, a primeira premissa, em muitos contextos, pode ser falsa, pois pode haver a opção de permanecer neutro em relação ao problema. Note-se que, se o argumento é válido e se as premissas são relevantes para a conclusão, o erro só pode estar nas premissas.

Falácias indutivas

Grosso modo, o raciocínio indutivo consiste em inferir das propriedades de uma amostra para as propriedades de um elemento não pertencente à amostra ou para as propriedades da população como um todo.

Suponha, por exemplo, uma lata com 1.000 feijões, sendo que alguns são pretos e outros são brancos. Suponha, agora, que seja retirada da

lata uma amostra de 100 feijões e que 50 eram brancos e outros 50 eram pretos. Podemos, então, inferir indutivamente que metade dos feijões da lata (500 feijões) são pretos e que a outra metade é branca.

Mesmo que as premissas de um raciocínio indutivo sejam verdadeiras, a conclusão pode ser falsa. Apesar disso, uma boa inferência indutiva fornece-nos boas razões para pensar que a conclusão é verdadeira. Nesse caso, dizemos que se trata de um argumento **indutivamente forte**.

O raciocínio indutivo, baseado em uma amostra, depende da semelhança entre a amostra e a população. Quanto maior for a semelhança entre a amostra e a população como um todo, maior confiabilidade terá a inferência indutiva. Por outro lado, se a amostra tiver diferenças relevantes em face da população, então a inferência indutiva não será confiável.

Falácia da generalização precipitada

Neste caso, a amostra é muito limitada, sendo usada apenas para apoiar uma conclusão tendenciosa. Veja os exemplos:

(7)

Fred, o australiano, roubou a minha carteira. Portanto, os australianos não são confiáveis.

É claro que não podemos julgar todos os australianos com base em apenas um exemplo.

(8)

Perguntei aos meus pais o que eles pensavam das novas restrições ao consumo, e ambos me disseram que acham uma boa ideia. Portanto, as novas restrições são populares.

Não se pode, evidentemente, fazer tal generalização baseada apenas em duas opiniões.

Em casos como os expostos, é preciso identificar as dimensões da amostra e a população em questão. Depois, é preciso mostrar que a amostra é insuficiente. Note-se que uma prova formal requer cálculo matemático porque trata-se de um cálculo de probabilidades. Mas, em muitas situações, basta confiar no bom senso.

Falácia da amostra limitada

Há diferenças relevantes entre a amostra usada na inferência indutiva e a população como um todo. Veja os exemplos:

(9)

Para ver como os portugueses vão votar na próxima eleição, sondou-se uma centena de pessoas em Bragança. Isto mostra, sem dúvida, que a direita vai ganhar as eleições.

As pessoas de Bragança tendem a ser mais conservadoras e, portanto, mais propensas a votar em partidos de direita do que as outras pessoas no restante do país.

(10)

As maçãs do topo da caixa parecem boas. Logo, todas as maçãs desta caixa devem ser boas.

As maçãs estragadas podem estar no fundo da caixa.

Falácia da falsa analogia

Numa analogia, mostra-se, primeiro, que dois objetos, a e b , são semelhantes em algumas das suas propriedades, F , G , H . Conclui-se, depois, que como a tem a propriedade E , então b também deve ter a propriedade E . A analogia falha quando os dois objetos, a e b , diferem de tal modo que isso pode afetar o fato de ambos terem a propriedade E . Diz-se, neste caso, que a analogia não levou em conta diferenças relevantes. Observe no exemplo a seguir:

(11)

Os empregados são como pregos. Temos de martelar a cabeça dos pregos para estes desempenharem a sua função. O mesmo deve acontecer com os empregados.

Governar um país é como gerir uma empresa. A gestão de uma empresa responde unicamente ao lucro dos seus acionistas. Logo, os governantes devem visar antes de tudo à obtenção de lucros.

Note-se que governar um país tem objetivos muito diferentes da gestão de uma empresa.

Falácia da omissão de dados

Dados importantes, que arruinariam um argumento indutivo, são excluídos. A exigência de que toda a informação relevante e disponível seja incluída num argumento indutivo é chamada “princípio da informação total”. Veja os exemplos:

(12)

Muito provavelmente, o Vasco vai ganhar este jogo porque ganhou seis dos últimos sete jogos.

Entretanto, é omitida a informação de que cinco das vitórias foram obtidas sobre times pequenos, e o Vasco vai agora, pela primeira vez no campeonato, enfrentar um time grande.

Falácias de relevância

Ocorrem quando as premissas são logicamente irrelevantes para a conclusão e, por conseguinte, não podem garantir a verdade da conclusão. Note-se que a irrelevância, aqui, não é do ponto de vista psicológico, mas sim do ponto de vista lógico, pois se não houvesse nenhuma conexão psicológica, não haveria também efeito persuasivo.

Falácia do argumento *ad Hominem* Ofensivo

Tenta refutar a verdade do que se afirma atacando a pessoa que fez a afirmação, e não o argumento propriamente dito. A expressão *argumentum ad hominem* é literalmente traduzida por “argumento dirigido contra o homem” Veja o exemplo:

(13)

Jones diz que viu meu cliente cometer um crime. Mas Jones é um bêbado inveterado. Logo, o testemunho de Jones é sem valor.

Falácia da culpa por associação

É a tentativa de repudiar uma afirmação atacando não o autor da afirmação, mas sim as pessoas com as quais ele se relaciona. Veja o exemplo:

(14)

Jones defende a adição de flúor à água potável para o abastecimento da cidade. Mas Jones é amigo de criminosos e toxicômanos. Logo, não devemos adicionar flúor à água potável que abastece a cidade.

Falácia do argumento *tu Quoque*

Procura refutar uma afirmação mostrando que o seu autor não pratica o que diz e, portanto, tal afirmação não pode ser seriamente considerada. Veja o exemplo:

(15)

Jones diz que deveríamos parar de fumar. Mas Jones é um fumante inveterado. Logo, nós não devemos parar de fumar.

Falácia do argumento *ad Hominem Circunstancial*

Chamado também de argumento do interesse revestido. Tenta refutar uma afirmação alegando que o seu proponente tem intenções ocultas e, portanto, está sendo tendencioso. Baseia-se nas relações entre as convicções de uma pessoa e as suas circunstâncias. Apesar de frequentemente persuasivo, esse tipo de argumento é uma falácia. Veja o exemplo:

(16)

Jones apoia o projeto de lei da adição de flúor à água potável pendente no Congresso. Mas Jones apoia esse projeto de lei porque possui uma empresa de adição de flúor à água potável. Logo, não devemos apoiar este projeto de lei.

Falácia da petição de princípio

Também chamado raciocínio circular. Ocorre quando um argumento assume a sua própria conclusão, isto é, quando a verdade da conclusão é pressuposta pelas premissas. Muitas vezes, a conclusão é apenas reafirmada nas premissas de uma forma ligeiramente diferente. Nos casos mais sutis, a premissa é uma consequência da conclusão. Veja o exemplo:

(17)

Posto que não estou mentindo, segue-se que estou a dizendo a verdade.

Nudez pública é imoral porque é uma ofensa evidente.

Sabemos que Deus existe, porque a Bíblia o diz. E o que a Bíblia diz é verdadeiro, posto que é a palavra de Deus, e Deus não mente.

Neste caso, teríamos de concordar primeiro que Deus existe, para aceitarmos que a Bíblia é a palavra de Deus.

Note-se que tais argumentos são válidos, pois se as premissas forem verdadeiras, a conclusão também será. Além disso, são relevantes, pois a conclusão tem, de fato, uma relação com as premissas. Mas isso acontece porque as premissas dizem o mesmo que a conclusão.

Falácia da pergunta complexa

Consiste em uma manobra retórica em que é feita uma pergunta na qual dois tópicos sem relação ou de relação duvidosa são reunidos e tratados como se fossem uma única proposição. Pretende-se que o interlocutor aceite ou rejeite ambos os tópicos quando, na verdade, um pode ser aceitável e o outro não.

Note-se que uma pergunta complexa não interfere diretamente em um argumento porque não é uma proposição, mas pode induzir o incauto a aceitar como verdadeira uma proposição falsa. Observe os exemplos:

(18)

Onde foi que ocultou as provas do crime?

Nesse caso, está pressuposto que o interlocutor tem as provas do crime e pergunta onde as ocultou.

(19)

O que fez com o dinheiro que roubou?

Pressupõe que o interlocutor roubou o dinheiro e pergunta o que fez com ele.

A falácia da pergunta complexa pode ocorrer também em um diálogo, como o exemplificado a seguir:

(A) Suas vendas aumentaram em consequência da sua publicidade enganosa?

(B) Não.

(A) Então, você admite que sua publicidade era enganosa! Você sabe que sua conduta transgride as normas da ética comercial e pode causar-lhe grandes dissabores?

Se (B) responde tanto “sim” quanto “não” ratifica a pressuposição de que já fez publicidade enganosa.

Falácias semânticas

Resultam da falta de clareza no uso da linguagem. Ocorrem quando uma expressão é ambígua (tem mais de um significado) ou é vaga (não tem um significado determinado). Observe os exemplos:

(20)

É tolo brigar por meras palavras.

Apartheid é somente uma palavra.

Logo, é tolo brigar pelo *apartheid*.

Observe que, se *apartheid* for o sistema de segregação racial da África do Sul, o argumento é válido, mas não é correto, porque a segunda premissa, nesse caso, é falsa.

(21)

Criminalidade é ilegalidade.

Os julgamentos de roubos e assassinatos são designados de ações criminais.

Logo, os julgamentos de roubos e assassinatos são ilegais.

A palavra *criminalidade* qualifica o caráter de ser criminoso, no sentido de ser uma violação da lei. Já a palavra *criminais* (em ações *criminais*) qualifica o procedimento legal de julgamento de um crime.

Texto argumentativo

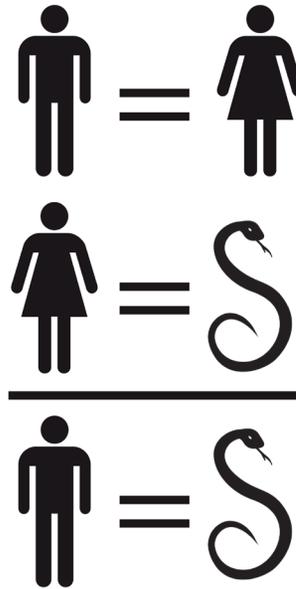


Figura 5.4: Texto argumentativo.

Agora, vamos conhecer as componentes e a estrutura básica do texto argumentativo. Nosso objetivo é que, ao final, você aprenda a formular textos dessa natureza.

O que é um texto argumentativo?

Um texto argumentativo é aquele no qual *uma ideia é defendida*. Essa ideia, por sua vez, expressa um posicionamento que temos acerca de um determinado assunto. Quando construímos este tipo de texto, nosso objetivo é fazer com que *o leitor concorde com nosso ponto de vista*. Um texto argumentativo, para ser bem-sucedido, depende da formulação de *bons argumentos*.

Componentes do texto argumentativo

O texto argumentativo é composto por três elementos:

A *tese*, que é a ideia que defendemos, e que deve ser apresentada como uma afirmação.

Os *argumentos*, que são os elementos (motivos e justificativas) que tornam nossa afirmação verdadeira.

As *estratégias argumentativas*, que são os recursos de que lançaremos mão para convencer o leitor da força de nossos argumentos e da verdade de nossa tese.

A apresentação da tese

A tese deve ser expressa em uma sentença completa. Deve, de preferência, expressar um pensamento completo em uma única sentença. A *clareza* na apresentação da tese que vamos defender é uma importante estratégia.

Devemos produzir uma *afirmação*, portanto, a tese não deve ser escrita como uma interrogativa.

A tese deve expressar *posicionamentos* e não fatos. Na medida em que apresenta pontos de vista, a tese pode ser objeto de discordância. É, portanto, um enunciado que precisa ser *explicado* ou *provado*.

Por isso, é muito importante reunir *bons argumentos* que comprovem a tese!

Exemplos:

(A) NÃO SE TRATA DE UMA TESE:

“Existem muitas vantagens e desvantagens de ingressar na universidade.”

(B) TRATA-SE DE UMA TESE:

“As vantagens de ingressar na universidade superam as desvantagens.”

Como vimos, o primeiro exemplo não é uma tese porque não tem caráter argumentativo, ou seja, não defende um ponto de vista. No segundo exemplo, temos claramente uma tese, pois expressa um ponto de vista sobre o assunto “o ingresso na universidade”, e possui caráter argumentativo.

Uma boa maneira de identificar se estamos diante de uma tese é perceber que é necessário saber as razões que nos levariam a acreditar nela. Ou seja, ao ler a tese presente no segundo exemplo, podemos formular a pergunta: “mas por que as vantagens de ingressar na universidade superam as desvantagens?”

Se os argumentos apresentados como respostas forem suficientemente coerentes e fortes, estaremos convencidos de que as vantagens, de fato, superam as desvantagens. Do contrário, somos levados a concordar com uma tese adversária.

Como vimos na aula anterior, os argumentos são sentenças declarativas que apresentam premissas que dão sustentação à tese enunciada. Para serem persuasivos, devem conter fatos, estatísticas, opiniões de *experts* e exemplos. A falta desses elementos enfraquece o argumento, que jamais deve ser confundido com crença ou preconceitos.



Para esclarecer...

- Um fato é um acontecimento que já foi verificado.
- Uma opinião é um juízo baseado em fatos.
- Uma crença é baseada na fé, na revelação (verdade revelada).
- Um preconceito expressa um ponto de vista baseado em *poucas evidências* ou evidências *não examinadas*; é uma visão tendenciosa; prejudica pessoas e assuntos.

Textos argumentativos devem ser coerentes. Portanto, se uma tese apresenta duas ou mais ideias, o texto corre o risco de perder sua unidade e coerência. Dessa forma, escolha sempre que possível uma tese que apresente uma ideia central.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Vamos praticar?

1. Dentre as opções a seguir, identifique qual delas é uma tese. Dê uma explicação para sua escolha.

- (1) As vantagens de se graduar em Engenharia.
- (2) Eu gostaria de discutir minhas opiniões acerca dos Jogos Olímpicos.
- (3) Aos estudantes deveria ser permitido supervisionar as bibliotecas.
- (4) Vou descrever minha terra natal.

II. Para exercitar, elabore argumentos para fundamentar esta tese.

Que tal pensar também em argumentos para rejeitar esta tese?

Resposta comentada

1. A sentença que é uma tese é a (3). Esta sentença é a única para a qual é possível formular a questão sobre seus motivos.

2. É possível apontar argumentos contra e a favor da tese, segundo a qual aos estudantes deveria ser permitido supervisionar as bibliotecas:

Os estudantes são os principais usuários das bibliotecas.

Os estudantes são os maiores interessados em manter as bibliotecas em boas condições. Logo, aos estudantes deveria ser permitido supervisionar as bibliotecas.

Os estudantes nas bibliotecas são trabalhadores voluntários sem remuneração.

Trabalhadores voluntários sem remuneração não têm impacto nas finanças da instituição. Logo, aos estudantes deveria ser permitido supervisionar as bibliotecas.

Os estudantes apenas frequentam a universidade por um pequeno período de tempo. Os estudantes não são sempre comprometidos com a preservação da universidade além do período em que as frequentam. Logo, aos estudantes NÃO deveria ser permitido supervisionar as bibliotecas.

A estrutura padrão do texto argumentativo



Figura 5.5: Texto.

Fonte: <http://www.sxc.hu/assets/182979/1829787035/turn-to-next-page-802324-m.jpg>

A estrutura de um texto argumentativo é dividida da seguinte forma:

- **Introdução** – nesta seção, está(ão) o(s) parágrafo(s) que apresenta(m) a ideia/tese central e os aspectos que serão discutidos.
- **Desenvolvimento** – nesta seção, estão os parágrafos nos quais são expostos os argumentos que fundamentem a tese.
- **Conclusão** – nesta última seção, estão os parágrafos que resgatam a tese defendida e apresentam, de modo sucinto, a argumentação desenvolvida.

Introdução

O parágrafo introdutório deve apresentar a tese, que *deve ser enunciada de forma clara e afirmativa*. Se for o caso, utilize um novo parágrafo para definir com clareza algum termo que compõe a tese.

Em seguida, *deve-se também indicar como o texto será desenvolvido*.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Leia com atenção o exemplo de parágrafo introdutório.

Viajar para outro país é sempre interessante, especialmente se é um país completamente diferente do nosso. Você pode se deliciar, provando novas comidas, vendo novos lugares e aprendendo sobre diferentes costumes, alguns dos quais podem ser muito curiosos. Se você visitar meu país, por exemplo, provavelmente vai pensar que as pessoas possuem alguns costumes bastante estranhos, como os três exemplos que serão ilustrados. (SMALLEY *et al.*, 2001)

Identifique no parágrafo anterior os seguintes elementos:

- (a) Tópico geral .
- (b) Aspecto mais específico.
- (c) Tese.

Resposta comentada

- (a) Viajar para um país estrangeiro.
- (b) Os costumes no país do autor.
- (c) Se você visitar o país do autor, poderá pensar que as pessoas possuem estranhos costumes.

Desenvolvimento

A função dos parágrafos de desenvolvimento é explicar, ilustrar, discutir ou provar uma tese. São o coração do texto, pois neles apresentam-se fatos, provas, opiniões de *experts* (as nossas referências bibliográficas), estatísticas, exemplos ou outros elementos que dão sustentação à tese que afirmamos no parágrafo introdutório.

Dicas importantes:

- Cada parágrafo discute um aspecto do tópico central.
- A ideia condutora do parágrafo deve repercutir a ideia central da tese.
- Os parágrafos devem ter coerência e unidade.
- Exemplo de desenvolvimento:
- Podemos desenvolver nossa argumentação em quatro ou cinco parágrafos:
- 1º parágrafo: parágrafo introdutório à argumentação;
- 2º parágrafo: argumento de autoridade (aqui, usamos alguma importante referência no assunto);
- 3º parágrafo: argumento com base em dados estatísticos;
- 4º e 5º parágrafos: argumento com base em fatos e exemplos.

Conclusão

Os parágrafos que concluem nosso texto argumentativo devem clarificar mais uma vez a tese que se tentou comprovar e apontar, de modo breve, os argumentos utilizados.

Nesta seção do texto, é possível também apontar novas perspectivas sobre o assunto ou incitar o leitor a pensar sobre a temática.

Conclusão

Certamente, você notou que a aprendizagem da argumentação contribui, de forma especial, para a formação do profissional-autor com vistas à autonomia intelectual. Nestes termos, o fazer pesquisa traduz-se na ação de se constituir como autor, que inclui o pensar e o escrever. Mas, esta aula também despertou, provavelmente, sua atenção para os temas ambíguos ou controversos como os mais apropriados para a prática da argumentação. A questão da autoria, por exemplo, tem sido alvo de intensos debates no meio acadêmico. Além de reunir óticas diferentes e até opostas, articula-se com nosso estudo.

Demo (2009), ao abordar a importância da autoria para docentes e discentes, menciona, pelo menos, duas correntes de pensamento, que são antagônicas. De um lado, cita os autores Tapscoott e Williams como principais defensores da ideia de que o conhecimento e a informação não podem ser apropriados como algo privado, validando a autoria e o

trabalho coletivo no século XXI. De outro lado, aponta para uma linha de raciocínio que preconiza a inexistência de autores totalmente originais e solitários, numa aproximação da visão do fim da autoria, proposta por Barthes. Entretanto, não podemos deixar de fazer alusão ao trabalho clássico, de leitura obrigatória, elaborado por Foucault (1992), que faz indagações sobre a autoria numa abordagem que relaciona autor e texto.

Os argumentos que alicerçam essas visões que ora distanciam-se e até se opõem, e ora aproximam-se foram apresentados pelos especialistas em estudos baseados em dados, evidências e razões com o propósito do convencimento.



Para conhecer a argumentação, consulte: TAPSCOOTT, D.; WILLIAMS, A. *Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2007.



Este trabalho está disponibilizado na internet. BARTHES, R. *A morte do autor*. Disponível em: <http://www.ufba2011.com/A_morte_do_autor_barthes.pdf>. Acesso em: 27 set. 2013.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

Vamos nos exercitar?

- Selecione um tema controverso como, por exemplo, o uso de células-tronco em pesquisas para a cura de doenças; a adoção de cotas

raciais nos concursos para ingresso nas universidades públicas; a legalização das drogas; a descriminalização do aborto.

- Pesquise textos, preferencialmente escritos por especialistas e disponíveis em alguma revista científica, que aborde o tema selecionado.
- Procure selecionar textos que apresentem posicionamentos diferentes em relação ao tema.
- Faça uma breve pesquisa sobre o tema. Lembre-se de que quanto mais informados estivermos sobre um assunto, mais bem elaborados serão nossos argumentos.
- Agora a parte mais importante: POSICIONE-SE A RESPEITO DO TEMA!
- A partir do posicionamento escolhido (a favor ou contra), reúna, pelo menos, *quatro bons argumentos* (evitando os argumentos falaciosos!), tendo como base os textos pesquisados, exemplos e fatos comprovados sobre o assunto.

Resposta comentada

Tema selecionado: Legalização das drogas.

Argumentos a favor:

1. A legalização das drogas permitiria a eliminação do mercado do tráfico, uma vez que este é comandado pela demanda elevada pelos entorpecentes ilegais. Se a produção, o suprimento e o uso de algumas drogas são criminalizados, cria-se um vácuo, que é preenchido pelo crime organizado. Os lucros neste mercado são de bilhões de dólares. A legalização força o crime organizado a sair do comércio de drogas, acaba com sua renda e permite que toda a regulação e o controle do mercado fiquem sob a responsabilidade do Estado.
2. A legalização das drogas permitiria a redução drástica do crime, uma vez que o mercado não regulado das drogas faz com que seu valor chegue a números impressionantes. Isto significa que alguns usuários dependentes recorram ao roubo para conseguir dinheiro. A maioria da violência associada com o negócio ilegal da droga é causada por sua ilegalidade. A legalização permitiria regular o mercado e determinar um preço muito mais baixo, acabando com a necessidade dos usuários de roubar para conseguir dinheiro.
3. A legalização das drogas garantiria o acesso à informação verdadeira. Um mundo de desinformação sobre drogas e uso de drogas contri-

buiu para a geração de mitos e preconceitos em relação aos usuários. Isto cria muito dos riscos e dos perigos associados às drogas, como, por exemplo, seu consumo por menores de idade. A legalização ajudaria a disseminar informação aberta, honesta e verdadeira aos usuários e aos não usuários, para ajudá-los a tomar decisões de usar ou não usar e de como usar.

4. A legalização das drogas tornaria seu uso mais seguro para o usuário. A legalização das drogas possibilitaria maior controle estatal na venda destas, na utilização dos entorpecentes pelos usuários e na qualidade do produto oferecido.

Argumentos contrários:

1. A legalização acarretaria um aumento de usuários, que dependeriam da ajuda do governo para tratar de suas doenças decorrentes do uso de drogas.

2. Uma vez que a demanda é altíssima, a iniciativa privada não conseguiria supri-la. Sendo assim, o tráfico não seria extinto. Para oferecer tantas drogas, sua distribuição seria cara para o governo, se ele a quisesse subsidiar. Logo, a legalização beneficiaria apenas os ricos, que podem pagar pelos entorpecentes.

3. A legalização das drogas tornaria o Brasil um destino turístico para o seu consumo, uma vez que aqui não seria proibido usar entorpecentes.

4. A legalização não ajudaria a disseminar informação real sobre as drogas. O que permitiria saber dos perigos das drogas é aumentar os investimentos e esforços em prol de uma cultura de prevenção, que não acontece nem em países desenvolvidos, que enfrentam esse problema exclusivamente sob o viés da repressão.

Resumo

Falácias são argumentos que parecem, à primeira vista, ser bons argumentos, mas apresentam razões que não sustentam adequadamente a conclusão.

Os tipos de falácias estudados foram: falácias formais, falácia de premissas falsas, falácias indutivas, falácias de relevância, falácia da petição de princípio, falácia da pergunta complexa e falácias semânticas.

As falácias formais são a da afirmação do conseqüente, a da negação do antecedente e a da inversão da condicional.

As falácias indutivas são a da generalização precipitada, a da amostra limitada, a de falsa analogia e a de omissão de dados.

As falácias de relevância são a de argumento *ad hominem* ofensivo, a da culpa por associação, a do argumento *tu quoque* e a do argumento *ad hominem* circunstancial.

Falácias formais são as que ocorrem em consequência de a forma do argumento usado ser inválida.

Um texto argumentativo é aquele no qual uma ideia é defendida. Essa ideia, por sua vez, expressa um posicionamento que temos acerca de um determinado assunto. Quando construímos um texto argumentativo, nosso objetivo é fazer com que o leitor concorde com nosso ponto de vista.

O texto argumentativo é composto por três elementos:

1. a *tese*, que é a ideia que defendemos, e que deve ser apresentada como uma afirmação;
2. os *argumentos*, que são os elementos (motivos e justificativas) que tornam nossa afirmação consistente;
3. as *estratégias* argumentativas, que são os recursos de que lançaremos mão para convencer o leitor da força de nossos argumentos e da consistência de nossa tese.

Aula 6

Experiências recentes dos estudos
turísticos no país

*Iomara Albuquerque Giffoni
Maria da Gloria de Faria Leal*

Meta

Discutir os temas e as abordagens das atuais pesquisas em Turismo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- diferenciar temas e abordagens em trabalhos acadêmicos;
- analisar resumos de trabalhos acadêmicos divulgados no *site* do Ministério do Turismo;
- analisar resumos de artigos publicados em periódicos científicos.

Introdução

O turismo tem sido considerado um fenômeno em expansão e com potencial para desencadear, nos dias de hoje, processos de mudanças em direção ao desenvolvimento econômico e social de países.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), por exemplo, sinaliza para um aumento constante do fluxo internacional de turistas e da geração de renda, principalmente a partir dos anos 1990. Na atualidade, os países mais visitados e que juntos respondem por 45% do fluxo receptivo internacional são: França, Estados Unidos, Espanha, China, Itália, Reino Unido, Turquia, Alemanha, Malásia e México. Como você observou, o Brasil ainda não figura na lista dos principais países receptores de turistas no mundo. Contudo, o país vai abrigar durante a década 2010 grandes eventos esportivos, que podem servir de alavanca para o incremento desse setor de serviços, tornando-o mais promissor.



Prayitno

Figura 6.1: Nova York, Estados Unidos.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/72/Crowded_TIMES_SQUARE_at_night_time.jpg/750px-Crowded_TIMES_SQUARE_at_night_time.jpg



Figura 6.2: Pequim, China.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/69/Tor_des_Himmlischen_Friedens_Peking.jpg/800px-Tor_des_Himmlischen_Friedens_Peking.jpg



Figura 6.3: Paris, França.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5c/School_children_in_Louvre.jpg/475px-School_children_in_Louvre.jpg



Figura 6.4: Passeio de balão na Turquia.

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File%3ATurkey-2006_\(2215922201\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File%3ATurkey-2006_(2215922201).jpg)

A preocupação com o desenvolvimento das atividades turísticas no Brasil surgiu por volta dos anos de 1960, 1970, refletindo-se particularmente em duas importantes ações do poder público: a criação, em 1966, da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e o estabelecimento do primeiro curso da área, que foi acompanhado pela definição do currículo mínimo pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) (REJOWSKI, 2002). Entretanto, o Ministério do Turismo só foi constituído em 2003, e o crescimento vertiginoso dos cursos de nível superior em Turismo se deu igualmente há poucos anos.

O turismo é um fenômeno contemporâneo, inserido no contexto da globalização (SONAGLIO; FABBRIS, 2010), sendo amplamente estudado no exterior, embora a produção de trabalhos acadêmicos no país seja ainda incipiente.

Nesta aula, você vai encontrar informações sobre a produção de artigos em periódicos internacionais e nacionais, com destaque para os temas e as abordagens. A expectativa é de que o conteúdo aqui abordado lhe sirva como fonte de inspiração para o desenvolvimento do TCC.

Vá em frente!

Temas e abordagens recentes dos estudos em Turismo

O estudo do Turismo como campo acadêmico é relativamente novo, principalmente quando comparado a outras áreas do conhecimento. Devido à sua multi e interdisciplinaridade, é comum encontrar a temática turística explorada em pesquisas e periódicos de suas áreas de interface e vice-versa. Dentre essas, destaca-se a da hospitalidade, cujo conceito está fortemente ligado ao turismo, mas não se restringe a ele, sendo muito mais amplo que este (LOHMANN; PANOSSO, 2008). Por isso, você irá observar que, ao tratarmos dos temas e abordagens dos estudos em turismo, naturalmente nos depararemos também com aqueles da hospitalidade e vice-versa.

Isso acontece porque, na prática, o fenômeno turístico é composto de várias “peças”, como um quebra-cabeça, e seu estudo perpassa pelo estudo de cada uma dessas peças individualmente, bem como da maneira como elas se encaixam e do entendimento do desenho final. Sendo que cada quebra-cabeça é diferente do outro, ou seja, cada destinação turística tem suas peculiaridades, sendo composta de uma história própria, uma geografia própria, economia, cultura e assim por diante.

Tesouro de Turismo y Ocio

Um tesouro, de forma simplificada, é uma lista de termos elaborada com o objetivo de facilitar o armazenamento e a busca de informações em uma base de dados. A ideia é padronizar a nomenclatura, pois assim esse instrumento pode ajudar tanto na busca da informação, como na avaliação do conhecimento científico produzido, trazendo como resultado o estado da arte do conhecimento em determinada área. Obviamente, não deve ser uma ferramenta estática, mas dinâmica, ou seja, deve ser atualizado periodicamente, a fim de acompanhar a evolução do campo ou área de conhecimento científico a que se destina.

Temas

Pois bem, o tema é o assunto do qual a pesquisa trata. Contudo, um único tema pode ter vários nomes, como, por exemplo, os termos “Impactos turísticos” e “Efeitos do turismo”. A diversificação de termos nas palavras-chave de artigos torna morosa e trabalhosa a localização de informações. Além disso, os títulos dos trabalhos nem sempre fazem referência direta ao tema estudado. Um caso clássico é o de um livro do famoso historiador Sérgio Buarque de Holanda intitulado *Raízes do Brasil*. Trata-se de um livro de História, mas algumas vezes identificado como estudo da área da Biologia; daí a necessidade de uma padronização referente aos temas.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2001, elaborou o **Tesouro de Turismo y Ocio**, onde classifica a área em 19 classes temáticas de assuntos (categorias): Atividades esportivas, Legislação turística, Ecologia do turismo, Economia do turismo, Instalações turísticas, Movimento turístico, Formação e emprego, Alojamento, Lazer, Acontecimento turístico, Patrimônio turístico, Política turística, Serviços turísticos, Profissionais de turismo, Promoção turística, Ciência e infor-

mação, Sociologia do lazer, Turismo setorial e Transporte. Observe a **Figura 6.5** para compreender algumas articulações possíveis entre temas.

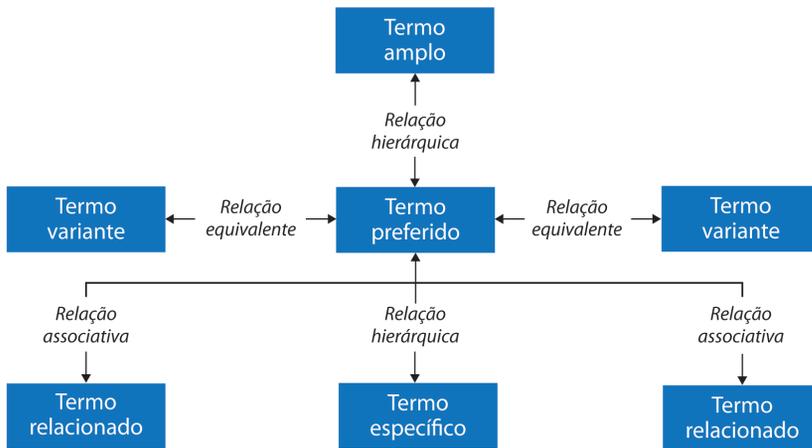


Figura 6.5: Tesauro.

Esse documento é um ponto de partida para se ter uma noção das possibilidades temáticas do turismo, uma vez que se constitui em uma orientação, muito embora não exista nenhuma obrigatoriedade em segui-lo. O que se tem que ter em mente é que através do monitoramento da frequência de uso desses termos é que se formará a percepção de quais temas tiveram maior atenção, bem como do crescimento e desenvolvimento de pesquisas na área.

E foi sobre essa base que, historicamente, vários estudos foram desenvolvidos acerca da produção de conhecimento no turismo. O que varia entre os referidos estudos é o recorte temporal e a base de dados utilizada.

Vamos aqui dar ênfase aos estudos que nos proporcionarão uma visão mais recente, como o de Ballantyne, Packer e Axelsen (2009), realizado sobre os conteúdos das doze revistas internacionais, que foram apontadas como as mais importantes pela publicação *McKercher, Law and Lam* no ano de 2006.

No período de 1994 até 2004, foi publicado um total de 2.868 artigos nos principais periódicos internacionais e, desse universo, foi selecionada uma amostra de 200 artigos. Ballantyne, Packer e Axelsen assinalaram que somente as revistas *Tourism Management*, *Annals of Tourism Research*, *Journal of Travel Research* são responsáveis sozinhas

pela publicação de 50% desse montante e têm sido classificadas como as principais revistas de Turismo.

Na referida amostra, coletada por Ballantyne, Packer e Axelsen, os artigos foram categorizados em 20 áreas temáticas, reproduzidas na **Tabela 6.1**. Nas três colunas do meio, vê-se o percentual de artigos publicados da respectiva temática, considerando separadamente as 3 principais publicações das demais. Na coluna “mudança”, os sinais (+) ou (–) indicam uma pequena mudança para mais ou para menos no número de publicações com as respectivas temáticas; (+ +) indica um crescimento significativo no número de artigos publicados e (*) indica que o aumento ou decréscimo das publicações na referida área é significativamente diferente de outras áreas temáticas.

Tabela 6.1: Mudança no volume de artigos por temas

	% de todos os artigos das 12 publicações	% de todos os artigos nas 3 principais publicações		Mudança
	1994-2004	1994-1996	2002-2004	
Destinos	9	11	8	–
Planejamento turístico	9	9	5	– *
Marketing	8	7	10	+ +
Turismo Cultural	6	9	5	– *
Economia	6	7	5	–
Impactos	5	6	7	+
Tendências do turismo	6	5	5	=
Epistemologia	5	4	5	+
Hotelaria	4	4	3	–
Ecoturismo	4	3	4	+
Desenvolvimento sustentável	4	3	4	+
Eventos	3	2	5	+ +
Transportes	3	2	3	+
Gestão	2	2	3	+
Gestão de recursos humanos	2	2	2	=
Interpretação ambiental	2	2	1	–

Políticas Públicas	2	2	1	-
Educação e Formação	2	2	0	-
Turismo de Negócios	1	2	1	-
Esporte e Lazer	1	0	1	+

Fonte: Ballantyne; Packer; Axelsen (2009, p. 150).

De acordo com os autores da **Tabela 6.1**, os temas que tiveram uma atenção constante durante todo o período pesquisado foram aqueles ligados ao comportamento, à preferência e à perspectiva dos turistas. Planejamento turístico, Destinos (imagem, gestão e desenvolvimento) e Marketing (marketing, segmentação e promoção) ficaram empatados, mas, juntos, são responsáveis por mais de um terço dos artigos publicados. Dentre as análises dos resultados, verificam-se as temáticas em declínio e em ascensão: Marketing e Eventos apresentaram o maior crescimento, enquanto Planejamento e Turismo Cultural apresentaram o maior declínio. Isso pode ser consequência da catalização desses temas para revistas especializadas como a *Tourism Geographies*.

No Brasil, destacamos a pesquisa de Santos e Rejowisk (2013), que apresenta análises descritivas sobre 2.126 artigos publicados em 20 periódicos científicos brasileiros de turismo entre 1990 e 2012.

A partir da comparação da frequência relativa das principais palavras-chave na primeira e na segunda metade do período analisado, ou seja, de 1990 a 2000 e de 2001 a 2012, pode-se obter indicativos da ascensão ou decadência de diferentes temáticas. Dentre os termos cuja utilização apresentaram maior ascensão estão políticas públicas, desenvolvimento local, sustentabilidade, patrimônio cultural, cultura, lazer, hospitalidade, planejamento turístico, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, geoturismo, identidade, turismo cultural, patrimônio e turismo sustentável. Já entre os termos que apresentam maior decadência estão marketing, estratégias, hotelaria, comunicação, turismo de eventos, produto turístico e desenvolvimento regional. Além da ascensão e declínio de temáticas particulares, a comparação dessas duas listas revela também certa tendência de redução do uso de termos genéricos, e aumento do uso de termos mais específicos, apontando para a especialização da literatura científica de turismo (SANTOS; REJOWISK, 2013, p. 162)

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

A localização de trabalhos acadêmicos que cuidem de temas próximos é uma atividade árdua, mas imprescindível para os pesquisadores. Vivencie parcela desta dificuldade relacionando a **Tabela 6.1** (Mudança no Volume de Artigos por Temas) com o estudo de Santos e Rejowisk citado no final da subseção “Temas”. Muito embora ambos tratem da recente produção acadêmica em Turismo, o primeiro listou em áreas temáticas os assuntos dos artigos das principais revistas internacionais (1994-2004) e o outro analisou a frequência das palavras-chave nos periódicos brasileiros (1990-2012). Prepare-se, agora, para o estabelecimento das correlações indicadas abaixo.

1. Enumere os temas mencionados com os mesmos termos pelos dois estudos.

2. Indique *dois* assuntos convergentes, mas que, nos dois estudos, apareçam com denominações diferentes.

Resposta comentada

1. Os temas mencionados com os mesmos termos pelos dois estudos são: Planejamento turístico, Turismo cultural, Desenvolvimento sustentável, Políticas públicas, Marketing e Hotelaria.

2. Temas com aproximações possíveis entre assuntos, mas citados com termos diferentes nos dois estudos: Impactos, Economia e Desenvolvimento local; Educação e formação e Educação ambiental; Esporte e lazer e Lazer; Eventos e Turismo de Eventos, dentre outros.

Abordagem

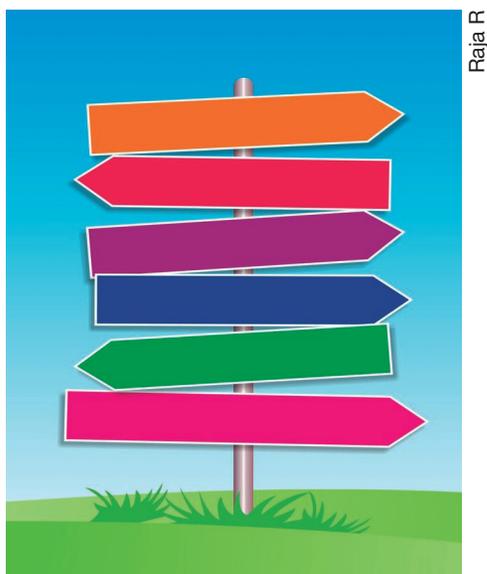


Figura 6.6: Abordagem

Fonte: <http://pt.freeimages.com/photo/sign-1268930>

Escolher a abordagem de pesquisa implica fazer duas opções: uma teórica e outra metodológica. A opção teórica refere-se, sobretudo, aos conceitos a partir dos quais se pretende entender o objeto de estudo. A opção metodológica diz respeito ao resgate sistemático de informações de modo a realizar um diálogo entre conceitos e objeto. Assim desenvolve-se o processo dinâmico de produção do conhecimento, gerando resultados inesperados e complexos.

A opção teórica engloba consulta à literatura especializada. A escolha metodológica reúne procedimentos ou meios que serão usados para tratar do tema ou problema a ser estudado. Mas lembre-se de que a pesquisa é um processo em que é impossível prever todas as etapas (GOLDEMBERG, 2003).

A escolha de qual caminho tomar é subjetiva e está ligada à tendência teórica de cada pesquisador. Existe um trabalho muito interessante feito por Helton Ricardo Ouriques, em 2005, em que ele identifica quatro linhas de interpretação e análise do turismo dos autores brasileiros:

A primeira, pautada pela concepção economicista de cunho predominantemente liberal; a segunda, pautada pelo desenvolvimento planejado (portanto, por meio do Estado) que inclui, mais recentemente, a “questão ecológica”; a terceira, que chamaremos aqui de “pós-moderna”, pauta-se pela crítica ao turismo

em massa e pelo elogio à diferenciação e/ou segmentação do mercado, com ênfase na cultura, patrimônio histórico e natural, e incorpora premissas modernistas das concepções anteriores; e, finalmente, o enfoque crítico, que enfatiza veementemente os aspectos do consumo e produção destrutivos da atividade turística (OURIQUES, 2005, p. 71).

Você se identificou com alguma dessas interpretações?



Parece complexo? É porque quando o autor usa termos como “liberal” ou “pós-moderna” ele parte do pressuposto de que o leitor tem um conhecimento prévio desses conceitos. Se você não os conhece, só há uma maneira: estudá-los! Você pode fazer uma investigação na internet e localizar artigos acadêmicos com os termos que desconhece com o auxílio de algum *site* de busca.

Ler o trabalho de Ouriques também é uma boa pedida! Ele se encontra no livro *A produção do turismo: fetichismo e dependência*.

Uma vez escolhido o caminho teórico, você terá que selecionar os meios para chegar ao seu objetivo. Apesar de o Turismo estar inserido na área das Ciências Sociais Aplicadas, estudos como o de Ballantyne, Packer e Axelsen (2009), abordado na seção “Temas” desta aula, demonstram a adoção de várias abordagens. Então vamos retomá-lo, a fim de entender melhor do que estamos falando.

Ainda sobre a base de dados de Ballantyne, Packer e Axelsen (2009) e com o objetivo de analisar as mudanças nas abordagens de pesquisa ao longo do tempo, foi estratificada uma amostra aleatória de 144 artigos entre os quatro principais temas, nas três principais revistas (*Tourism Management*, *Annals of Tourism Research* e *Journal of Travel Research*), e dividida em três períodos (1994-1997, 1998-2001 e 2002-2005).



Vale a pena você voltar à Aula 1 desta disciplina, na seção Principais Tipos de Pesquisa, e relembrar os conceitos de pesquisa qualitativa e quantitativa.

Como resultado, tem-se que:

- a maioria dos artigos (59%) usou a pesquisa quantitativa, enquanto 19% utilizaram a pesquisa qualitativa, e apenas 6% mesclaram as duas. O restante da amostra, 16%, era de avaliação ou artigos teóricos;
- a maioria dos artigos utilizou a análise estatística (70%), incluindo alguns que possuíam projetos de caráter qualitativo. Os dados qualitativos foram recolhidos em 38% dos artigos, e a maioria destes dados foi analisada indutivamente;
- as pesquisas com os visitantes usaram a abordagem quantitativa; já as que tratavam do tema Destino optaram pela qualitativa e aquelas que tratavam do tema Planejamento do turismo mesclaram os métodos;
- *Journal of Travel Research* teve a maior proporção de artigos quantitativos (74%), *Annals of Tourism Research* teve a maior proporção de artigos qualitativos (28%), e *Tourism Management* teve a maior proporção de artigos teóricos (26%).

Também temos pesquisas com o mesmo cunho no Brasil, como, por exemplo, a de Rejowski (1997), que, ao estudar a temática das teses de doutorado, verifica que há concentração de pesquisas em oferta, desenvolvimento, marketing e planejamento turístico, além de turismo e espaço. As pesquisas exploratórias aparecem em número maior, sendo significativo o aumento do número de pesquisas descritivas e explicativas, o que revela um nível de profundidade maior nos estudos do Turismo.

Atividade 2

Atende aos objetivos 1 e 2

O Ministério do Turismo (MTUR), em parceria com Fundação Getúlio Vargas, através da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape-FGV), organiza anualmente, desde 2003, um concurso de Monografias, Estudos de Caso e Reportagens do Setor de Turismo e Hotelaria. O objetivo é estimular e desenvolver o conhecimento científico relacionado com o setor de turismo e hotelaria. O prêmio está divididas em categorias doutorado, pós-graduação, graduação e reportagem.

Vamos nos exercitar? Leia os resumos dos três trabalhos, a seguir. Após a leitura, identifique o tema (de acordo com a **Tabela 6.1**) e a abordagem metodológica de cada um deles (quantitativa e/ou qualitativa).

1. lugar na categoria graduação, intitulado “Hotéis-cassino: mais do que hotelaria, mais do que jogo”, de autoria de Thalitta Kisovec Vital, aluna do Senac SP.

RESUMO

O trabalho a seguir tem o objetivo de uma reintrodução ao tema de hotéis-cassino. 30 de abril de 1946 foi a morte do jogo de azar no Brasil, ou será que não? Na realidade, o ato de apostar, nascido na Antiguidade, permanecerá até o fim dos tempos. O jogo no Brasil continua existindo, sendo que sua forma somente mudou, porém os cassinos ficaram manchados na sociedade brasileira. Entretanto, deve-se perguntar se os elementos que outrora culminaram no repúdio aos cassinos ainda existem, afinal de contas, mais de 60 anos se passaram. O trabalho aqui desenvolvido resolveu reavivar a discussão, primeiramente apresentando os elementos que compõem o hotel-cassino e como eles diferenciam esse ramo hoteleiro dos demais. Continua por trazer para a pauta questões como o jogo de azar e os argumentos mais comuns contra a liberação, verificando o que mudou na imagem dessa indústria. Por último, analisou a relação entre hotéis-cassino e o turismo, para que, no final, fosse possível combinar os diversos elementos abordados durante o projeto para elaborar o melhor modelo para o país. Através de extensas pesquisas em publicações nacionais e internacionais, tanto em material impresso quanto digital, foram completadas todas as etapas a que esse trabalho se propôs, assim como determinadas as possibilidades de implantação do modelo proposto no Brasil.

Palavras-chave: hotel-cassino, jogos de azar, Brasil, Las Vegas, turismo de experiência.

Fonte: Disponível em http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/premio_mtur/detalhe/VII_Premio.html. Acesso em: 08 nov. 2013.

2. 1º lugar na categoria pós-graduação (mestrado), intitulado “Transportes turísticos na Amazônia: problemas e soluções dos principais pontos de acesso para a região”, de autoria de Fábio Romero de Oliveira e Silva, da Universidade de Aveiro, Portugal.

RESUMO

O presente trabalho visa a elucidar a importância dos terminais de acesso na competitividade de destinos turísticos distantes de seus mercados emissores, como a Amazônia. A escolha do destino amazônico se dá pela sua importância econômica e, sobretudo, ambiental para o Brasil e o mundo, além da carência de estudos deste porte na região. O trabalho, composto por quatro partes e nove capítulos, explora os referenciais teóricos, propondo como objetivos identificar quais os principais problemas e soluções dos principais pontos de acesso à Amazônia e a criação de uma metodologia, chamada Terminal Amigo do Viajante, que visa a auxiliar os administradores dos terminais a melhor conhecer as necessidades de suas demandas.

A pesquisa, baseada em dados de fluxos turísticos para a região, identificou as quatro cidades e seus respectivos terminais de acesso, caracterizando um corredor turístico de acesso à Amazônia. Os terminais pesquisados foram quatro aeroportos e três portos localizados nas cidades de Belém, Macapá, Manaus e Santarém. Os instrumentos de coleta de dados foram as entrevistas para gestores e operadores e o questionário para os terminais de transporte.

Dentro da cadeia produtiva do turismo, especificamente no terminal/ponto de acesso, identificamos dois grandes intervenientes: os gestores de terminal e os operadores turísticos. Os resultados demonstraram que parte dos problemas decorre da falta de conhecimento mútuo das dificuldades que afetam estes intervenientes da oferta turística; e este fato afeta a competitividade do destino, diminuindo o aspecto qualitativo do

produto regional. O questionário Terminal Amigo do Viajante possibilitou avaliar e construir uma base de dados sobre os terminais/pontos de acesso avaliados.

Palavras-chave: Amazônia, transportes turísticos, terminais de acesso, gestores de terminal e operadores turísticos.

Fonte: Disponível em http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/premio_mtur/detalhe/VII_Premio.html. Acesso em: 08 nov. 2013.

3. 1º lugar na categoria doutorado, intitulado “Sistema de Indicadores de Sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil”, de autoria de Frederico Yuri, no Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da Universidade de São Paulo (USP).

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar e elaborar instrumentos e procedimentos para a proposição do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur), utilizando-se abordagem participativa e envolvendo a comunidade local do município de Bueno Brandão (MG), localizado na região da bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu, no sul do estado de Minas Gerais, Brasil. As preocupações com os problemas e desafios socioeconômicos e ambientais relacionados ao uso dos recursos hídricos e à estrita dependência econômica da produção agropecuária nesta região remetem à necessidade e à proposição de oportunidades de desenvolvimento local, visando a propiciar melhores condições de vida aos moradores locais. A inserção do turismo no contexto de novas perspectivas de desenvolvimento torna-se alternativa socioeconômica emergente, exigindo a elaboração e aplicação de procedimentos, instrumentos e indicadores que verifiquem e avaliem a efetivação das condições de sustentabilidade (ambiental, social, econômica, cultural e institucional) do desenvolvimento do turismo. Assim, o processo de desenvolvimento da pesquisa envolveu: a contextualização do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade aplicada ao turismo; a análise das condições atuais do desenvolvimento turístico na região; a elaboração e a aplica-

ção do programa de sensibilização turística; a abordagem conceitual e tipológica de indicadores, assim como as iniciativas, os sistemas e os modelos de indicadores do turismo sustentável, levantados e obtidos a partir de estudos de casos; o processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade, por meio da abordagem participativa da sociedade local de Bueno Brandão, levando em consideração visões de outros grupos envolvidos na pesquisa (turismólogos e graduandos em Engenharia Ambiental), e a elaboração e proposição do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SIS-DTur), configurando-o como um instrumento metodológico prático, útil e exequível para subsidiar o processo de desenvolvimento, gestão e monitoramento do turismo na região, consonante com os princípios de sustentabilidade. E, por fim, são apresentados os legados metodológicos, relatando algumas recomendações e sugestões identificadas e adquiridas pelas experiências vivenciadas no decorrer da pesquisa.

Palavras-chave: sustentabilidade; indicadores; indicadores de sustentabilidade; sistema de indicadores; desenvolvimento sustentável; turismo sustentável; indicadores de sustentabilidade do turismo; bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu; Bueno Brandão.

Fonte: Disponível em http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/premio_mtur/detalhe/VII_Premio.html. Acesso em: 08 nov. 2013.

Resposta comentada

1. O tema do trabalho está claramente definido, trata de Hotelaria. Sua abordagem teórica é economicista de cunho liberal, pois argumentos da autora são questionadores quanto ao fechamento desse tipo de hospedagem e propõem um modelo a ser implantado no Brasil. Já a abordagem metodológica é qualitativa, uma vez que não aponta os dados mensurados e que a pesquisa foi feita através de levantamento bibliográfico.

2. Ao analisar esse segundo trabalho, começamos a observar que o tema normalmente é um dos elementos do próprio título do trabalho, nesse caso, transportes. Na categoria mestrado, observa-se também queo resumo apresenta-se mais elaborado, indicando mais claramente

que sua abordagem teórica é economicista, ao apontar que os resultados da pesquisa demonstraram que parte dos problemas do transporte na Amazônia decorre da falta de conhecimento mútuo das dificuldades que afetam estes intervenientes da oferta turística. E este fato afeta a competitividade do destino, diminuindo o aspecto qualitativo do produto regional. Cabe salientar a interface do tema transporte com o de marketing e planejamento turístico, nesse ponto. A abordagem metodológica é qualitativa e quantitativa, pois fez uso de dados de fluxos turísticos para a região e teve como instrumentos de coleta de dados entrevistas para gestores e operadores e questionário para os terminais de transporte.

3. O tema está implícito no título, sua fácil identificação é algo desejável, e, nesse caso, tratado Desenvolvimento Sustentável. Em seu percurso acadêmico, os alunos de doutorado já passaram pelo exercício da pesquisa na graduação e na pós-graduação, e isso se reflete no nível de amadurecimento da abordagem, tanto teórica como metodológica, muito bem elaborada, abrangendo toda a segunda metade do resumo do trabalho. Sua abordagem teórica se encaixa na linha do desenvolvimento planejado, e a abordagem metodológica é predominantemente qualitativa, envolvendo aspectos quantitativos ao propor um Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo.

Periódicos nacionais

Os primeiros registros de publicações em turismo no Brasil são da década de 1970, com as revistas técnico-informativas *Rota 2000*, em 1972, pela Faculdade Ibero-americana de Letras e Ciências Humanas, e *Estudos Turísticos*, em 1973, pelas Faculdades de Turismo do Morumbi e da Guanabara, ambas de São Paulo. Na década seguinte, a publicação dessas revistas foi interrompida (REJOWSKI; ALDRIGUI, 2007).

Entre esse momento até o ano de 1990, quando surge a revista *Turismo em Análise*, do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, tem-se um período de descontinuação das publicações. Essa publicação marca a fase de consolidação dos periódicos na área de turismo.

Na sequência, foram criados a revista *Turismo – Visão e Ação*, 1998, e os periódicos *Caderno Virtual de Turismo* e *Revista Turismo & Desenvolvimento*, ambos em 2001.

Cabe ressaltar que, de 2000 em diante, o crescimento do número de periódicos científicos ocorreu simultaneamente à expansão da implantação de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu* em Turismo no Brasil. Fato é que tais publicações são produzidas por programas de pesquisa de Instituições de Ensino Superior (IES).

A partir de então, o turismo entrou em uma fase de expansão científica, com a disseminação do uso das denominadas “Tecnologias da Informação e Comunicação” (os TICs), que Bittencourt (2009) define como as tecnologias utilizadas para o tratamento, a organização e a disseminação das informações. Dentre elas, estão os sistemas informacionais para a edição e publicação de periódicos através da internet, que propiciaram o aumento da quantidade de periódicos em turismo, bem como a dispersão geográfica das publicações e, conseqüentemente, o número de artigos publicados, chegando a 284 em 2012 (SANTOS; REJOWISK, 2013).

Atualmente, todos os periódicos brasileiros da área de turismo são veiculados na internet e oferecem acesso aberto, eliminando, em certa medida, a versão impressa e trabalhando com a digital **indexada**.

Contudo, a indexação não é um processo simples, tanto que os periódicos da área de Turismo ainda não estão na base de dados do principal indexador de periódicos científicos do Brasil, chamado Scielo – Scientific Electronic Library Online.

Até recentemente, essas condições faziam com que os estudiosos e pesquisadores da área não contassem com um sistema de busca integrada dos artigos editados no Brasil, de forma que uma pesquisa completa sobre determinado tema apenas podia ser feita através do acesso individualizado ao *site* de cada um dos periódicos (SANTOS; REJOWISK, 2013, p. 150).

Um exemplo de iniciativa foi dado pelo professor Glauber Eduardo de Oliveira Santos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que, ao vivenciar as dificuldades em realizar pesquisas sobre o turismo no Brasil, criou em 2011 o *site* www.publicaçõesdeturismo.com.br. Esse *site* veio preencher uma importante lacu-

Indexação

Forma de organizar e encontrar um arquivo numa base de dados. Para cada item, associam-se vários *tags* (palavras representativas) ou particularidades que permitam ao arquivo ser identificado entre um grande número de itens.

Quando se faz uma pesquisa em um *site* de busca, o que ele faz é “indexar” páginas, ou seja, recorre a um banco de dados criado para cada termo buscado, em que são colocadas as páginas relacionadas a essa palavra. Em um intervalo determinado por cada *site* de busca, é realizada uma nova pesquisa na web, e esse banco de dados é renovado.

na, indexando os artigos publicados em periódicos científicos, tornando desnecessária a repetição do procedimento de busca em cada publicação (SANTOS, 2011).



Confira, no *link* a seguir, a variedade de periódicos de turismo indexados no *site* criado pelo professor Glauber Eduardo de Oliveira Santos: <http://www.publicacoesdeturismo.com.br/periodicos.php>.

Atividade 3

Atende ao objetivo 2

Acesse <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>. Uma vez lá, procure o *link* Espaço acadêmico, que se encontra na barra superior vertical, na cor cinza.

Explore o conteúdo de cada um dos quatro *links* disponíveis: Dissertações e teses, Revistas acadêmicas de turismo, Prêmio Mtur-FGV e Glossário de turismo e responda: Qual desses *links* se constitui em um indexador de pesquisas em turismo?

Resposta comentada

Somente o *link* Dissertações e teses cumpre a função de indexador, ao disponibilizar o espaço para as dissertações e teses produzidas no campo do turismo. Contudo, não abarca os artigos publicados em periódicos científicos e torna necessária a repetição do procedimento de busca em cada programa de mestrado e doutorado, uma vez que, no *site*, nesse espaço, logo abaixo do título, há o *link* “Cadastre sua tese aqui”. Ou seja, é o autor de cada obra quem abastece o *site* com a informação. Isso pres-

supõe uma ação coletiva, mas individual, em que o próprio conhecimento da existência desse espaço se constitui, por si só, em um fator de não atualização e completude dos dados.

Atualmente, o turismo conta com 18 periódicos nacionais, relacionados na **Tabela 6.2**, por ordem de criação, nos quais consta também o endereço eletrônico:

Tabela 6.2: Periódicos de Turismo no Brasil, com ano de criação e endereço eletrônico

Periódico	Ano de criação	Endereço eletrônico
<i>Revista Turismo em Análise</i>	(1990)	http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise
<i>Revista Turismo - Visão e Ação</i>	(1998)	http://www.univali.br/revistaturismo
<i>Caderno Virtual de Turismo</i>	(2001)	http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno
<i>Revista Turismo & Desenvolvimento</i>	(2001)	http://rtd.revistascientificas.com.br/pt/
<i>Patrimônio: Lazer & Turismo</i>	(2003)	http://www.unisantos.br/portal/pesquisa/publicacoes/patrimonio-lazer-turismo/
<i>Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo</i>	(2006)	http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit
<i>CULTUR, Revista de Cultura e Turismo</i>	(2007)	http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/index.php?item=conteudo_contato
<i>Revista Brasileira de Ecoturismo</i>	(2008)	http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/index
<i>Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo</i>	(2008)	http://www.revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur
<i>Turismo e Sociedade</i>	(2008)	http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/turismo
<i>Tourism and Karst Areas</i>	(2008)	http://www.sbe.com.br/turismo.asp
<i>Rosa dos Ventos</i>	(2009)	http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos

<i>Revista Hospitalidade</i>	(2010)	http://www.revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/hospitalidade
<i>Revista de Economia, Administração e Turismo</i>	(2011)	http://revistas.una.br/index.php/reuna
<i>Anais Brasileiros de Estudos Turísticos</i>	(2011)	http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/abet/issue/current
<i>Revista Ibero-americana de Turismo</i>	(2011)	http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur
<i>Revista Turismo: Estudos e Práticas</i>	(2012)	http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/index
<i>Revista Eletrônica de Administração e Turismo</i>	(2013)	http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT

Fonte: Iomara Albuquerque Giffoni.

Uma visão geral sobre as revistas

Política editorial

Para Rosinha (1989, p. 252), é “a arte ou ciência relativa à organização, coordenação e execução de atividades orientadas a comunicar, sob a forma escrita (isto, sob certos aspectos, pode ser estendido a outros tipos de comunicação), todo e qualquer fato de interesse de determinado grupo ou público”.

Cabe acrescentar que a política editorial é predeterminada pela direção do veículo de comunicação, seja ele revista, rádio, televisão ou internet. Indica seus valores, seus paradigmas e influencia a construção de sua mensagem.

Na prática, ela orienta o modo como cada texto deve ser redigido, define quais termos devem ser usados e a hierarquia que cada tema terá na edição final.

As publicações científicas na área de Turismo e Hospitalidade têm como objetivo geral a difusão de pesquisas, experiências científicas e estudos desenvolvidos por docentes, discentes, pesquisadores e profissionais da área, inéditos e relevantes, junto aos acadêmicos e à sociedade em geral.

Os artigos publicados em periódicos são uma boa fonte de pesquisa porque, para desenvolver o assunto proposto, vão apresentar as bases teóricas existentes, ou seja, quais teorias e autores discutem aquele assunto. Baseado nisso, o autor do artigo irá defender o seu ponto de vista, podendo apresentar contrapontos à base conceitual ou ainda avançar na discussão do tema a partir desta. Conforme Gonçalves, Ramos e Castro (2006), tais comunicações são utilizadas para a avaliação da produção científica de pesquisadores e instituições.

Para que um trabalho seja publicado em uma revista científica, ele deve passar por um processo de avaliação, em que será observado se esse trabalho está de acordo com a **política editorial** desta.

Na **Tabela 6.3** são apresentados os periódicos nacionais em ordem alfabética com suas respectivas políticas editoriais.

Tabela 6.3: Periódicos de turismo x política editorial

Periódico	Política editorial
<i>Anais Brasileiros de Estudos Turísticos</i>	Visa propiciar um espaço privilegiado para o debate, a reflexão e a difusão do conhecimento científico em turismo, por meio da publicização da produção de artigos científicos, ensaios teóricos e relatos de casos e experiências relacionadas, preponderantemente ao corpo discente e docente da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mas, também, aberta a contribuições e interfaces com outras instituições de ensino, pesquisadores e profissionais ligados a essa área de conhecimento.
<i>Caderno Virtual de Turismo</i>	Instrumento para estimular a reflexão e a discussão sobre o turismo como promotor de desenvolvimento social, numa visão multidisciplinar para chegar às suas imbricações nas variadas dimensões da sustentabilidade. Artigos e resenhas de livros.
<i>CULTUR, Revista de Cultura e Turismo</i>	Fomentar a produção científica e a disseminação de conhecimento multidisciplinar relacionados com Cultura e Turismo, objetivando a troca de informações, a reflexão e o debate, provendo assim o desenvolvimento social.
<i>Patrimônio: Lazer & Turismo</i>	Fomentar a pesquisa e disseminação do conhecimento nas áreas da Administração do Patrimônio, Lazer e Turismo no Brasil, e em particular na Região Metropolitana da Baixada Santista.
<i>REUNA. Revista de Economia, Administração e Turismo</i>	Publica trabalhos teóricos e teóricos empíricos, sem restrições paradigmáticas que apresentem conteúdo relevante para a Administração e áreas afins. Deseja-se que a metodologia utilizada garanta consistência e profundidade nos argumentos.
<i>Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo</i>	Servir ao debate de temas relacionados à gestão pública e privada do turismo, orientados para o equilíbrio entre as abordagens teórica e prática. Está dividida em três seções: artigos, estudos de caso e ensaios teóricos; resenhas de livros e entrevistas.
<i>Revista Brasileira de Ecoturismo</i>	Publica artigos inéditos de caráter científico, em português, espanhol e inglês, com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e o privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

<p><i>Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo</i></p>	<p>Tem o compromisso de disseminar pesquisas e estudos originais em Turismologia e Hospitalidade com alto rigor teórico e metodológico, por vezes ausentes na produção científica da área, promovendo a sua análise, discussão e reflexão. Publica artigos científicos de autoria de pesquisadores e estudiosos do campo do Turismo e suas interfaces com áreas afins como Antropologia, Administração, Geografia, Hospitalidade, Lazer etc.</p>
<p><i>Revista Eletrônica de Administração e Turismo</i></p>	<p>É uma publicação de artigos e casos de ensino desde que enquadrados nas seguintes áreas de conhecimento: produção, marketing, estudos organizacionais, recursos humanos, finanças, estratégia, turismo, tecnologia da informação, gestão ambiental, empreendedorismo, agronegócios, inovação, administração pública e terceiro setor.</p>
<p><i>Revista Hospitalidade</i></p>	<p>Reúne reflexões e pesquisas científicas referentes à temática da hospitalidade em todas as suas vertentes. Aceita comunicações na forma de artigos, ensaios, informações sobre pesquisas em andamento, apresentando ainda todos os resumos das dissertações defendidas no Mestrado em Turismo e Hospitalidade da Universidade Anhembi-Morumbi e resenhas de livros.</p>
<p><i>Revista Turismo - Visão e Ação</i></p>	<p>Visão interdisciplinar do turismo, abordando temas relevantes, com perspectivas provocativas e inovadoras que refletissem o estado da arte da produção do conhecimento na área.</p>
<p><i>Revista Turismo & Desenvolvimento (2001)</i></p>	<p>Contribuir para o estudo científico do turismo relacionado com o desenvolvimento social, com a divulgação de trabalhos que possam subsidiar as atividades, tanto no âmbito acadêmico como nas organizações públicas, privadas e do terceiro setor, associadas, de algum modo, com as áreas de turismo, lazer e hotelaria.</p>
<p><i>Revista Turismo em Análise</i></p>	<p>Fórum de discussão e ponte de comunicação entre a universidade e a iniciativa pública e privada, a fim de preencher a lacuna existente na literatura especializada em turismo no Brasil. Editorial, artigos científicos, resenhas de livros e síntese de eventos.</p>
<p><i>Revista Turismo: Estudos e Práticas</i></p>	<p>Objetiva ser um espaço digital de diálogo no âmbito da pesquisa acadêmica em turismo, fomentando o exercício crítico de discentes e pesquisadores voltados à atividade, bem como de áreas afins. Consiste na publicação de artigos e resenhas que versem sobre a atividade turística e suas relações com o planejamento do espaço turístico, com a gestão empresarial da atividade, com a hospitalidade e com os estudos do lazer, fundamentalmente em suas possibilidades de tratamento teórico e de intervenção no planejamento da atividade.</p>

<i>RITUR - Revista Ibero-americana de Turismo</i>	Tem por objetivo divulgar trabalhos que representem contribuição para o desenvolvimento de novos conhecimentos entre pesquisadores, docentes, discentes e profissionais em Turismo, Hospitalidade, Museologia, Lazer e áreas afins, independente de sua vinculação profissional e local de origem, priorizando diálogos abertos e abordagens interdisciplinares a transdisciplinares.
<i>Rosa dos Ventos</i>	Com foco na Educação, na Epistemologia, na Hospitalidade, na Gestão, na Cultura e no Meio Ambiente. Seu escopo foi definido a partir de uma visão multidisciplinar do fenômeno turístico que reconhece suas implicações nas dimensões do planejamento público, da gestão ambiental e de instituições, pelos serviços, pela economia, pela inovação, pelo marketing e pela sustentabilidade em suas várias dimensões.
<i>Tourism and Karst Areas</i>	Não foi encontrado.
<i>Turismo e Sociedade</i>	Publicar estudos, pesquisas e relatos de experiência de docentes, pesquisadores e profissionais na área de Turismo; oportunizar um espaço acadêmico que proporcione reflexões e ampliação de conhecimentos na área de Turismo; apresentar estudos, trabalhos e resultados de pesquisa da área de Turismo e de áreas afins.

Cada periódico estabelecerá os seus critérios para a avaliação de artigos, de acordo com a sua política editorial. Como exemplo, veja a seguir os critérios requeridos pela revista *Turismo em Análise*:

- originalidade da temática;
- adequação do título ao conteúdo do artigo;
- estrutura, conteúdo e tamanho do resumo;
- organização lógica do texto;
- clareza na definição e relevância do problema;
- clareza na descrição dos objetivos;
- coerência das justificativas para o estudo;
- abrangência da revisão da literatura e nível de análise crítica;
- descrição e adequação da metodologia utilizada;
- adequação de materiais e métodos ao estudo;
- profundidade na análise dos dados;
- relação dos resultados com a literatura consultada;

- discussão dos resultados;
- adequação e clareza de tabelas e gráficos, bem como suas legendas e menção de fontes;
- coerência das conclusões com os objetivos da pesquisa e os dados analisados e os resultados.

Pode-se observar pelos critérios de avaliação mostrados acima que, mesmo ligados à política editorial do periódico, muitos compõem a estrutura de um trabalho de pesquisa idôneo. E, assim sendo, pode-se inferir que, apesar das diferenças, os periódicos terão critérios de avaliação similares em alguns níveis:

O nível de integração de cada periódico com os demais é um indicador de sua relevância no âmbito nacional. Periódicos com autores que não publicam em outros periódicos revelam certo isolamento em relação ao meio acadêmico. O mesmo pode ser dito de periódicos com palavras-chave exclusivas, revelando temáticas que não se repetem em outras publicações. Naturalmente, o nível de integração esperado de cada periódico varia de acordo com o foco da publicação. Uma revista focada em um aspecto específico do turismo tende a ser naturalmente mais isolada que outras. Portanto, a interpretação do nível de integração deve levar em conta o grau de diferenciação temática dos periódicos (REJOWISK, 2013, p. 163).



Você se lembra da pesquisa realizada por Santos e Rejowisk (2013) que estudamos na seção “Um visão geral sobre as revistas” desta aula, em que eles analisaram 2.126 artigos científicos publicados em periódicos de turismo no Brasil, entre 1990 e 2012? Metade desses trabalhos foi publicada pelos periódicos *Turismo em Análise*, *Caderno Virtual do Turismo* e a *Turismo Visão e Ação*. Para ler o artigo em sua íntegra, basta acessar: http://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/578/pdf_1.

Enfim, as políticas editoriais dos periódicos nacionais mostrados na **Tabela 6.3** demonstram o comprometimento com o desenvolvimento e divulgação do conhecimento científico na área do turismo, sendo que “cada um deles cumpre certas funções de pesquisa e desenvolvimento na área” (ALDRIGUI; REJOWSKI, 2007, p. 267).

Conclusão

A intensificação em nível global conferiu ao turismo uma condição de fenômeno contemporâneo e instigante de análises que reúnem diversos ângulos de estudo. Constata-se, assim, a valorização das investigações inter e multidisciplinares.

Os fenômenos relacionados ao turismo ultrapassaram, no exterior e no Brasil, os limites dos cursos específicos. Outras áreas do conhecimento como história, geografia, ciências sociais, engenharias, arquitetura e urbanismo, planejamento urbano e regional, comunicação, marketing, administração, dentre outras, debruçam-se também, nos dias de hoje, sobre as atividades turísticas. A agenda recente de pesquisas recomenda investigações multidisciplinares, multimetodológicas e com colaborações internacionais. Além da quantificação de resultados do setor do turismo nas economias e do impacto dos fluxos de turistas sobre o meio ambiente e os aglomerados populacionais, deve-se ainda dimensionar os efeitos sociais, culturais e políticos resultantes da prática da hospitalidade ou de sua ausência nos domínios público, privado e comercial.

No Brasil, verifica-se preferência pela pesquisa qualitativa e alguns especialistas formularam importante questão para reflexão: “Pesquisa qualitativa não é mais fácil nem, tampouco, deve ser menos rigorosa do que a pesquisa quantitativa [...]” (KOVACS *et al.*, 2013, p.33). A mensagem dada refere-se à importância dos procedimentos metodológicos, que garantem a credibilidade dos trabalhos. Pense nisso!

Resumo

O fenômeno turístico é composto de várias “peças”, como um quebra-cabeça, e seu estudo perpassa pelo estudo de cada uma dessas peças individualmente, bem como da maneira como elas se encaixam e do entendimento do desenho final.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2001, elaborou o *Tesouro de Turismo y Ocio*, que classifica a área de estudo em 19 classes temáticas.

Os temas que tiveram uma atenção constante nos periódicos internacionais, entre os anos de 1994 e 2004, foram os ligados ao comportamento, à preferência e à perspectiva dos turistas.

Os termos mais pesquisados, de acordo com os periódicos nacionais até o ano de 2012, são: políticas públicas, desenvolvimento local, sustentabilidade, patrimônio cultural, cultura, lazer, hospitalidade, planejamento turístico, educação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Escolher a abordagem de pesquisa implica fazer duas opções: uma teórica e outra metodológica. A opção teórica refere-se sobretudo aos conceitos a partir dos quais se pretende entender o objeto de estudo. A opção metodológica diz respeito ao resgate sistemático de informações de modo a realizar um diálogo entre conceitos e objeto.

Conforme Ballantyne, Packer e Axelsen (2009), a maioria dos artigos (59%) usou a pesquisa quantitativa, enquanto 19% utilizaram a pesquisa qualitativa e apenas 6% mesclaram as duas. O restante da amostra, 16%, tratava de avaliação ou de artigos teóricos.

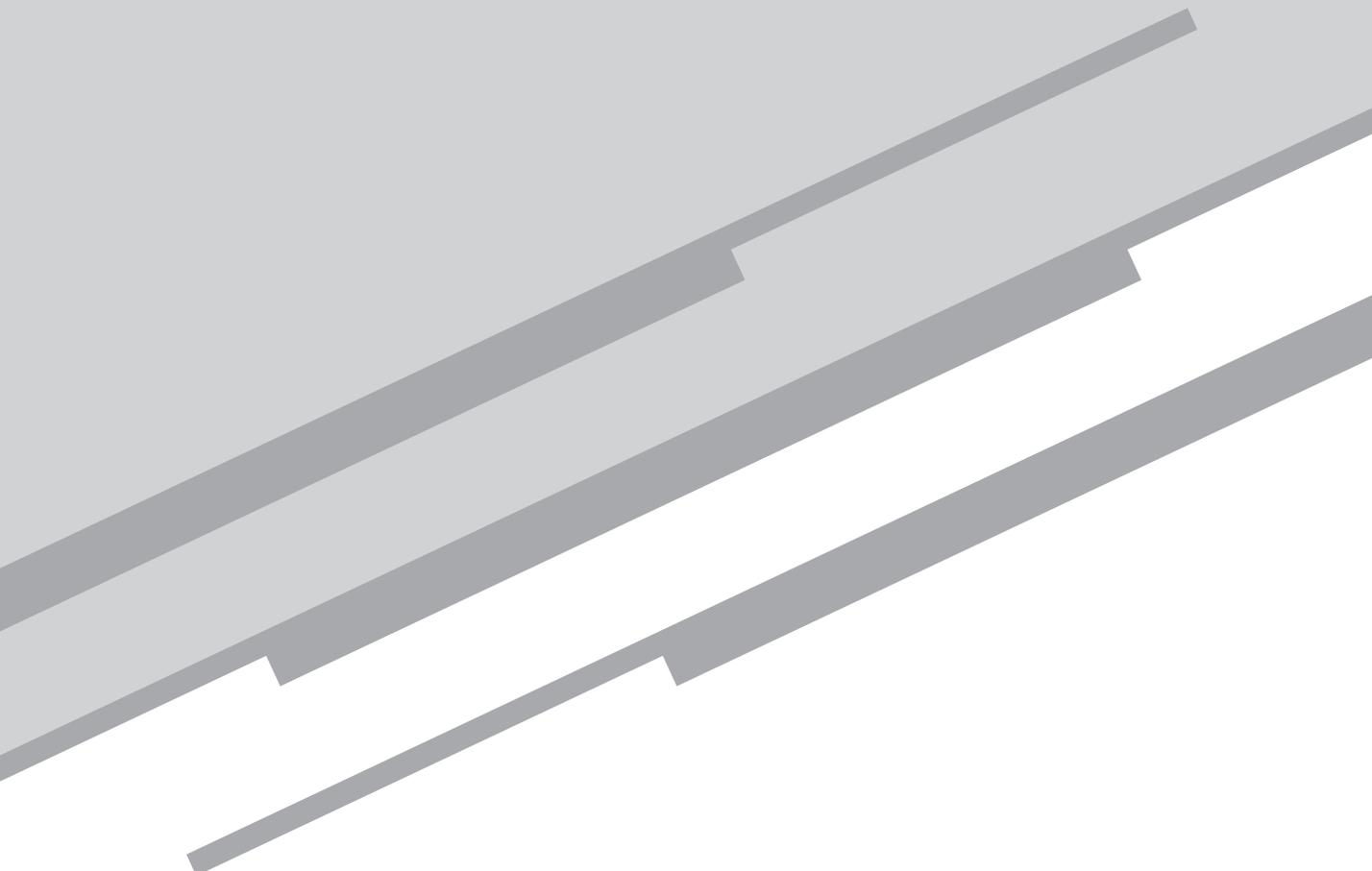
Os primeiros registros de publicações em turismo no Brasil datam da década de 1970, mas na década seguinte a publicação foi interrompida.

De 1990, surgiu a revista *Turismo em Análise*, marcando a fase de consolidação dos periódicos em turismo, seguida pela revista *Turismo e Ação*, *Caderno Virtual de Turismo* e revista *Turismo & Desenvolvimento*.

A publicação de artigo em uma revista científica depende do atendimento às exigências da política editorial adotada para cada periódico.

Aula 7

A proposta de projeto de TCC



Meta

Detalhar a estrutura da proposta de projeto de TCC.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar exemplo de pré-projeto quanto à coerência e à viabilidade;
2. avaliar a relevância de um tema de estudo com base em literatura especializada;
3. integrar grupo de trabalho a partir de afinidades temáticas.

Introdução

Vamos começar este estudo pelo entendimento do título da aula. Por que chamar de proposta de projeto de TCC o trabalho final desta disciplina, em vez de simplesmente a ele referir-se como projeto?

Proposta de projeto, pré-projeto e anteprojeto são sinônimos da versão preliminar do plano de desenvolvimento de uma investigação acadêmica. Nestes termos, o projeto de pesquisa representa o planejamento final mais avançado, que exige maturidade intelectual para ser elaborado. Uma proposta compreende itens desdobrados e rearranjados do projeto de pesquisa para que o pesquisador iniciante percorra caminho mais simples, com menor exigência de leituras. Se comparada ao projeto de pesquisa, a proposta de estudo comporta certa dose de esquematização, pois o nível de desenvolvimento dos itens será menor. Assim, a denominação de proposta de projeto prende-se à necessidade de rigor acadêmico com relação aos usos adequados dos termos.



A apresentação dos conteúdos desta aula recorreu, algumas vezes, à comparação, pontuando semelhanças e diferenças, devido ao propósito central de possibilitar um melhor entendimento. Assim, aproximações e distanciamentos entre projeto de pesquisa e proposta de estudo tornaram-se recorrentes, servindo de base inclusive para adaptações. Fique atento!

Esta aula, portanto, aborda o planejamento inicial do TCC, que requer escolhas com vistas ao desenvolvimento de um estudo monográfico – neste caso, um artigo acadêmico. Torna-se fundamental perceber que trataremos de definições provisórias porque, na medida em que seus estudos forem avançando, ocorrerão mudanças em suas compreensões. Forçosamente, outras alterações serão feitas no plano de pesquisa. Então, a elaboração de uma proposta de projeto de TCC constitui-se em um processo que envolve revisões, ajustes constantes nas previsões originais. E a primeira escolha a ser feita será a escolha de um tema de estudo. Mas, vamos por partes!

Conceitos básicos

Agora, você vai ser reapresentado com mais detalhes aos seguintes conceitos centrais: TCC, monografia e artigo científico.

- TCC: a denominação Trabalho de Conclusão de Curso foi estabelecida por resolução, de abril de 2001, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES), passando a ser utilizada para tratar das monografias complementares à formação profissional e acadêmica do ensino superior.
- Monografia: no sentido amplo, monografia é entendida como “estudo por escrito de um só tema exaustivamente estudado e bem delimitado” (HÜHNE, 1988, p. 249), contrastando com trabalhos panorâmicos como as enciclopédias. Para Santos (2007, p. 41), “Monografia é um texto de primeira mão, resultante de pesquisa científica e que contém a identificação, o posicionamento, o tratamento e o fechamento competentes de um tema ou problema”.

Monografia é, então, uma denominação genérica para trabalhos científicos que diferenciam-se a partir do nível de profundidade da pesquisa, da finalidade do estudo, dos métodos de pesquisa e das conclusões.

Os textos monográficos são estruturados em Introdução, Desenvolvimento e Conclusão com base nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), mas devem seguir também todas as especificidades adotadas por cada curso, como as de formato gráfico.

- Artigo científico: estudo monográfico de conteúdo e dimensão reduzidos, que reúne entre cinco a quinze páginas, aproximadamente. Como texto completo a ser publicado em revistas especializadas, compreende Introdução, Desenvolvimento e Conclusão. Conforme a ABNT, artigo científico é “Parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento” (NBR 6022, 2003, p. 2).

Planejamento e pesquisa acadêmica

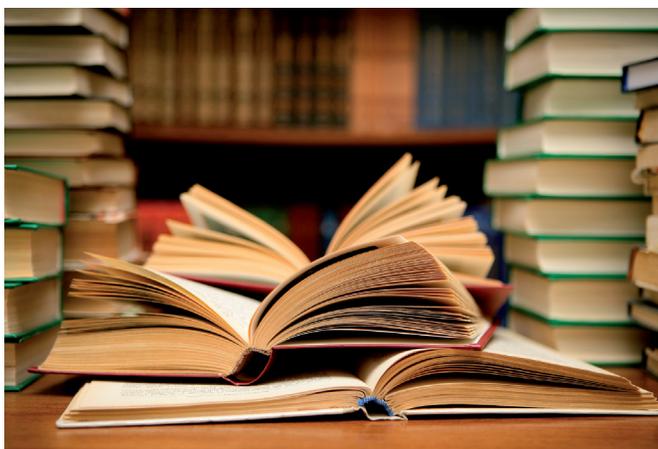


Figura 7.1: Planejando o estudo.

Fonte: www.santacasa.pa.gov.br

Certamente, ficou claro para você que a elaboração da proposta de projeto de TCC começa pela preparação de um plano, que promove articulações entre planejamento e trabalho científico.

Sobre as relações existentes entre planejamento e pesquisa acadêmica, Gil (1996, p. 22), explicou que:

A moderna concepção de planejamento, que é apoiada na Teoria Geral dos Sistemas, envolve quatro elementos necessários à sua compreensão: processo, eficiência, prazos e metas. Assim, nesta concepção, o planejamento da pesquisa pode ser definido como processo sistematizado, mediante o qual se pode conferir maior eficiência à investigação para em determinado prazo alcançar o conjunto das metas estabelecidas.

As pesquisas acadêmicas também são orientadas por objetivos, quer dizer, resultados futuros que se pretende alcançar dentro de um certo espaço de tempo e com a utilização de material disponível. Da mesma forma, as pesquisas exigirão constantes decisões ou escolhas, que emprestam ao processo de desenvolvimento um dinamismo pelos ajustes constantes. O plano de pesquisa é chamado de projeto de pesquisa.

O planejamento da pesquisa concretiza-se mediante a elaboração de um projeto, que é o documento explicitador das ações a serem desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa. O projeto deve, portanto, especificar os objetivos da pesquisa, apresentar a

justificativa de sua realização, definir a modalidade de pesquisa e determinar os procedimentos de coleta e análise de dados. Deve, ainda, esclarecer acerca do cronograma a ser seguido no desenvolvimento da pesquisa e proporcionar a indicação dos recursos humanos, financeiros e materiais necessários para assegurar o êxito da pesquisa.

Você notou como este texto valoriza a articulação entre objetivos de estudo, disponibilização de materiais de consulta e estabelecimento de prazos determinados?

Pois é, a ideia de planejamento neste caso aproxima-se do processo decisório que caracteriza a preparação de uma investigação acadêmica. Planejamento é um conceito básico da Teoria Geral de Sistemas (TGS), da Teoria Geral da Administração (TGA). Estudiosos de processos, em geral, como Chiavenato (1993, p. 367), autor bastante conhecido dos estudos sobre TGA, dizem que: “planejar é definir os objetivos e escolher antecipadamente o melhor curso de ação para alcançá-los. O planejamento define aonde se pretende chegar, o que deve ser feito, quando, como e em que sequência”.

O planejamento de uma pesquisa acadêmica percorre, tradicionalmente, o seguinte roteiro de desenvolvimento:

- formulação do problema;
- construção de hipóteses ou especificação dos objetivos;
- identificação do tipo de pesquisa;
- operacionalização das variáveis;
- seleção da amostra;
- elaboração dos instrumentos e determinação da estratégia de coleta de dados;
- determinação do plano de análise dos dados;
- previsão da forma de apresentação dos resultados;
- cronograma da execução da pesquisa.

Notou como este roteiro exige alto investimento em leituras e rigor nos procedimentos metodológicos? Não se assuste! Estas exigências são compatíveis com as obrigações acadêmicas de maior fôlego próprias aos trabalhos desenvolvidos em programas de pós-graduação *stricto sensu*, quer dizer, programas de mestrado e doutorado. Na fase atual de seu

aprendizado, deve-se elaborar uma proposta de estudo, sendo que, mais adiante, você será apresentado ao conjunto dos itens formadores do roteiro de desenvolvimento. Por ora, vamos tratar da matriz analítica.

Matriz analítica: para quê?



Figura 7.2: Lupa para análise.

Fonte: br.freepik.com

A importância da matriz analítica reside na verificação da coerência e da viabilidade nos planos de estudo em geral, o que inclui pré-projeto e projeto de pesquisa.



Mais uma vez, a estratégia de explicação recorre à comparação para enfatizar, primeiramente, aproximações ou semelhanças. Depois, serão apontados os distanciamentos ou as diferenças. Seu entendimento está claro?

Neste item, serão ainda acrescentadas algumas explicações, como respostas antecipadas a perguntas que têm sido frequentes, sobretudo por pesquisadores iniciantes, tais como: o planejamento do estudo precisa obrigatoriamente começar pela formulação de problema científico? Todos os trabalhos acadêmicos necessitam de hipóteses para nortear o desenvolvimento? A elaboração de hipóteses é imprescindível?

Bem, vamos começar a falar sobre matriz analítica de projeto de pesquisa. Você já ouviu algo a respeito?

Alguns professores-orientadores recomendam a construção de uma matriz analítica para que o aluno-pesquisador registre, de forma resumida, seu plano de pesquisa e possa verificar se as partes constituintes são coerentes e viáveis.

Moulin (1986, p. 63) propôs uma matriz analítica, recorrentemente adotada, com as seguintes palavras:

O emprego da matriz auxilia na sistematização dos elementos do projeto, ao mesmo tempo que permite visualizar o todo e suas partes devidamente caracterizadas quanto às definições e inter-relações. Desse modo, pode ser evidenciada a coerência do plano, sendo possível constatar de imediato se os procedimentos adotados permitem obter os dados necessários para responder às questões e/ou testar as hipóteses e, ainda, se uma vez respondidas as questões e/ou testadas as hipóteses, estarão atingindo os objetivos pretendidos.

O modelo de matriz proposto por Moulin (1986) reúne as etapas fundamentais de um projeto, como a seguir encontram-se dispostas:

Quadro 7.1: Matriz analítica do projeto de (nome do aluno-pesquisador)

Tema:

Definição da situação-problema	Pressupostos teóricos	Definição dos objetivos do estudo	Questões do estudo e/ou hipóteses	Procedimentos metodológicos
--------------------------------	-----------------------	-----------------------------------	-----------------------------------	-----------------------------

Notou como o problema científico recebeu a denominação de situação-problema e como há menção às hipóteses, nesta proposta de matriz analítica? Então, por inferência, é possível compreender que problemas e hipóteses são fundamentais nos trabalhos científicos. A importância deles é, de fato, inquestionável. Entretanto, leve em conta que esta matriz teve em vista um projeto de pesquisa e que o caminho adotado nesta disciplina prevê a elaboração de uma proposta de projeto. Percebeu a diferença? Você encontrará, mais adiante, adaptações nesta matriz que se encaixam em uma proposta de projeto de TCC. Mas, por enquanto, guarde sua curiosidade para obter algumas orientações resumidas e práticas sobre problema científico e hipótese. Afinal, se algum profes-

sor-orientador insistir na elaboração de ambos, você poderá tomar por base as recomendações práticas, que foram extraídas dos reconhecidos livros de Antonio Gil.

Formulação de problema científico?

A noção de problema científico distancia-se da ideia de algo difícil de explicar ou de resolver. Problema científico refere-se a questões não resolvidas, sendo motivo de discussão e de realização de pesquisas.

O problema deve apresentar **variáveis** testáveis para ser considerado científico e possibilitar a investigação, de acordo com os métodos próprios da ciência, ao tornar-se passível de verificação empírica.

Algumas condições facilitadoras acompanhadas por regras práticas podem auxiliá-lo, caso precise elaborar problema ou questão de estudo.

As principais condições facilitadoras são: estudo da literatura existente e discussão com especialistas sobre o tema escolhido podem sugerir ideias. Você pode tomar emprestado algum problema científico formulado por pesquisador de renome, desde que, como Eco (1996) recomenda, pague sua dívida, citando-o com correção.

Segundo Gil (1991; 1996), as recomendações práticas que podem auxiliá-lo nesta tarefa são:

- o problema deve ser formulado como pergunta;
- o problema deve ser claro e preciso;
- o problema deve ser empírico;
- o problema deve ser suscetível de solução;
- o problema deve ser delimitado a uma dimensão viável.

Além disso, procure deixar explícito o significado dos termos, definindo operacionalmente os conceitos. Considere o seguinte problema: o que pensam jovens moradores sobre a intensificação das atividades turísticas no centro da cidade de Petrópolis (RJ)? Você deve conceituar jovem, deixando claro se se trata de uma faixa etária ou de residentes recentes. Indique a população de jovens a ser tratada como respondente. Distinga as atividades turísticas a serem consideradas e indique a noção de centro da cidade adotada.

Variável

Considera-se variável tudo aquilo que pode assumir diferentes valores ou diferentes aspectos como idade, estatura, peso, temperatura, classe social etc.

Elaboração de hipóteses?

Vamos, mais uma vez, começar pela definição: hipótese é a proposição verbal que pode ser uma solução para o problema ou questão de estudo.

Conforme Gil (1991), as hipóteses podem ser classificadas em:

Casuísticas: relacionadas a algo que ocorre em determinado caso. Afirmam, por exemplo, que um objeto, um grupo social ou um fato específico tem determinada característica.

Exemplo: As origens da cidade de São Paulo encontram-se relacionadas à presença dos jesuítas.

Relacionadas à frequência de acontecimentos: antecipam que determinada característica ocorre com menor ou maior frequência em determinado fenômeno, grupo, sociedade ou cultura.

Exemplo: O hábito de ler romances é muito intenso entre os alunos de turismo.

Com relação de associação entre variáveis: indicam a existência de relação entre variáveis e podem indicar o grau ou o sentido desta relação, mas não estabelecem causalidade ou dependência.

Exemplo: O índice de suicídios é maior entre os solteiros do que entre os casados. (Variáveis: índice de suicídios e estado civil.)

Com relação de dependência entre duas ou mais variáveis: estabelecem que uma variável interfere na outra.

Exemplo: A classe social da mãe influencia no tempo de amamentação dos filhos. (Variáveis: classe social e tempo de amamentação.)

Grande parte dos autores considera a natureza criativa da hipótese para informar que não é possível determinar regras para sua elaboração. A qualidade, entretanto, mais requerida do aluno-pesquisador é o conhecimento do assunto. A análise das descobertas científicas enfatiza as seguintes origens para as hipóteses: a observação, os resultados de outras investigações, as teorias e a intuição ou palpite.

As hipóteses testáveis devem reunir o maior número possível de características, tais como:

- conceitualmente claras;
- específicas;
- simples;
- com referência empírica;
- relacionadas com uma teoria;
- relacionadas com técnicas de coleta e tratamento de dados.

A outra matriz analítica

Vamos pensar agora na análise da coerência e da viabilidade de um pré-projeto. Assim, as adaptações feitas na matriz analítica do projeto de pesquisa tiveram em vista:

- a substituição da definição da situação-problema por delimitação do tema e da justificativa;
- a proposição de um sumário provisório relacionado diretamente com os objetivos específicos para nortear a organização do trabalho em substituição das hipóteses.

Em vez de preocupar-se, neste momento de seu estudo, com a formulação do problema científico, você deverá cuidar da escolha do tema, de sua extensão e de sua importância. São estas informações que orientarão a seleção das fontes de consulta.

Além disso, nos estudos com o objetivo central referindo-se à descrição de determinado fenômeno ou de características de um grupo, as hipóteses não são formalmente enunciadas. Nesses casos, as hipóteses envolvem uma única variável, e o mais frequente é indicá-la no enunciado do objetivo geral da pesquisa. Assim, os objetivos específicos serão estabelecidos com a preocupação de prever o desenvolvimento do tema escolhido e, nestes termos, substituirão as hipóteses no papel de orientar os procedimentos de coleta de dados.

Quadro 7.2: Matriz analítica da proposta de projeto de TCC (nome do aluno-pesquisador)

Indicação do tema:

Delimitação do tema e justificativa	
Referenciais teóricos	
Definição dos objetivos do estudo	
Sumário provisório	
Procedimentos metodológicos	

Prossiga no seu estudo! A seguir, serão detalhadas todas as fases de preparação da proposta de projeto de TCC.

Roteiro da proposta de projeto de TCC

No caso dos TCCs exigidos nos cursos de tecnólogos, a obrigatoriedade de conclusão em prazos curtos tem servido para ressaltar a importância de um enfoque prático, aceito habitualmente como suficiente. Diante disso, a etapa do planejamento da pesquisa deverá ser cumprida por intermédio da elaboração de uma *proposta de estudo*, também chamada anteprojeto ou pré-projeto. E isto você já sabe!

As partes integrantes do pré-projeto serão gradualmente desenvolvidas, mas à medida que a continuidade dos estudos for fornecendo ao aluno-pesquisador condições para tomar decisões e fazer escolhas, provocadas pela necessidade de avançar na preparação do TCC. Aí vai uma dica: está encontrando dificuldades para, por exemplo, escolher o tema? Insista nas leituras, faça anotações, troque ideias e deixe-se acompanhar pela dúvida.

Vamos, agora, conhecer as fases que compõem o roteiro de desenvolvimento.

1º passo: Escolha do tema

Você deve primeiramente identificar um assunto ou tema que lhe seja instigante, em vez de começar pela formulação de problema como tradicionalmente se faz. Afinal, você conviverá com ele ao longo de al-

guns meses, não é mesmo? Portanto, o tema deve lhe agradar assim como apresentar uma motivação especial, por exemplo, ao relacionar-se, direta ou indiretamente, à sua atividade profissional. Observe, ainda, que a escolha do tema deve estar diretamente ligada ao seu curso, além de corresponder tanto às suas possibilidades de tempo quanto às intelectuais e de acesso às fontes para juntas torná-lo viável.

O assunto escolhido, algumas vezes, é identificado por ocasião do estudo das disciplinas ou por sugestão feita por professor durante o encontro presencial ou por meio eletrônico. Preste atenção! Mas, se ainda não encontrou um tema para desenvolver seu trabalho, procure consultar revistas especializadas de sua área de interesse ou catálogos de monografias com uma pergunta na mente, a saber: os estudos mais recentes tratam de qual(ais) assunto(s)? De qualquer forma, não se afobe e continue procurando o tema porque, num determinado momento, você vai encontrá-lo. Basta você fazer desta dúvida sua companheira. Sugiro conviver com este propósito e chegará aonde pretende.

Note que alguns temas encontram-se na ordem do dia, e isto quer dizer que muitos são os estudiosos debruçados sobre eles. Estes casos referem-se a assuntos em voga formadores dos chamados ciclos de estudos. Muito provavelmente, tais temas trazem para você a garantia de despertar o interesse de muitos e o conforto de tomar emprestados a problemática, os objetivos etc. Além disso, ainda resguarda a originalidade numa nova abordagem ou fontes desconhecidas. De qualquer forma, a originalidade não faz parte das exigências de seu trabalho de final de curso, mas, se você alimenta esta pretensão, faça suas leituras com a preocupação de perceber lacunas no conhecimento.

2º passo: Delimitação do tema

Você deve, em seguida, preocupar-se com a *delimitação do tema*, quer dizer, com a demarcação da extensão do seu estudo. O tema deve ser preciso, específico e responder à pergunta: o que será investigado? É muito provável que, agindo assim, você já determine algumas variáveis, que servirão de pistas para a elaboração, quando for o caso, de objetivos e/ou hipóteses, assim como poderá nortear a organização futura dos instrumentos de coleta de dados na fase de execução da pesquisa.

Tempos atrás, ouvi um colega de trabalho dar uma explicação muito interessante a seus alunos sobre a delimitação do tema. Inicialmente, este professor propôs que todos imaginassem uma lanterna projetando luz em direção à parede. Ele lembrou, então, que há uma relação entre

distância da parede, por um lado, e, por outro, clareza e definição do feixe de luz lançado pela lanterna. Isto porque quanto mais distante da parede a lanterna estiver, mais difusa fica a iluminação, e quanto mais próxima da parede, maior clareza e definição se terá do foco de luz. Depois, disse que o mesmo acontece com a delimitação do tema, pois quanto mais distante o pesquisador se encontrar, pelo desconhecimento do tema, maior será a imprecisão do assunto. Então, para delimitar o tema de forma adequada, é necessário que o aluno-pesquisador alcance um conhecimento aprofundado do mesmo. E, aí? Percebeu como o grande segredo da elaboração de uma proposta de estudo é ler, ler e ler?

Assim sendo, para você elaborar a proposta de estudo deve percorrer quilometragem substancial de leituras rápidas sobre o tema escolhido, que, com outras palavras, significa fazer de forma preliminar uma pesquisa bibliográfica. No entanto, as fases indicadas para elaboração do plano não se constituem em etapas isoladas e hierarquizadas, pois são complementares e articuladas entre si. A continuidade das leituras aponta para a necessidade constante de revisões e ajustes no plano originalmente traçado.

3º passo: Objetivos

Agora, você vai precisar estabelecer os objetivos de seu estudo, dividindo-os em *objetivo geral* e *objetivos específicos*.

O objetivo geral menciona o que é pretendido com o desenvolvimento do estudo como um todo, relacionando, ou não, os resultados que se procura alcançar. Dois exemplos:

1. Este estudo visa a analisar a correlação entre os cursos Turismo e o “mundo do trabalho”.
2. Este estudo pretende contribuir para o debate sobre o potencial da EaD como instrumento de inserção social no país.

E os objetivos específicos? Os objetivos específicos dizem respeito às principais partes do estudo, sinalizando para os itens a serem abordados no trabalho acadêmico. Releia o exemplo 2 de Objetivo geral e, depois, analise os objetivos específicos propostos a seguir.

- 2.1. Traçar um panorama do ensino superior no Brasil, com ênfase na tendência histórica à polarização de cursos nos grandes centros urbanos.
- 2.2. Caracterizar a expansão da EaD no país.

- 2.3. Apresentar os resultados recentes dos processos avaliativos sobre o ensino superior, divulgados pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)).

Verificou como os objetivos específicos indicam o caminho adotado, dentre outros possíveis, para alcançar o objetivo geral? Notou como os objetivos servem de hipótese de trabalho por direcionarem o estudo? Vamos prosseguir.

4º passo: Justificativa

Neste item da proposta de estudo, você vai cuidar da justificativa, ou seja, do porquê e do para quê. Você deve escrever sobre a importância do tema com relação ao avanço do conhecimento e à relevância da pesquisa sob a perspectiva teórica e/ou social.

5º passo: Referencial teórico

É bastante apropriado você incluir neste item a chamada revisão bibliográfica, isto é, uma fala analítica sobre o que já foi dito por vários autores sobre o assunto. Você deve identificar diferentes abordagens sobre o tema e, por extensão, apontar os diversos eixos de compreensão acrescidos da respectiva fundamentação teórica. Ao identificar óticas variadas do assunto em foco, você deve agrupar os autores de acordo com as diferentes posições defendidas por eles e indicar pontos de convergência e de divergência entre eles. Você precisa ainda incluir comentários analíticos que demonstrem a importância de seu estudo, assim como inseri-lo num determinado eixo de reflexão. Você notou como a revisão bibliográfica permite a definição conceitual e dos pressupostos teóricos?

Releia a Aula 3, que trata da pesquisa bibliográfica.

6º passo: Procedimentos metodológicos

Você pode incluir comentários sobre os procedimentos intelectuais e operacionais a serem realizados para a efetuação da pesquisa. Muitos estudiosos apresentam neste item um detalhamento das fases do estudo, incluindo tipos de pesquisa, técnicas de coleta e de tratamento de dados.

7º passo: Referenciais preliminares

Você deve reunir todas as fontes de consulta que foram inicialmente localizadas para realização do plano de estudo. Lembre-se de que deve apoiar-se nas regras da ABNT.

8º passo: Cronograma

Tome o exemplo seguinte como fonte de inspiração.

Quadro 7.3: Conograma para elaboração de pesquisa

Atividades	Meses	
	Abril	Maio
Levantamento bibliográfico/identificação e delimitação do tema.	X	X
Objetivos/sumário provisório	X	X
Justificativa/referencial teórico	X	X
Procedimentos metodológicos	X	X
Elaboração final da proposta de projeto de TCC		



Os itens da proposta de projeto de TCC são:

- Escolha do tema.
- Delimitação do tema.
- Objetivos, divididos em: objetivo geral e objetivos específicos.
- Justificativa.
- Referencial teórico.
- Procedimentos metodológicos.
- Referências preliminares
- Cronograma

Uma proposta de estudo para análise



Figura 7.3: Turismo ferroviário.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Campinas_-_Esta%C3%A7%C3%A3o_de_Anhumas_-_turismo_006_-_zoom.jpg

Você será apresentado agora a um pré-projeto que foi preparado especialmente para exercitar sua capacidade de análise. E que pré-projeto é este? Encontra-se em processo de preparação? Ou trata-se de documento dado como concluído? Bem, vamos primeiramente caracterizá-lo para orientar sua análise.

O pré-projeto a seguir encontra-se em início de preparação e o preenchimento dos itens foi apenas rascunhado, significando dizer que algumas ideias foram colocadas no papel para dar o pontapé inicial. Assim, há ainda incoerências, entraves à viabilização e itens por escrever. Você vai desempenhar o papel de leitor crítico, habitualmente exercido pelo professor-orientador, e fazer uma análise com vistas à coerência e à viabilidade da realização deste estudo.

Considere que:

- para avaliar a coerência de um plano de estudo, você precisa verificar se os itens apresentados estão devidamente encadeados, demonstrando haver uma linha de raciocínio, um fio condutor. Dizer algo em um item precisa ser detalhado e reforçado em outro. Não é possível dizer uma coisa e depois propor outra.
- para avaliar a viabilidade do estudo, você necessita verificar se o plano é exequível, relacionando o tempo disponível, a acessibilidade das fontes e o nível de profundidade proposto com seu amadurecimento intelectual.

Escolha do tema

Turismo ferroviário no mundo.

Delimitação do tema

Este estudo trata de um trecho ferroviário turístico com 14 quilômetros de extensão, que começa no centro do município de Paraíba do Sul (RJ), passa por Werneck e chega a Cavarú.

Este trecho, conhecido como Trem da Estrada Real, parou de funcionar em 1990, sendo reativado em 2003, quando passou para a gestão da Prefeitura de Paraíba do Sul. Entretanto, em 2009 foi novamente desativado e encontra-se em manutenção até os dias de hoje.

O Trem da Estrada Real esteve articulado ao escoamento da produção do café, fazendo parte da malha ferroviária construída, em 1898, pela Estrada de Ferro Melhoramentos, da Empresa Industrial do Brasil. Depois, foi encampado, em 1903, pela Estrada de Ferro Central do Brasil, com o nome de Linha Auxiliar. Em 1965, este mesmo trecho foi administrado pela Estrada de Ferro Leopoldina, sendo, em 1975, operado pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). Tanto o município de Paraíba do Sul quanto o Trem da Estrada Real relacionaram-se com a produção/exportação do café.

Muito embora o setor cafeeiro tenha sido o principal motor de desenvolvimento do Brasil daqueles tempos, garantiu, até os dias de hoje, expressão histórica e turística para esta região fluminense. Em 2012, a iniciativa de reformar as antigas instalações do Colégio Sul-Fluminense pretendia recrudescer a importância esquecida dos tempos do auge da economia cafeeira. Esta escola municipal passou a ser chamada Centro de Estudos de Pesquisas Ferroviárias e Rodoviárias, conhecido como Cepefer devido ao propósito de implementação de cerca de 20 cursos técnicos e cinco cursos de graduação. Os cursos serão voltados para a área ferroviária, sendo que, para o aprimoramento do aprendizado, contarão com um laboratório ferroviário de 14 km de extensão - malha ferroviária que foi utilizada também para o turismo, com o passeio de antiga locomotiva movida a vapor.

Objetivos

Diante do exposto, o estudo sobre o turismo ferroviário no município de Paraíba do Sul pretende desvendar elos existentes entre a política estadual de incentivo ao turismo no estado do Rio de Janeiro e a política municipal, voltada para o turismo ferroviário.

Objetivo geral

Caracterizar o potencial do turismo ferroviário no município de Paraíba do Sul.

Objetivos específicos

- relacionar a política estadual de estímulo ao turismo com os planos municipais de desenvolvimento turístico para a cidade de Paraíba do Sul;
- mapear a malha ferroviária do município de Paraíba do Sul com destaque para o turismo histórico;
- analisar a transformação do Trem da Estrada Real em laboratório de estudo pelo Centro de Estudos de Pesquisas Ferroviárias e Rodoviárias (Cepefer).

Justificativa

A importância deste estudo reside no potencial do turismo ferroviário do estado do Rio de Janeiro, servindo de estímulo ao debate sobre o incremento do setor turístico no município de Paraíba do Sul.

As ferrovias tiveram, no passado, importância especial no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, mas foram sendo desativadas a partir da segunda metade do século XX pela falta de investimentos no setor e pela expansão de outros modais de transporte no país.

Na primeira década do século XXI, entretanto, nota-se tendência à expansão dos trechos ferroviários, sobretudo os de fins turísticos no Brasil. De acordo com o Ministério do Turismo, o Brasil, em 2011, contava com 32 trens turísticos e culturais em atividade em onze estados, sendo que a maior concentração deles verificava-se nas regiões Sul e Sudeste, que transportaram cerca de 2,5 milhões de turistas por ano.

Informação disponível em: http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/4928/Trens_Turísticos_e_Comemorativos.html. Acesso em: 11 nov. 2013.

A malha ferroviária do estado do Rio de Janeiro encontra-se atualmente reduzida, a despeito de ter sido o local de instalação da primeira ferrovia do Brasil. A Estrada de Ferro Corcovado, na cidade do Rio de Janeiro, representa uma exceção nesse quadro, pois sozinha movimentava aproximadamente um milhão de turistas/ano. Em geral, os trechos ferroviários no estado estão em condição de abandono, sendo possível estimular este segmento turístico com a reativação de mais de 107 quilômetros de trens turísticos e culturais. Estes trechos ferroviários são:

- Trem da Mata Atlântica, 46 km, de Angra dos Reis – Lídice (Rio Claro).
- Mares da Costa Verde, 15 km, de Itacuruçá, Sahy e Santo Amaro (Mangaratiba).
- Trem da Estrada Real, 140 km, da Paraíba do Sul até Cavaru.
- Reativação da Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará (Expresso Imperial), 6 km do Alto da Serra (Petrópolis, até Vila Inhomirim (Magé).
- Trem Azul, 10 km, de Paty do Alferes, Miguel Pereira, e chegando a Governador Portela.
- Trem da Estrada de Ferro Mauá, 16 km, de Pacobaíba (Magé) até Vila Inhomirim (Magé).

Cf. Informativo da Associação Fluminense de Preservação Ferroviária (AFPF), n. 113, mar. 2013. Disponível em: [xa.yimg.com/Kq/.../Informativo + AFPF+ março+de+2013+%23+113.pdf](http://xa.yimg.com/Kq/.../Informativo+AFPF+março+de+2013+%23+113.pdf). Acesso em: 11 nov. 2013. Nesta listagem, aparece o Trem da Estrada Real numa confirmação de sua importância.

Referencial teórico

O turismo ferroviário encontra-se, nos dias de hoje, em expansão no país devido à criação de novos trechos ferroviários e à readequação de linhas antigas desativadas. (TOMELIN *in* PANOSSO NETTO; ANSA-RAH, 2009; ALLIS, 2006).

Os conceitos básicos sobre o fenômeno do turismo serão resgatados a partir de Beni (2004). A importância cultural do turismo será alicerçada na visão de autores como Moesch (2002) e Urry (1996).

As reflexões sobre transporte e turismo levarão em conta a obra de Palhares (2002), sobretudo com relação específica ao turismo ferroviário, sendo o viés cultural caracterizado ainda pelos estudos de Berselli e Muller (2005), de caráter mais geral. O mapeamento das linhas ferroviárias turísticas no país será alicerçado no estudo de Allis (2006), dando destaque para o estado do Rio de Janeiro.

Procedimentos metodológicos

Quanto ao objetivo geral, este estudo se constitui numa pesquisa exploratória ao pretender caracterizar o potencial do turismo ferroviário no município de Paraíba do Sul (RJ).

Como as fontes secundárias são predominantes, classifica-se ainda como pesquisa bibliográfica, utilizando o fichamento como técnica de coletados para resgatar a infraestrutura ferroviária no país, assim como estabelecer relações entre transporte ferroviário e atividade turística.

Documentos oficiais on-line serão consultados para o resgate de informações sobre as políticas públicas de incremento ao turismo no estado do Rio de Janeiro e no município de Paraíba do Sul. Fontes documentais disponíveis na internet permitirão falar da criação do Centro de Estudos de Pesquisas Ferroviárias e Rodoviárias (Cepefer), que transformou o Trem da Estrada Real em laboratório de pesquisa.

Referências preliminares

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES. **Trens de passageiros**. Disponível em: http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/4928/Trens_Turísticos_e_Comemorativos.html. Acesso em: 11 nov. 2013.

ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE PESERVAÇÃO FERROVIÁRIA (AFPF), n. 113, mar. 2013. Disponível em: [Informativo+AFPF+2013+#+113\(2\).pdf](#). Acesso em: 11 nov. 2013.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2004.

BERSELLI, C. MÜLLER, D. **Os caminhos de ferro como alternativa turística**. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/cic/2005/arquivos/SA_00790.rtf. Acesso em: 11 nov. 2013.

CENTRO de Estudos de Pesquisas Ferroviárias e Rodoviárias (Cepefer). Disponível em: www.cepefer.com.br/turismo-ferroviario.php. Acesso em: 11 nov. 2013.

PALHARES, G.L. **Transportes turísticos**. São Paulo: Aleph, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL (RJ) Disponível em: http://www.paraibadosul.rj.gov.br/informacoes/pontos_turisticos. Acesso em: 11 nov. 2013.

TOMELIN, C. A. Turismo ferroviário. *In*: PANOSSO NETTO, A.; AN-SARAH, M. G. dos R. **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**: Barueri: Manole, 2009. p. 487-504.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Sesc, 1996.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

Analise o pré-projeto sobre turismo ferroviário, levando em conta a coerência e a viabilidade.

1. Para uma análise sobre a coerência, verifique se os itens encontram-se devidamente encadeados. Comente a respeito.

2. Para uma análise sobre a viabilidade, considere que o estudo proposto deverá ser concluído em três meses. Assim, relacione os objetivos como referenciais teóricos, os procedimentos metodológicos e os referenciais preliminares. Comente a respeito.

3. Por fim, considere o pré-projeto como inacabado e aponte dois aspectos que necessitam de aprofundamento.

Resposta comentada

1. Verifica-se não haver coerência entre a indicação do tema e sua delimitação. O tema indicado é vago, amplo, necessitando se adequar à delimitação que propõe um estudo localizado no estado do Rio de Janeiro. Assim, a indicação correta do tema é turismo ferroviário e histórico no estado do Rio de Janeiro.

A inclusão do Centro de Estudos de Pesquisas Ferroviárias e Rodoviárias (Cepefer) no pré-projeto não fica devidamente esclarecida. Em que medida o Cepefer relaciona-se com a questão do turismo no município de Paraíba do Sul? Se não houver articulações entre turismo e Cepefer, há um objetivo específico que não será alcançado.

2. Não há evidências suficientes para demonstrar que as fontes arroladas serão suficientes para atender integralmente aos objetivos específicos. O tempo disponível é curto para revisão e complementação do pré-projeto, sugerindo necessidade de reformulação dos objetivos específicos.

3. O item Referencial Teórico deveria não só abordar conceitos e diferentes abordagens, como ainda explicar o enquadramento de ambos no estudo em questão.

No item Procedimentos Metodológicos, faltou indicação das fases do estudo, assim como também não foram encontrados detalhes sobre as informações a serem recuperadas, sobretudo nas fontes primárias.

Formação de grupos de trabalho



Figura 7.4: Grupo de trabalho.
Fonte: portaldoprofessor.mec.gov.br

Agora, você deve integrar um grupo de trabalho para elaboração do TCC. É interessante a aproximação entre colegas, que estejam com a atenção voltada para temas próximos, não havendo, entretanto, nenhuma proibição quanto à realização individual. A troca de experiências e de conhecimentos presta-se ao enriquecimento do aprendizado, concorda? Os grupos de trabalho serão formados a partir de agrupamentos de estudantes em torno de eixos temáticos, conforme explicações a seguir.

O V ENHTUR

Evento de destaque no cenário acadêmico-científico em Turismo, servirá de alicerce para a formação de grupos de trabalho, a partir dos eixos temáticos, que organizaram a quinta edição, em 2013, do Encontro de Hospitalidade e Turismo (ENHTUR) na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Os debates giraram em torno do tema “Espaços e territórios dialogando com o turismo”, sob a organização do Departamento de Turismo e dos grupos de pesquisa Turismo: Gestão e Território, Hospitalidade Contemporânea e TurIS – Turismo e Inclusão Social.

Em paralelo, aconteceu ainda o I Seminário Internacional sobre Políticas Públicas de Turismo, organizado pela recém-criada Faculdade de Turismo e Hotelaria (UFF) em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro (Setur), sob a coordenação do grupo de pesquisa Turismo, Gestão e Território, voltado para gestores públicos de turismo.

Os dois eventos reuniram pesquisadores consagrados na área de turismo e de hospitalidade e, durante três dias, foram realizadas atividades como painéis, conferências, oficinas e jornadas científicas.

Uma próxima edição do ENHTUR deverá ocorrer, em 2015, sob a responsabilidade dos grupos de pesquisa Laboratório de História do Turismo – HisTur, Laboratório de Turismo e Antropologia – LaTA, Turismo e Cultura – T-Cult e Turismo, Meio Ambiente Urbano e Inclusão Social – TURis. Entretanto, o planejamento previu que o ciclo de Seminários Internacionais do Departamento de Turismo aconteça, de uma próxima vez, em separado, com agendas próprias e temáticas específicas.

Descrição dos eixos temáticos

Você deve tomar os eixos temáticos do V ENHTUR como fonte de inspiração para a formação de grupos de trabalho.

Quadro 7.3: Eixos temáticos do V ENHTUR

EIXO 1: Epistemologia do turismo e da hospitalidade
Turismo, hospitalidade e produção científica: paradigmas científicos, métodos e metodologias possíveis. Dialógica e dialética dos sujeitos, agentes e objetos do fenômeno socioespacial e cultural do turismo. Campos disciplinares de estudo do turismo e da hospitalidade: inter e/ou transdisciplinaridade; Saber-fazer X Saber-saber: o ensino do turismo e da hospitalidade nas escolas, cursos técnicos, tecnológicos e nas universidades.
EIXO 2: Turismo, patrimônio, identidade e diversidade cultural
O patrimônio cultural como suporte de identidades sob a perspectiva da imaterialidade e materialidade da cultura. A valorização turística do patrimônio sob a perspectiva de gerenciamento do universo simbólico da sociedade. A problemática do agenciamento do patrimônio cultural como suporte de processos identitários de base local, associado à sociedade de consumo.

EIXO 3: Turismo e espaço urbano

O turismo como atividade predominantemente “urbanizadora” face à natureza das relações sociais travadas. Os processos e conteúdos da urbanização fomentados pelo turismo e seu diálogo com a base local, envolvendo temas como: reestruturação e requalificação urbana, mobilidade urbana, capital imobiliário e especificidades do processo de segregação socioespacial em cidades turísticas; city marketing e representações do urbano; morfologias urbanas e as novas centralidades na cidade; os espaços públicos, a cidadania e as políticas urbanas relacionadas ao turismo; paisagens, lugares e territórios da urbanização turística.

EIXO 4: Turismo e espaço rural

O turismo como indutor de processos de transformação e ressignificação dos espaços rurais. O desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural associado ao processo de urbanização. O transbordamento do espaço urbano para o espaço rural e novas formas de ocupação do campo. As características das abordagens da produção familiar, suas estratégias de sobrevivência e os processos para o desenvolvimento do turismo com base local.

EIXO 5: Turismo e espaço natural

As políticas e práticas relacionadas ao turismo na natureza. A dinamização da economia de regiões que apresentam recursos naturais com elevado potencial turístico. A promoção e a conservação do meio ambiente e a inserção das comunidades locais a partir do ecoturismo e do turismo ecológico. Estudos de ordenamento e definição de capacidade de carga para áreas naturais. Avaliação e monitoramento dos impactos do uso público de unidades de conservação.

EIXO 6: Turismo, lazer, inclusão e cidadania

Turismo, hospitalidade, demandas sociais, exclusão/inclusão: políticas públicas de turismo, hospitalidade e inclusão; grupos sociais em situação de vulnerabilidade; deficiência e acessibilidade; turismo, hospitalidade e movimentos migratórios contemporâneos. Turismo social: história, políticas e ações. Trabalho informal e formal: pequenos e micro empreendedores do turismo. Estudos do Lazer e a experiência turístico-urbana. Turismo, Hospitalidade e Lazer enquanto direitos sociais: cidadania, mediação e protagonismo social.

EIXO 7: Planejamento e gestão do turismo

Políticas públicas e planos de desenvolvimento turístico: repercussões nas localidades que vivenciam processos de turistificação. A dinâmica das inter-relações entre os agentes sociais, as metodologias de planejamento participativo, os paradigmas empresariais no turismo e as práticas sociais de acolhimento. Novas instâncias de governança e as escalas de gestão do turismo e da hospitalidade. Instrumentos de avaliação e indicadores; mercados e comunidades no turismo com base local.

EIXO 8: Estudos comportamentais e econômicos do turismo contemporâneo

Mercado turístico: características e singularidades. Consumo sustentável no turismo. Comportamento do consumidor do produto turístico. Aspectos econômicos do turismo. Impactos econômicos da atividade turística. Indicadores e variáveis para o estudo quantitativo do turismo.

EIXO 9: Turismo e hospitalidade: outros temas e recortes

História e memória do turismo e da hospitalidade. Turismo e hospitalidade no século XXI. Aspectos inovadores de operação e gestão de empresas de turismo e de hospitalidade. Novas tecnologias aplicadas ao turismo e à hospitalidade. Estudos teóricos e abordagens práticas em hotelaria, restauração e entretenimento. O paradigma das mobilidades relacionado ao turismo e à hospitalidade.

No quadro a seguir, leia com atenção algumas das regras do ENHTUR para apresentação de trabalhos. Além de darem ideia do que tem sido exigido em eventos acadêmicos, estas regras sustentarão, quando for o caso, os critérios adotados para a formação de grupos.

Quadro 7.4: Regras da ENHTUR para apresentação de trabalhos. Sobre quem pode apresentar trabalhos

- Os trabalhos completos no formato de artigos científicos ou resumos expandidos poderão ser apresentados por estudantes de graduação e por recém-graduados, devendo apresentar resultados de projetos de iniciação científica ou de trabalhos de conclusão de curso em andamento ou concluídos.
- Os trabalhos completos ou os resumos expandidos deverão ser encaminhados para a apreciação da comissão científica nos prazos fixados nestas normas.
- Foram considerados como recém-graduados os bacharéis e tecnólogos em turismo, hotelaria e de outros cursos afins, com até três anos de formados, contados a partir da data de colação de grau.

Sobre os autores

- Foram selecionados até dois trabalhos por autor ou coautor, independentemente do eixo temático selecionado.
- Quando o trabalho selecionado possuir mais de um autor, os critérios a serem observados são:

- a) número máximo de 4 (quatro) autores em cada trabalho;
 - b) os autores precisam fazer inscrição no evento para receberem certificados e anais do evento;
 - c) os trabalhos completos selecionados necessitam ser apresentados oralmente para garantir o recebimento de certificados.
 - d) os trabalhos inscritos no formato de resumo expandido precisam ser apresentados presencialmente em formato de pôster para garantir o recebimento de certificado.
- O(s) autor(es) deve(m) definir o eixo temático no qual deseja(m) que seu trabalho seja inscrito, avaliado e classificado. Se não houver indicação a esse respeito, o trabalho poderá ser classificado pela comissão científica a partir da temática predominante.
 - Os chamados trabalhos completos devem seguir as normas da ABNT e serem compostos por Introdução, Desenvolvimento, Conclusão e Referências. Devem ter um total de no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) páginas digitadas.

Conclusão

Você, certamente, chegou à última aula da disciplina PTCC com clara compreensão sobre a importância da metodologia das ciências para a realização, em geral, de estudos monográficos em Turismo e, em especial, para a elaboração de artigos científicos. Portanto, você pode, agora, finalizar o planejamento de seu estudo, preparando um documento chamado Proposta de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Ah! Não deixe ainda de consultar o cronograma da disciplina para verificar o tempo disponível para desenvolvimento desta atividade.

Por fim, uma recomendação: procure participar de eventos acadêmicos. Com este propósito, faço-lhe um convite: vivencie uma experiência acadêmica, participando do Fórum Encontro on-line – espaço aberto para apresentações voluntárias da Proposta de Projeto de TCC. Importa ressaltar que os comentários feitos por colegas não terão a função de avaliação, mas de colaboração para o aperfeiçoamento das propostas através de sugestões. Leve em conta, ainda, que o trabalho submetido à análise de pesquisadores de uma comunidade acadêmica, que verificam as informações, os procedimentos metodológicos e as conclusões, ampliam seu grau de cientificidade, conferindo-lhes seriedade, credibilidade e até reconhecimento. Participe!

Atividade final

Atende aos objetivos 2 e 3

1. Tome por base os eixos temáticos do V ENTHUR para escolher um tema ou assunto de seu interesse.

2. Identifique a disciplina ou as disciplinas cursadas por você que tenham tratado do tema escolhido no item anterior.

3. Faça um levantamento da bibliografia básica, que foi tratada na(s) disciplina(s) indicada(s).

4. Na página *on-line* da disciplina PTCC, localize o acesso para inscrição no eixo temático escolhido. Em seguida, registre sua inscrição, indicando inclusive o tema escolhido.

Resposta comentada

1. Sua escolha pode ter recaído sobre qualquer um dos nove eixos temáticos indicados, mas o tema precisa fazer parte da descrição do mesmo.

2. As articulações possíveis entre disciplinas e eixos temáticos são:

- A disciplina Fundamentos do Turismo (1º período) relaciona-se com o eixo temático 1.
- As disciplinas História da Arte, (2º período), Cultura Brasileira (3º período) e Turismo e Patrimônio (4º período) relacionam-se com o eixo temático 2.

- A disciplina Marketing Turístico relaciona-se com o eixo temático 3.
- A disciplina Fundamentos Geográficos do Turismo (2º período) relaciona-se com os eixos temáticos 3 e 4.
- A disciplina Turismo e Meio Ambiente (5º período) relaciona-se com eixo temático 5.
- A disciplina Turismo e Sociedade (1º período) relaciona-se com os eixos temáticos 6 e 8.
- As disciplinas Introdução à Administração (3º período), Gestão de Agências de Viagens I (4º período), Gestão de Agências de Viagens II (5º período), Tecnologia de Planejamento (4º período), Planejamento e Organização do Turismo e Política Pública em Turismo (6º período) relacionam-se com o eixo temático 7.
- As disciplinas Relações Interpessoais (2º período) e Economia e Turismo (4º período) relacionam-se com o eixo temático 8.
- As disciplinas Gestão de Empreendimentos Turísticos I (2º período) e Gestão de Empreendimento Turísticos II (3º período) relacionam-se com o eixo temático 9.

3. No levantamento bibliográfico feito por você, pode aparecer um ou mais dos seguintes livros:

BENI, M. C. **Globalização do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

CUNHA, L. **Economia e política do Turismo**. Lisboa: McGraw-Hill, 1997.

DENCKER, A. F. M. (coord.). **Planejamento e gestão em Turismo e hospitalidade**. São Paulo: Thomson, 2004.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PETROCCHI, M. **Gestão de polos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas: Papyrus, 2001.

4. Você deve ter feito sua inscrição *on-line* no eixo temático escolhido.



Resumo

A elaboração da proposta de projeto de TCC começa pela preparação de um plano com articulações entre planejamento e trabalho científico.

A importância da matriz analítica reside na verificação da coerência e da viabilidade nos planos de estudo em geral, o que inclui pré-projeto e projeto de pesquisa.

A proposta de estudo compreende os seguintes itens:

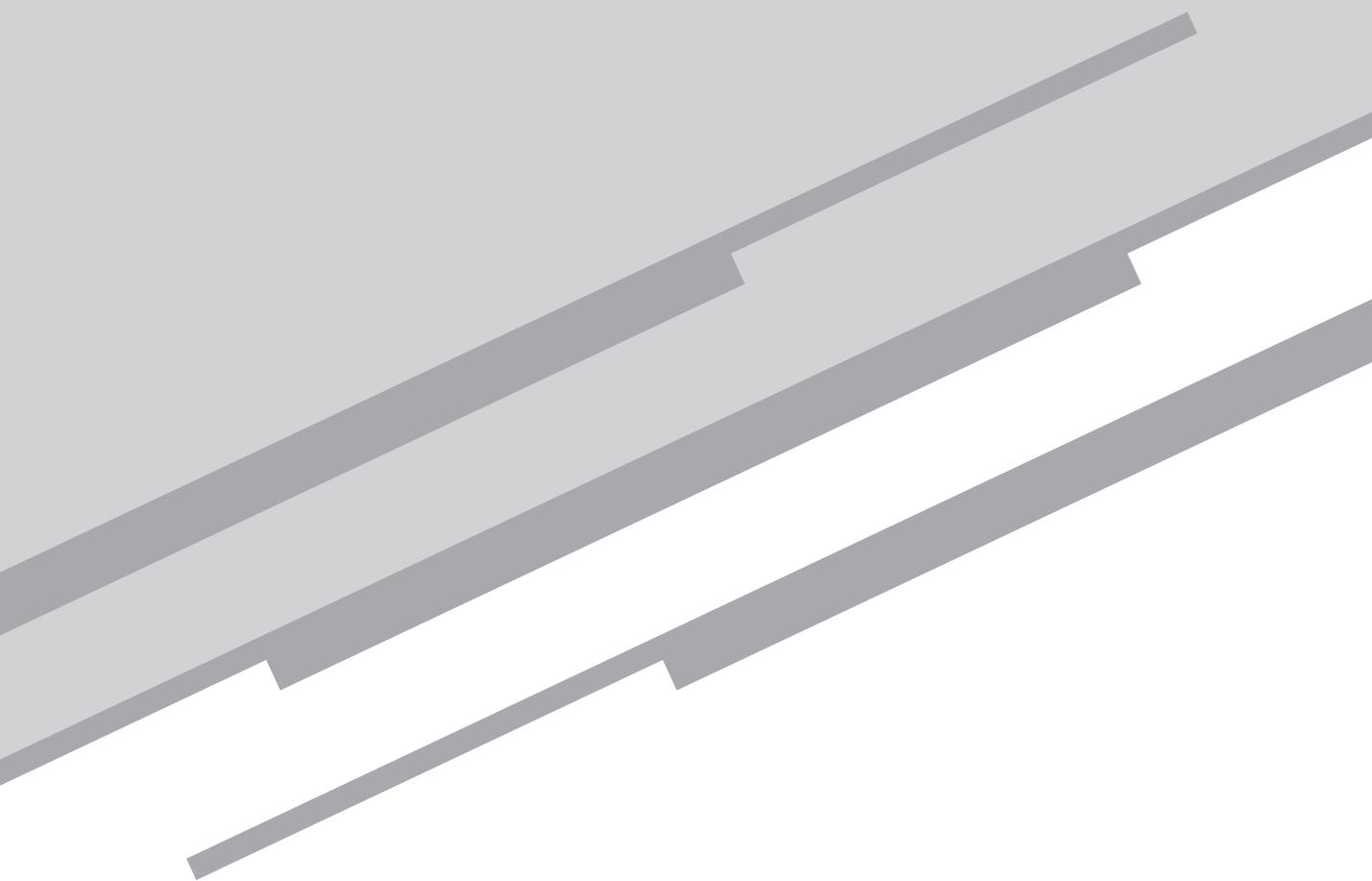
- Escolha do tema.
- Delimitação do tema.
- Objetivos, divididos em: objetivo geral e objetivos específicos.
- Justificativa.
- Referencial teórico.
- Procedimentos metodológicos.
- Referências preliminares
- Cronograma

Os eixos temáticos do V ENHTUR que orientam a formação de grupos de trabalho são:

- Eixo 1: Epistemologia do turismo e da hospitalidade.
- Eixo 2: Turismo, patrimônio, identidade e diversidade cultural.
- Eixo 3: Turismo e espaço urbano.
- Eixo 4: Turismo e espaço rural.
- Eixo 5: Turismo e espaço natural.
- Eixo 6: Turismo, lazer, inclusão e cidadania.
- Eixo 7: Planejamento e gestão do turismo.
- Eixo 8: Estudos comportamentais e econômicos do turismo contemporâneo.
- Eixo 9: Turismo e hospitalidade: outros temas e recortes.

Por fim, entre na página eletrônica da disciplina PTCC e escolha um eixo temático para integrar um grupo de trabalho.

Referências



Aula 1

ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

APPOLINÁRIO, F. *Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BERVERIDGE, W. I. B. *Sementes da descoberta científica*. São Paulo: Queiróz, 1981.

CNPq inocenta biólogo Rui Curi de fraude. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 ago. 2013, Caderno Cotidiano.

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. *Universidade, aprendizagem e avaliação: horizontes reconstrutivos*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

_____. *Educação hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Atlas, 2009.

GEWANDSZNAJDER, F. *O que é o método científico*. São Paulo: Pioneira, 1989.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS E. M.; MARCONI, M. de A. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEVY, P. *Cibercultura*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTAR, J. *Metodologia científica: na era da informática*. São Paulo: Saraiva, 2008.

MERTON, H. K. , 1970. Apud DIAS DE DEUS, J. *A crítica da ciência*. Lisboa: Gradiva, 2003.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Aula 2

ANGELO, E. R. B. *Métodos e técnicas em turismo*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 2003.

BARROS, M. M. L. (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BENI, M. *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. São Paulo: Aleph, 2003.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO S. DA FONSECA. *Técnicas de estudo e de pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 1994.

ECO, U. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.

HÜHNE, L. M. (Org.) *Metodologia científica: Caderno de textos e técnicas*. Rio de Janeiro: Agir, 1988.

OLIVEIRA, R. C. *Terceira idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis*. Juiz de Fora: Paulinas, 1999.

KÖRÖSSY, N. Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística, *Caderno Virtual do Turismo*, UFRJ/COOPPE, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2008.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

SANTOS, A. R. dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Aula 3

CARÊNCIAS na Saúde e na Educação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 set. 2013. Caderno opinião, p. 16.

- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DEMO, P. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.
- ECO, U. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- KOCH, I. G.V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.
- NAHUZ, C. dos S.; FERREIRA, L. S. *Manual para normalização de monografias*. São Luiz: Visionari, 1989.
- PEREIRA, M. V. Espaço aberto. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, jan./mar. 2013. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/13pdf. Acesso em 28 out. 2013.
- SANTOS, A. R. dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Lamparina, 20007.

Aula 4

- ALMEIDA, A. *Lógica informal*. Disponível em: <<http://www.criticanarede.com>>. Acesso em: 11 set. 2011.
- BLACKBURN, S. *The Oxford dictionary of philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- CEGALLA, D. P.; *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1993.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- COPI, I. M. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- EPSTEIN, R. *Five ways of saying 'therefore'*. Belmont: Wadsworth, 2002.
- FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HODGES, W. *Logic*. London: Penguin Books, 2001.

MORTARI, C.A. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Unesp, 2001.

NOLT, J. ROHATYN, D. *Lógica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

SOLOMON, M. Defesas de Mattoso e Palocci divergem sobre destino de extrato bancário. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 abr. 2006. Disponível em: <<http://ww1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u77345.shtml>>. Acesso em: 1 dez 2015.

SMALLEY et. al. *Refining Composition Skills*. Rhetoric and Grammar. [s.l.]: Heinle & Heinle, 2001.

STRAWSON, P. F. *Introduction to logical theory*. Londres: Methuem & Co. Ltd., 1971.

WESTON, A. *A arte de argumentar*. Lisboa: Gradiva, 2000.

Aula 5

ALMEIDA, A. *Lógica informal*. Disponível em: <<http://www.criticarede.com>>. Acesso em: 11 set. 2011.

BLACKBURN, S. *The Oxford dictionary of philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

DEMO, P. *Educação hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Atlas, 2009.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992.

MORTARI, C.A. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Unesp, 2001.

NOLT, J.; ROHATYN, D. *Lógica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

SMALLEY et. al. *Refining Composition Skills*. Rhetoric and Grammar. [s.l.]: Heinle & Heinle, 2001.

STRAWSON, P. F. *Introduction to logical theory*. Londres: Methuem & Co. Ltd., 1971.

WESTON, A. *A arte de argumentar*. Lisboa: Gradiva, 2000.

Aula 6

BALLATYNE, R.; PACKER, J.; AXELSEN, M. Trends in tourism research. *Annals of Tourism Research*, Oxford, n. 36, p. 149-152, 2009.

BENI, M. C. *Análise estrutural do Turismo*. São Paulo: Senac, 1998.

BITTENCOURT, P. C.; SPRIZERI, M. P. A.; RABELO G. C. *Educação tecnológica: tecnologias da informação e comunicação*. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2009.

GONÇALVES, A.; RAMOS, L. M.; CASTRO, R. C. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da (Ed.), *Comunicação & produção científica*. São Paulo, Angellara, p. 163-190, 2006.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

KOVACS, M. H. et al. Pesquisa em turismo: uma avaliação das metodologias empregadas nos artigos publicados nos anais no triênio do seminário anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR). *Revista Turismo – Visão e Ação*, Itajaí, v. 14, n. 1, p. 21-37, jan./abr. 2012. Disponível em: <www.univali.br/revistaturismo>. Acesso em: 10 dez. 2013.

LOHMANN, G.; PANOSSO, A. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph, 2008.

MIRANDA, E. C. D. *Periódicos científicos de turismo e hospitalidade no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade). Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Secretaria de Estado de Turismo da França. *Tesouro de turismo y ocio*. Madrid: OMT, v. 1-5, 2001.

ROSINHA, R. C. Política editorial: aspectos a considerar. *Revista Bibliotecon*, Brasília, n. 17, v. 2, p. 249-258, jul./dez.1989.

REJOWSKI, M. *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002.

_____; ALDRIGUI, M. Periódicos científicos em turismo no Brasil: dos boletins técnico-informativos às revistas científicas eletrônicas. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, v. 18, p. 245-268, 2007.

_____ ; KOBASHI, N. Y. Subsídios para elaboração de um tesauro brasileiro de turismo. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, v. 22, p. 579-598, 2011.

SANTOS, G. E. de O. *Publicações de Turismo*. Disponível em: <<http://www.publicacoesdeturismo.com.br>>. Acesso em: 29 out. 2013.

SANTOS, G. E. O.; REJOWSKI, M. Comunicação científica em turismo no Brasil: análises descritivas de periódicos nacionais entre 1990 e 2012. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 149-167, 2013.

SONAGLIO, K. E.; FABBRIS, C. (Org.) *Turismo: reflexões e desafios de um fenômeno contemporâneo*. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

Aula 7

CHIAVENATO, I. *Teoria geral da administração*. 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, Makron Books, 1993.

ECO, U. *Como se faz uma tese*. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

ENCONTRO DE HOSPITALIDADE E TURISMO (V ENHTUR), 2013. Niterói: UFF, 2013. Disponível em: <<http://enhturuff.wordpress.com>>. Acesso em: 22 mar.2014.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HÜHNE, L. M. (Org.) *Metodologia científica: cadernos de textos e técnica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1995.

MOULIN, N. M. O uso da matriz na montagem e análise de projetos de estudo. *Revista do Mestrado em Educação*, Rio de Janeiro, EDU/UERJ, n.1, set./dez. 1986.

SANTOS, A. R. dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

